

T R A J E C T O S

Tidiane N'Diaye

O GENOCÍDIO OCULTADO

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE
O TRÁFICO NEGREIRO
ÁRABO-MUÇULMANO



2.^a
EDIÇÃO

gradiva

Título original *Le Génocide Voilé — Enquête Historique*
© Éditions Gallimard, 2008

Tradução Tiago Marques
Revisão de texto Maria de Fátima Carmo
Capa Armando Lopes (concepção gráfica)/©Isadora/Leemage/
/Bridgeman Images (imagem)
Fotocomposição Gradiva
Impressão e acabamento Multitipo — Artes Gráficas, L.^{da}

Reservados os direitos para a língua portuguesa, excepto o Brasil, por
Gradiva Publicações, S. A.

Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esq. — 1399-041 Lisboa

Telef. 21 393 37 60 — Fax 21 395 34 71

Dep. comercial Telef. 21 397 40 67/8 — Fax 21 397 14 11

geral@gradiva.mail.pt

1.ª edição Fevereiro de 2019

2.ª edição Junho de 2019

Depósito legal 451 028/2019

ISBN 978-989-616-872-8

gradiva

Editor GUILHERME VALENTE

Visite o site www.gradiva.pt

Oportunidades fantásticas!

Índice

<i>Introdução</i>	7
1. As formas de escravidão em África antes da conquista árabe	11
2. O negro no imaginário colectivo dos povos árabo-muçulma- nos	37
3. A conquista árabe de África.....	57
4. Após a conquista, a islamização e as cumplicidades africa- nas.....	85
5. Resistência africana.....	105
6. Bestialização, razias e perseguições, ou a África a ferro e fogo.....	121
7. Os negros no sistema escravagista árabo-muçulmano.....	141
8. Extinção étnica programada por castração maciça.....	169
9. «Síndrome de Estocolmo à africana», ou a amnésia por solidariedade religiosa.....	185

Anexos

Versículos do Alcorão que encorajam a escravização dos não-muçulmanos pelos muçulmanos	209
A maldição de Cam.....	211
Testemunho de Hayrettin Effendi, último eunuco do último sultão.....	213

Balizas cronológicas	215
Glossário	219
Bibliografia	227
Estudos	231
Agradecimentos	233

Introdução

Os árabes*, no decurso dos seus movimentos de conquista, começaram por tomar, submeter e islamizar o Norte de África, antes de se dirigirem para Espanha. Neste país, desenvolveram uma civilização brilhante, simbolizada pelos emirados e califados de Córdoba. Depois, quando regressaram a África, numa nova vaga de islamização dos povos, levaram consigo uma infinidade de desgraças. Durante a progressão árabe, a sobrevivência constituía um verdadeiro desafio para as populações. Milhões de africanos foram arrasados, massacrados, capturados, castrados ou deportados para o mundo árabo-muçulmano. Isto em condições desumanas, em caravanas que atravessavam o Sara ou por via marítima, a partir dos entrepostos de carne humana da África Oriental. Era esta, na verdade, a primeira empresa da maioria dos árabes que islamizavam os povos africanos, fazendo-se passar por pilares da fé e por modelos dos crentes. Muitas vezes, iam de região em região, com o Alcorão numa mão e um machete na outra, levando hipocritamente uma «vida de oração» e invocando constantemente Alá e os hádices* do seu profeta.

* Relativamente às palavras seguidas de um asterisco, consultar o glossário, a partir da pág. 219.

Belos e nobres princípios, na verdade, mas que foram desprezados — com tanta alegria, tanta infâmia e tanta má-fé! — pelos negreiros árabes, que puseram África a ferro e fogo. Protegidos por este pretexto religioso, perpetraram os crimes mais hediondos e as crueldades mais atrozes. Isto mereceu a Édouard Guillaumet as seguintes palavras: «Que desgraça para a África, o dia em que os árabes puseram os pés no interior! Com eles vieram a sua religião e o seu desprezo pelos negros...»

Se hoje em dia, no que diz respeito à islamização de povos africanos, na maioria dos países, a religião do profeta Maomé — com o seu prestígio social e intelectual — fez enormes concessões às tradições ancestrais, ao integrar-se harmoniosamente sem destruir as culturas e as línguas, isto nem sempre se verificou: a história dos árabes que mergulharam os povos negros nas trevas foi sobretudo a do mal absoluto.

Enquanto o tráfico transatlântico durou quatro séculos, os árabes arrasaram a África Subsariana durante 13 séculos ininterruptos. A maioria dos milhões de homens por eles deportados desapareceu devido ao tratamento desumano e à castração generalizada.

O tráfico negreiro árabo-muçulmano começou quando o emir e general árabe Abdallah ben Saïd impôs aos sudaneses um *bakht* (acordo), no ano de 652, que os obrigava a entregar anualmente centenas de escravos. A maioria destes homens era retirada das populações do Darfur. E foi este o começo da sangria humana que, aliás, só iria estancar oficialmente no início do século xx.

Aparentemente, esta dolorosa página da história dos povos negros não foi virada de forma definitiva. No rescaldo do segundo conflito mundial e da descoberta dos horrores do Holocausto, a Humanidade foi confrontada com a medida exacta da crueldade do Homem e da fragilidade da sua condição. Sob o choque, a comunidade internacional declarou, numa espécie de célebre e memorável «*never again*», que não permitiria que tais aconte-

cimentos se repetissem. Isto revelar-se-á tanto mais absurdo aos historiadores do futuro quanto, neste início do século XXI, está a decorrer no Sudão uma verdadeira operação de limpeza étnica das populações do Darfur.

Em Abril de 1996, o enviado especial das Nações Unidas ao Sudão já testemunhava um «aumento assustador do escravagismo, do comércio de escravos e do trabalho forçado no Sudão». Em Junho do mesmo ano, dois jornalistas do *Baltimore Sun*, que também tinham conseguido entrar no país, escreviam num artigo intitulado «Dois testemunhos da escravidão*» que tinham conseguido comprar jovens escravas, para as libertar. Decididamente, do Darfur do século VII ao Darfur do século XXI, o horror continua, desta vez com a agravante da limpeza étnica.

É mais do que tempo de o genocidário tráfico negreiro árabo-muçulmano ser examinado e debatido, ao mesmo título que o tráfico transatlântico. Embora não existam graus no horror nem monopólio da crueldade, podemos afirmar, sem risco de equívoco, que o comércio negreiro árabo-muçulmano e as *jihads** (guerras santas) provocadas pelos seus impiedosos predadores para obter prisioneiros foram, para a África Negra, muito mais devastadores do que o tráfico transatlântico. E isto ainda ocorre sob os nossos olhos (Janeiro de 2008), com o seu quinhão de massacres e o seu genocídio a céu aberto.

Tidiane N'Diaye

1

As formas de escravidão em África antes da conquista árabe

A verdade é que o escravo congolês é um elemento acrescentado à família. É um membro postiço. Um filho artificial, se assim posso dizer.

DOUTOR CUREAU

Ao longo dos séculos, um fenómeno universal, que provocou estragos em todas as comunidades humanas e em todas as épocas da História, foi responsável pelo facto de inúmeros homens serem reduzidos a objectos de tráfico pelo seu semelhante. Assim, não nos deve espantar que encontremos vestígios de práticas de escravidão nas sociedades africanas desde a noite dos tempos faraónicos. Aos olhos da História, os povos de África não ficaram isentos da mesma evolução que conheceu a quase totalidade das civilizações humanas.

Mas abramos parênteses e voltemos atrás no tempo para ver o que se passava noutras paragens, com os gregos e os romanos. Esqueçamos a era mais antiga e as querelas das cidades entre

si — época em que o escravo era um bem comum —, para nos situar em Atenas quatro séculos antes de Cristo: aqui, contamos não menos de 250 mil escravos. Ou seja, cada cidadão possuía pelo menos um. Graças a Xenofonte, sabemos como era fácil obter escravos. Vindos do Alto Egipto, os núbios (já africanos) eram apreciados, ainda que fossem em número reduzido. Para os romanos, a escravatura era igualmente comum. No curso das suas numerosas guerras de conquista — por exemplos, as guerras levadas a cabo por Júlio César —, reduziram a escravos um número considerável de prisioneiros, subjugados por meio de armas ou «raptados» nas suas longínquas colónias. Na sua maioria, eram ditos de «raça*» branca. A Roma Antiga inaugurou o recurso à escravatura em larga escala para a produção de mercadorias. Chegará a haver três milhões de escravos em Itália, ou seja, quase 30 por cento da população. A revolta de Espártaco, glorificada pelo cinema, custou a vida a dezenas de milhares de escravos. Após um combate feroz, o general Crasso imortalizou o seu nome ao mandar crucificar dez mil escravos ao longo da Via Ápia, de Nápoles a Roma. Mas Roma já extravasava Roma, de tal forma que, quatro séculos mais tarde, os problemas da cidade precipitaram a queda do império.

Quanto aos povos do Ocidente, sempre sob o jugo de conquistadores de vários quadrantes e vítimas dos acasos da guerra, continuaram a pagar o tributo aos «senhores», e isto até ao Renascimento. A eterna lei do mais forte sempre fez do vencido o escravo do vencedor. Não há dúvida: *Vae victis!* De facto, a Idade Média foi, na Europa, uma época propícia para o tráfico de escravos, entre os quais se encontraram, em parte, árabes muçulmanos e judeus. O Mediterrâneo tornou-se o «campo de batalha» onde latinos e orientais se defrontaram em combates sangrentos, os quais forneceram prisioneiros às centenas de milhares. Até à tomada de Constantinopla pelos turcos, os «eslavos» — nome

dados pelos árabes muçulmanos aos prisioneiros brancos europeus — foram bastante numerosos nos mercados de escravos. Conhecemos qual foi o seu destino e veremos como foram progressivamente substituídos pelos africanos.

Independentemente dos continentes e das civilizações, a dominação do Homem pelo Homem, como sabemos, constitui uma das características fundamentais da história da Humanidade. A escravatura é, muito simplesmente, o seu aspecto mais marcante e extremo. Esta injustiça constitui, antes de mais, o direito impróprio que alguns homens se atribuíram de usar e abusar dos serviços de uma pessoa que não pode exprimir livremente a sua vontade. Assim, o «senhor» tem o direito de utilizar os seus escravos como bem lhe aprouver. E em numerosas civilizações, à semelhança de outros bens, estes escravos eram cessíveis e alienáveis. Trata-se da própria negação dos atributos naturais do homem livre, a saber: dispor da sua pessoa e agir de acordo com a sua vontade; poder possuir bens e fruí-los livremente; trabalhar e escolher o seu trabalho.

Sabemos que o Homem se encontrou, desde sempre, submetido «ao jugo do Homem» (Santo Agostinho): escravidão, servidão*, a prostituição e exploração de crianças dos nossos dias... Foi o destino das civilizações: nenhuma escapou a isto. Desta forma, proclamar que determinada sociedade foi «esclavagista» ou teve esta ou aquela prática imoral equivale, de alguma forma, a julgar uma tara provavelmente universal. Africanos, europeus (gregos, romanos, etc.), árabes, persas, chineses, índios do México e dos Andes: praticamente todos se dedicaram, sob diversas formas, à prática de um sistema que a nossa ética moderna reprova. A força ou as religiões foram as armas que permitiram impô-lo com a maior das tranquilidades. Cristãos e muçulmanos abusaram dele. É certo que o combate político ou jurídico substitui a moral nos

nossos dias. Toda a gente se pronuncia, e ganha quem se fizer melhor ouvir, por vezes numa espécie de concorrência das Memórias. Longe de nós a ideia de querer comunitarizar a História ou as Memórias, o que seria abrir a porta a uma hierarquia da vitimização. Mas somos obrigados a reconhecer que a dimensão alcançada pelo tráfico e pela escravidão sofridos pelos povos negros supera — em número de vítimas, em duração e em horrores — tudo o que sucedera até aí. E na gênese destas desgraças, historicamente, o tráfico negreiro é uma invenção do mundo árabo muçulmano.

A extensão desta tragédia inaugurada pelos árabes é, a este respeito, única: corresponde a uma forma inédita de escravatura, pela sua intensidade, pela sua justificação, pela sua natureza, mas sobretudo pela sua duração — 13 séculos — e pelo número de sociedades que a praticaram. Este empreendimento gigantesco poderia ter levado ao desaparecimento total os povos negros do continente africano. Tudo isto para satisfazer as necessidades expansionistas, mercantis e «domésticas» das nações árabo-muçulmanas.

Segundo algumas fontes, o Antigo Egipto não foi escravagista nem racista. O próprio termo «escravo» não existia na língua egípcia. Cada servo, diz-se, era remunerado e possuía privilégios específicos. Nenhuma função previa laços estreitos de dependência exclusiva quanto a um homem, ao contrário do que se passa no princípio escravagista. No entanto, ainda que, num primeiro momento, a análise da sociologia egípcia não tenha evidenciado práticas escravagistas, os investigadores que recorriam essencialmente a fontes gregas — baseadas na tradição oral interpretada — descreviam os súbditos dos faraós como um povo servil, obrigado à força a edificar monumentos inúteis à glória de monarcas megalómanos. O relato bíblico da servidão dos hebreus no Egipto parece confirmar esta interpretação. Teremos oportunidade de vol

tar a este ponto depois de examinar outras fontes. Mas vejamos agora o que se passava em períodos mais próximos de nós.

No mundo grego, que pôs termo à hegemonia egípcia, Teo frasto diz-nos que era particularmente desonroso não ter nenhum escravo ao seu serviço. Descreve a situação dos escravos negros, em número reduzido e objecto de curiosidade, e qualifica como um traço de personalidade vaidosa a sua exibição pelos senhores.

Todos os negros eram assimilados aos etíopes pelos gregos, que tinham encontrado pela primeira vez africanos negros no Egipto. Na Antiguidade, chamavam-lhes *aethiops*. Na verdade, estes etíopes eram maioritariamente cuxitas aparentados às populações núbias. Heródoto dizia que «estes homens de rosto queimado» eram seres virtuosos cujas festas e banquetes eram honrados pela presença do próprio Zeus. E Homero acrescentava que as populações deste país se distinguiam pelo facto de se cindirem em dois grupos: um que vivia de manhã, outro que começava o dia ao pôr do Sol. Depois de ter designado todos os negros, o termo «etíope» acabará por se aplicar a um povo preciso: os abissínios, antepassados dos povos que se encontram na actual Etiópia*. Na realidade, o conhecimento dos gregos da época clássica limitava-se à região mediterrânica. Os dados geográficos de que dispunham eram, na sua maior parte, oriundos dos egípcios e dos fenícios. Só conheciam a África sob o nome de Líbia e, portanto, não tinham mais do que uma fraca ideia da extensão do continente negro. Assim, Heródoto, que se baseava nas fontes egípcias, conhecia certamente o Nilo, mas apenas até quatro meses de marcha de Assuão, ou seja, até Cartum, no Sudão dos nossos dias. É neste ponto de África que os mapas continuaram a parar até ao ano de 1839.

Porém, o conhecimento acerca deste continente e o nome dado aos seus povos iam evoluir sobretudo com os romanos.

Nas suas movimentações de conquista, estes últimos colonizarão a região setentrional de África, principalmente Cartago e a Numídia. Melhor que os gregos, frequentavam os reinos da Núbia e da Etiópia, embora deste último se tenha retirado para as suas terras altas após a queda de Axum, no século vi. Os romanos mantiveram relações sólidas com os afrís, de onde vem o nome do continente. Os afrís eram guerreiros da tribo dos awragas, que ocupavam o sul da Tunísia. Assim, depois de ter servido para designar os habitantes das possessões cartaginesas, o qualificativo «africanos» foi estendido pelos romanos aos outros povos do continente negro.

Quanto aos seus súbditos cartagineses, mantiveram desde muito cedo relações com numerosas populações africanas negras, por intermédio dos garamantes, que ocupavam o Fezzan. Estes garamantes asseguravam as ligações comerciais entre Cartago e o Sudão. Traziam para o Mediterrâneo ouro, estanho, mármore, penas de avestruz, animais selvagens e prisioneiros. Além do carbúnculo, Heródoto relata que também os norte-africanos faziam razias às populações tubus, do Niger à região do Tibesti, no Chade. Frequentemente, integravam-nas nos seus exércitos. Uma parte destes combatentes africanos acabaria mesmo por servir nas tropas de Aníbal que invadiram a Itália quando da Segunda Guerra Púnica. Mas, para nos aproximar da génese do fenómeno da escravidão em África, o surgimento da egiptologia moderna — com os preconceitos a cair perante factos provados — veio trazer-nos maior clareza.

As grandes descobertas do século xix confirmaram-nos que tinham existido, em todas as épocas do Antigo Egipto, homens escravizados e obrigados a trabalhar gratuitamente para outros. Aqueles que estavam reduzidos à escravidão neste país eram-no oficialmente, num sistema organizado e administrado pelo poder

do próprio monarca. Apenas podiam ser escravizados os estrangeiros capturados durante campanhas militares ou oferecidos como tributo por regiões vassalas. A tradição egípcia não permitia que se escravizassem os súbditos do faraó. Estes últimos eram considerados criações de Deus. Os raros escravos egípcios deviam a sua situação a uma condenação resultante de um delito de direito comum ou de uma rebelião contra a autoridade do monarca. Todos os outros eram estrangeiros «importados», principalmente durante o Império Novo. Encarregado pelo rei de construir o templo de Wadi el-Seboua, no ano 44 do reinado de Ramsés II, Setau, vice-rei da Núbia egípcia, teve de recorrer à guerra para obter o pessoal necessário. Os menos robustos dos prisioneiros trazidos serviam nos templos, enquanto os mais fortes eram integrados nos exércitos do faraó. É neste momento que encontramos em África os primeiros sinais de povos negros submetidos a uma forma de servidão comparável a práticas de escravidão. A presença de prisioneiros de guerra utilizados nas minas é confirmada por numerosas fontes.

Depois dos hebreus, os egípcios tinham reduzido à escravidão os seus vizinhos africanos das regiões núbia e sudanesa, antes de receber em grande número — a partir do século II da nossa era — outros cativos vindos da costa somaliana. Portanto, a história dos povos negros escravizados em África remonta à noite dos tempos faraónicos. A sua deportação, porém, nunca assumiu uma dimensão industrial porque, durante muito tempo, o trabalho servil, no sentido estrito do termo, não constituía em África um traço dominante das economias locais, sobretudo a do Egipto. Isto até que a realização de trabalhos grandiosos crie a necessidade: foram precisas centenas de milhares de homens — entre os quais muitos vizinhos africanos — para talhar as pedras dos templos ou das pirâmides. Assim, a longa marcha dos escravos no continente negro começou ao longo do Nilo para durar até cerca do

ano 730 antes da nossa era. É neste momento que os guerreiros núbios conquistam o reino do Egito.

A Núbia, que conheceu menos invasões do que o Egito, estendia-se a norte do actual Sudão, entre a segunda e a sexta cataratas do Nilo. Após uma época neolítica particularmente inventiva, este território conheceu o advento de três reinos sucessivos, cada um com uma capital diferente: o de Karma, o de Napata e, por fim, o de Meroé. A Núbia, cujo nome provém da raiz egípcia *nebou*, que designa o ouro que ali se encontrava, suscitou cobiça desde muito cedo, nomeadamente a do seu poderoso vizinho, o Egito. Os núbios começaram por ser mercenários ao serviço dos egípcios, de cujo exército constituíram a parte mais importante. Ao dominá-los, os egípcios impuseram-lhes uma cultura e deuses; e foi assim que Cuxe* se tornou, num primeiro momento, uma província colonial do Império Novo. Depois de ter recuperado a independência, a Núbia aumentará as suas possessões, entre 1785 e 1580 antes da nossa era. Nesse tempo, Cuxe constituiu, na bacia do médio Nilo, um verdadeiro império, integrando os outros Estados da Núbia num sistema federal que haveria de perdurar. Os seus habitantes, homens valorosos e de uma grande probidade, eram então os verdadeiros senhores do Nilo, o que inspirou a Heródoto esta observação certamente exagerada: «É aqui que os homens são mais altos, mais belos e vivem mais tempo.»

O profeta Isaías assegurava que tinham impressionado a sua geração. Isaías, embora acostumado aos invasores oriundos de todos os quadrantes, escreveu: «Correi, mensageiros velozes, para um povo esbelto e bronzeado, para um povo sempre temido, para uma nação sempre poderosa e longínqua, que espezinha os inimigos.» Estes guerreiros negros de perfil atlético, orgulhosos da sua bravura e seguros do seu deus infalível, Amon de Napata, conquistaram o reino do Egito por volta do ano 730 antes da

nossa era. Foi o rei Piyé Menkheperre (747-715), chamado O Vivo, filho do rei napaciano Kashta, quem esteve na origem deste feito. Tinha organizado uma expedição militar ao longo do Nilo para defender os seus Estados, então sob tutela dos soberanos do Egito do Sul, enquanto se consolidava a coligação das forças do Egito do Norte com os líbios. Os núbios acabaram por vencer Tefnakht, faraó da 24.ª dinastia, e o seu filho Bocchoris. O resultado desta guerra levará os cuxitas núbios a tomar o trono egípcio e a inaugurar a 25.ª dinastia de faraós negros.

Foi desta forma que, graças a uma justa reviravolta, os antigos escravos se tornaram os novos senhores do Egito.

Entretanto, nos territórios que englobam o actual Sudão e as margens da Eritreia e da Etiópia, praticava-se a escravização das populações, mas no quadro de um sistema de servidão interna «específica» às tradições africanas, como veremos mais à frente. A maior parte destas regiões foi cristianizada após a queda do Império de Meroé. Os dois reinos núbios, um situado a norte e o outro ao centro, haveriam de unir-se num só e fixar a sua capital em Dongala.

Porém, o curso da história das suas relações, nomeadamente com os árabes, tornados senhores do Egito islamizado, voltará a evoluir. A partir do século VII da nossa era, os árabes, tendo conquistado o Egito, iam escravizar numerosos povos provenientes da Núbia, da Somália, de Moçambique e de outros pontos, no âmbito da primeira expansão islâmica. Os núbios tinham sido duramente abalados pelos poderosos ataques das forças árabes. Defenderam-se corajosamente, mas, perante a superioridade numérica e a determinação dos soldados da *jihad* (a guerra santa contra os infiéis), preferiram negociar a paz, ratificando em 652 um tratado conhecido como *bakht*. Será o emir Abdallah ben Said

quem se encarregará das negociações com o rei núbio Khalidurat. O tratado compreendia o seguinte:

Artigo 1: Tratado concedido pelo emir Abdallah ben Said ao rei da Núbia e a todos os seus súbditos, que todos os núbios [...], a partir das fronteiras de Alwa, são obrigados a respeitar.

Artigo 2: Abdallah ben Said concede-lhes um acto de garantia e um armistício, que os tornam aliados de todos os muçulmanos, tanto dos do Sul quanto de outras regiões e dos povos deles tributários. Oh, povo da Núbia, estareis em segurança sob a protecção de Deus e do seu enviado Maomé. Comprometemo-nos a não vos atacar, a não provocar contra vós nenhuma guerra e a não saquear o vosso país, enquanto permanecerdes fiéis à observação das condições estipuladas entre nós e vós e cujos pormenores se apresentam de seguida.

Artigo 3: [...] Se algum escravo pertencente a um muçulmano se refugiar junto de vós, não o abrigareis e fá-lo-eis conduzir para território muçulmano.

Artigo 5: Haveis de entregar, todos os anos, 360 escravos de ambos os sexos, que serão escolhidos entre os melhores do vosso país e enviados ao imã dos muçulmanos. Todos deverão estar isentos de problemas. Não devem ser apresentados velhos decrepitos, idosos ou crianças com idade inferior à puberdade. Devem ser entregues ao governador de Assuão.

Foi assim que o tráfico negreiro foi inicialmente inventado e planificado pelos árabes quando o emir e general Abdallah ben Said impôs aos núbios a entrega anual e forçada de centenas de escravos. A maioria dos homens que eram objecto deste contrato era retirada às populações do Darfur. Será preciso esperar que os árabes se cansem da Núbia, o seu primeiro «reservatório» de escravos, para se lançarem ao assalto do resto do continente africano.

Porém, tudo começou ali, no Darfur, e aparentemente nunca mais teve fim. É o desprezo dos árabes pelos negros que continua

a manifestar-se cruelmente ali até hoje, através de uma prática de escravização mal dissimulada e por meio de uma verdadeira limpeza étnica. Na verdade, o *bakht* ratificado em 652 pelo emir e general Abdallah ben Saïd foi o ponto de partida de uma enorme sangria humana que será efectuada não só em toda a faixa sudanesa mas também do oceano Atlântico ao mar Vermelho, passando pela África Oriental. Esta sangria, praticada quer localmente, quer muito além das regiões do mundo muçulmano, prolongar-se-á no Darfur do século VII ao século XXI, sob o nosso olhar, com a sua quota de massacres — para não falar de genocídio.

Os árabes, muito antes dos europeus, iam assim operar uma interminável guerra santa com os seus ataques sangrentos e arrasar populações inteiras, para a glória dos haréns do Oriente. O tráfico fornecia crianças, mulheres e homens oriundos do interior do continente negro. A procura de escravos do mundo árabo-muçulmano provocou a constituição de duas correntes de tráfico. Uma, terrestre, conduzia os cativos do subcontinente para norte, através do Sara (tráfico transariano). A outra, marítima, levava os cativos dos portos da costa leste de África até ao Oriente (tráfico oriental). Veremos mais à frente que os territórios que mais beneficiavam desta infâmia eram, essencialmente, a Turquia, o Egipto, a Pérsia, a Arábia, a Tunísia e Marrocos. Assim, os árabes tinham inaugurado uma via marcada por humilhações, sangue e mortos, a qual eles serão os últimos a encerrar oficialmente, já no século XX, muito tempo depois dos ocidentais.

Para o estudo das fontes desta tragédia, os investigadores foram desde sempre confrontados com uma espécie de pensamento único, se não mesmo uma «verdade revelada» segundo a qual «apenas o acto escrito é a base primordial da fixação das realizações consideradas fundamentais». Desta forma, na sua apreensão de África, numerosos autores só reconhecem a história do continente

negro a partir do surgimento da escrita. Antes disso, relegam os seus povos para tempos obscuros, para a não-historicidade. Tais eruditos pensam que, uma vez que os africanos não dominavam suficientemente a escrita, estes não podiam ter mais do que uma vaga ideia da sua história. Mas, paradoxalmente, estes mesmos autores — para pôr ao mesmo nível agentes e vítimas do tráfico negreiro — mostram-se bastante precisos e espantosamente informados quando se trata de inventar em África um cruel tráfico negreiro interno e semelhante aos outros.

Os africanos, no entanto, não ignoram nada da sua história; apenas diferem os suportes utilizados para a transmitir — particularmente a tradição oral. Na filosofia de muitos povos africanos, cronológica e logicamente, a tradição oral é anterior à escrita, porque no princípio era o Verbo. O que também é reconhecido, e justamente, por investigadores ocidentais como Alain Anselin, para quem «a língua é a caixa negra de qualquer civilização». Assim, os quimbandas, historiadores orais e verdadeiras memórias vivas das civilizações africanas negras, dizem-nos que, antes da chegada dos árabes, o sistema de submissão já existente na África Subsariana, erroneamente qualificado como «tráfico» ou «escravatura interna», era, na verdade, servidão, fosse sob forma agrícola, doméstica ou militar. Este sistema era uma instituição de domesticidade tão diversificada quanto difundida e distinta da escravidão agrícola americana.

Quando a descobriu no século XIX na África Ocidental, a administração colonial francesa não deixou de ficar espantada com a sua extensão. Sobretudo, viu-se confrontada com um dilema: «Deveríamos nós», interrogava-se o próprio general Faidherbe, então governador do Senegal, «enquanto anexávamos um território, desde 1848, ter implementado nele o decreto da emancipa-

ção? Em rigor, é o que espírito da lei teria exigido.» Na verdade, muitos administradores civis ou militares não o fizeram porque recusavam dar a este sistema o nome de escravidão. Insistiam no aspecto pessoal das relações entre senhor e cativo. Recorrendo às cheferias locais para recrutar mão-de obra por seu intermédio, a administração colonial decidiu preservar durante muito tempo esta forma de servidão específica das tradições africanas. Portanto, foi com plena objectividade que substituíram os termos «escravos» e «escravidão» por «cativos» e «servidão».

Inúmeros viajantes desta época reconheceram tal originalidade em matéria de submissão. Monsenhor Cuvelier notava: «A instituição da escravatura, tal como existia no Congo, parecia tolerável.» Com efeito, no Congo, o senhor chamava ao cativo *m'ana*, que significa «criança» ou «filho». E o almirante Fleuriot acrescentava: «A escravidão é uma instituição doméstica das populações uolofes [etnia maioritária no Senegal]. Ali, os costumes são brandos e a condição do escravo pouco difere da condição do homem livre. Assim, apesar de algumas veleidades de reforma, a colonização francesa adaptar-se-á perfeitamente à ordem social preexistente. Desde a introdução do islão, há um grande número de libertos que continuam a viver sob a protecção de um senhor, a quem pertencem; nunca podem misturar-se com as famílias livres, que continuam a ser superiores em estatuto. O escravo possui um pecúlio que está compreendido na distribuição das terras, mas deve guardar as colheitas na propriedade do senhor, o qual pode apropriar-se dos produtos em caso de escassez.» Isolada do mundo mediterrânico durante milénios devido à desertificação do Sara, a África Negra ignorou até à era contemporânea a propriedade fundiária. A propriedade privada não existia em vários países, ou, se existia, era de forma muito limitada. Como o ambiente era de propriedade comum, muitas famílias optavam por disponibilizar as suas terras em regime cooperativo, para as explorar. O dinheiro

não existia, pelo menos no sentido que lhe atribuímos hoje. Progressivamente, o enriquecimento e a elevação social acabarão por depender da possibilidade de cultivar o máximo de superfície. Daí a necessidade de dispor de uma mão-de-obra de peso. Na servidão africana, quanto mais um homem possuísse cativos para cultivar as suas terras e mulheres tivesse, mais rico era; e quanto mais rico era, mais apto estava a aumentar o seu «património» de mulheres e servos. Estava assim aberto o caminho para os conflitos, com o objectivo de obter uns e outros. O que suscita ao historiador Marc Ferro a seguinte declaração: «Como não existia a noção de posse de terras, os homens e as mulheres constituíam a única fonte de riqueza. A sua captura e o seu comércio, fosse pela guerra ou por outro meio, animavam os conflitos entre os reinos.»

Portanto, desde tempos imemoriais até um período recente, as sociedades da África Subsariana conheceram não tanto escravos, mas cativos, vítimas sobretudo destes conflitos de que fala Marc Ferro. De início, tais combates não eram verdadeiramente sanguinários, mesmo em sociedades temivelmente bélicas: eram pouco numerosos e relativamente pouco fatais. Na tradição dos n'gunis (variante zulu), por exemplo, muitas vezes limitavam-se a uma luta singular entre os dois homens mais combativos de cada campo. Por vezes, os clãs opunham os respectivos exércitos. Porém, a batalha cessava assim que um dos lados reconhecia a derrota. As populações civis não eram envolvidas. As mulheres e as crianças não hesitavam em deslocar-se aos campos de batalha para encorajar os seus clãs.

Estes confrontos iam, todavia, começar a intensificar-se em inúmeras regiões africanas — devido à chegada dos árabes muçulmanos, a quem isto muito interessava. As guerras tribais tornaram-se mais violentas. Os líderes dos clãs vitoriosos, em vez de se contentarem com as terras conquistadas e com o reconhecimento,

obrigavam os vencidos a aceitar uma posição de subordinação. Antigos ressentimentos de família e rivalidades entre tribos provocavam conflitos igualmente destruidores. Os vencidos tornavam-se cativos dos vencedores. Tais confrontos não tardaram a ser responsáveis por frequentes fomes, por vezes tão dramáticas que alguns homens livres não hesitavam em vender-se a si mesmos como cativos ou a vender os próprios filhos. Também podia acontecer que alguém se vendesse a um senhor para pagar uma dívida impossível de ser honrada. Os culpados de certos crimes, como os feiticeiros, podiam ser reduzidos à escravidão e afastados da sua região de origem.

Inversamente, outros indivíduos, que tinham perdido os familiares, podiam ser socialmente reintegrados por meio da servidão. Abandonavam o seu patronímico para adoptar o do senhor.

Outra constante nas sociedades negro-africanas é o sistema de castas que abusivamente forneceu inúmeros servos. Do português «casto» («puro»), esta palavra, símbolo de classes estritamente hierarquizadas em muitas civilizações, designa na maioria dos casos um sistema aplicado há mais de três mil anos na Índia. Ali, o termo abrange duas realidades. Por um lado, um grupo composto por *varna*, que identifica, em sânscrito, quatro classes hierarquizadas: os brâmanes situados no topo da pirâmide e constituídos por religiosos eruditos; os *kshatriya*, formados pelos nobres (marajás e senhores da guerra); os *vaishya* (a maioria da plebe); e os *shudra*, que são os servos. Por outro lado, à margem desta organização social hereditária, encontram-se os «supracastas», que os outros não podiam tocar e por isso chamados «intocáveis».

Um dia, um verdadeiro trabalho de investigação antropológica e histórica deveria tentar compreender como uma idêntica organização se encontra aplicada em inúmeras sociedades do continente negro há vários séculos. Esta hierarquização social traduz-se (no

Senegal, por exemplo) numa divisão que compreende, no topo, o equivalente dos brâmanes. Trata-se de nobres de sangue real, chamados *Bours*, *Guélawars*, *Faama*, *Mwené*, *Damel*, *Almammy*, *Linguers*, etc. Ao longo de séculos, as sociedades africanas assentaram neste feudalismo frequentemente de espada, que gerou uma classe de senhores; estes últimos dominaram e muitas vezes submeteram à servidão homens que pertenciam às outras classes sociais. A maior parte da população era composta por fora-das-castas, chamados *Guers*, e por membros de castas inferiores, designados como *Nyéniós* (*Rabb*, *Mabbo*, *Woudé*, *Teug*, *Laobé*, *Guéwel*, etc.). Na realidade, estas categorias sociais costumavam agrupar corporações artesanais há muito desprezadas, como os sapateiros, os ferreiros ou os tecelões.

Para compreender este fenómeno, é preciso referir que os ferreiros, por exemplo, que esculpiam ídolos e máscaras, sempre foram assimilados à categoria social tida como «intocável» pelos nobres.

Estes técnicos notáveis permitiram o desenvolvimento da agricultura graças às ferramentas feitas de ferro. Ao mesmo tempo, as armas do mesmo metal serviam para defender mais eficazmente os celeiros. Várias sociedades africanas veneraram os reis-ferreiros, mas desde a «grande dispersão dos bantos», que levaram consigo as técnicas da metalurgia e do ferro, em certos impérios guerreiros e expansionistas atribuíam-se à casta dos ferreiros poderes sobrenaturais e potencialmente perigosos, devido à sua habilidade em conceber, dominar e reparar armas de fogo. Estes artesãos, desde sempre indispensáveis, eram temidos pelos seus conhecimentos técnicos. Até um período recente, os africanos ainda assimilavam o seu conhecimento a tais práticas mágicas, pois, no imaginário colectivo, permitia transformar a matéria pela manipulação de elementos fundamentais extremamente carregados de símbolos, como o fogo, a água e a terra. Assim, estes técnicos obtinham

um grande proveito material do seu trabalho, reconhecido como útil e apreciado pelas populações. Mas, paradoxalmente, pagavam por isso um elevadíssimo preço social.

Com efeito, os seus poderes tornavam-nos religiosa e socialmente suspeitos aos olhos das populações. Tal como a casta dos intocáveis na Índia, os ferreiros africanos só podiam casar-se no seio da própria comunidade. Uma espécie de «endogamia de casta» impunha que as suas esposas pertencessem ao mesmo grupo que os pais. Tal particularidade, ou «marca de casta», expunha-os em primeiro lugar, em caso de conflito, a serem presos e, depois, escravizados. Assim se compreende que feiticeiros e criminosos estivessem lado a lado, nos locais de cativo, com membros de castas, prisioneiros de guerra, pessoas comuns e crianças vendidas pelos pais em troca de víveres. Estes cativos reduzidos à servidão pertenciam a quase todas as etnias africanas. As sociedades africanas pré-coloniais eram, é certo, muito inigualitárias, como descreve o Dr. Livingstone. De acordo com os relatos — confirmados pelos quimbandas — dos primeiros ocidentais a percorrer a África Negra, estima-se que um quarto dos homens tinha o estatuto de cativo ou de trabalhador forçado, e que 14 milhões de indivíduos se encontravam nesta categoria.

Seria, portanto, difícil defender que as sociedades do continente negro não conheciam a servidão ou o trabalho forçado. Desde tempos imemoriais, grassava em África um sistema de servidão. Mas ele nada tinha em comum, fosse em objectivos ou em proporções, com o sistema dos «visitantes» árabo-muçulmanos. Nas sociedades africanas de linhagem, a servidão era diferente da antiga escravatura, uma vez que o cativo se encontrava integrado na família. Tinha o estatuto de adoptado, se não mesmo de «parente». Não era comparável a um «autómato», no sentido grego, nem a um «bem», no sentido romano, nem a uma «coisa

mobiliária», no sentido português. Gozava de direitos cívicos e de direitos de propriedade. Os direitos inerentes à sua condição eram definidos de forma clara. Geralmente, devia ao senhor cinco dias de trabalho por semana e podia trabalhar livremente, por conta própria, no tempo restante.

Na verdade, esta instituição assemelhava-se ao que se passava em certos países europeus nos quais a servidão era tradicional. Excepto em períodos de crise económica, os servos não viviam obrigatoriamente em condições miseráveis ou humilhantes. Mantinham até relações afectivas e de respeito com os senhores. Os laços de sangue eram respeitados.

A estrutura das sociedades africanas, antes da chegada dos árabes, poderia comparar-se com a de uma sociedade feudal, com as suas tribos suseranas e outras mais ou menos vassalas. Para a maioria dos monarcas ou líderes africanos, os cativos não eram menos seus irmãos: podiam servi-los como criados, guerreiros ou outros trabalhadores forçados, mas nenhum deles tinha o direito de lhes tirar a dignidade, de os separar violentamente das famílias, de os vender em leilão ou de os violentar. A servidão interna africana existia apenas como instituição quase patriarcal, sem cruéis caças ao homem nem vendas públicas. Neste sistema, os quimbandas, guardiães da memória, não relatam casos de tortura ou outras crueldades. Guerreiro ou criado, o cativo não era objecto de nenhum acto de sadismo gratuito, como as chicotadas constantes ou a ablação dos órgãos genitais, práticas correntes no mundo árabo-muçulmano. Certamente, o cativo tinha um estatuto social inferior, mas, fosse trabalhador, guerreiro ou criado doméstico, tinha direito ao respeito devido a qualquer ser humano e muitas vezes acabava por se integrar numa família de acolhimento.

Duas categorias de cativos eram submetidas à servidão: os cativos de casa e os cativos dos campos. O trabalho destes últimos era

rude, e a sua sorte muito menos invejável do que a dos primeiros. O indivíduo tornava-se cativo de casa pela vontade soberana do senhor ou por via do casamento. O servo podia casar-se com uma cativa e ter filhos, que adquiriam o estatuto de cativos por nascimento. Na idade adulta, estes exoneravam os pais do trabalho que realizavam. Logo aos 10 anos, iam para os campos e tratavam dos rebanhos. Se nalguns locais, em caso de herança, o senhor ficava com tudo, nos reinos da África Ocidental não era isso o que se passava. Os filhos legítimos herdavam a totalidade do que os pais possuíam. Os filhos de sexo masculino herdavam dois terços, e as filhas herdavam o restante. O senhor só intervinha nas questões de partilha para facilitar a sua resolução.

Quanto às mulheres — no regime polígamo mas tradicionalmente matriarcal da África Negra —, o seu estatuto não diferia em nada do estatuto dos cativos de sexo masculino. As mulheres viam-se submetidas às mesmas leis e aos mesmos trabalhos, enquanto fossem simples cativas. Tratavam do cultivo dos gêneros alimentícios e da vigilância dos animais, e também se dirigiam às pastagens. Podiam também ser cedidas, independentemente de terem filhos ou uma família. Apenas integravam as transferências de cativos as crianças de peito, que as mulheres levavam consigo. O seu papel, porém, era mais complexo quando se tornavam cativas de casa, o que costumava acontecer quando eram bonitas, graças à preferência dos senhores, como se passava com as africanas deportadas para o Novo Mundo. Todavia, em África, o senhor não exercia o direito da primeira noite. Para melhorar a sua condição, contudo, as mulheres prestavam-se a isso de livre vontade, pois, com este novo estatuto, já não podiam ser cedidas: permaneciam na aldeia, cuidando da casa, das crianças e da alimentação.

Os filhos do senhor, quer tivessem sido concebidos com uma mulher livre ou com uma cativa, dispunham dos mesmos direitos

de herança. Na maior parte das sociedades africanas pré-coloniais, quando da entrada na idade núbil, as adolescentes livres eram «casadas» pelo próprio pai com o seu futuro senhor e marido, em troca de um valor simbolicamente chamado dote. Com frequência, porém, elas dedicavam o resto da vida a reembolsar tal investimento através do trabalho e de actividades sexuais. Esta cedência, na realidade, não passava de uma venda. Tais formas de «coacção» são tanto mais condenáveis quanto se perpetuam até aos dias de hoje.

Relativamente à história da maioria dos grandes impérios africanos — como o Gana —, a principal fonte de que dispomos emana dos relatos de Al Bakri, geógrafo árabe de Córdova. Este grande viajante fala da riqueza do monarca e dos seus súbditos, simbolizada, é certo, pelo ouro, mas também pela posse de numerosos cativos. Al Bakri relata que certos notáveis tinham «mil e até mais» cativos, para tarefas domésticas, de cultura de terras e de extracção mineira. Porém, o cronista e viajante árabe não menciona nenhum tráfico nem suplícios cruéis.

Após o desmembramento do Império do Gana, numa das suas antigas componentes, como o Senegal, uma parte importante das populações dos reinos de Djoloff, Cayor e Baol sempre foi constituída por cativos (*diams*) e seus descendentes. Tais *diams*, bem integrados nas sociedades locais, partilhavam a alimentação dos senhores e podiam possuir e explorar livremente as terras. O cativo era tratado de forma igualitária, com excepção do direito a ser herdeiro do senhor. Raramente era destinado à venda, a menos que revelasse «más intenções». Ao fim de certo tempo de serviço, era autorizado a adquirir cativos para si. Os que se tornavam *Diamou Bour* (cativos da Coroa) forneciam valorosos guerreiros aos exércitos reais. Por isso, era bastante raro que almejassem a liberdade, tanto mais que este estatuto

lhes permitia ter uma família e uma existência isenta de preocupações materiais.

Os cativos da Coroa gozavam de uma consideração e de privilégios que justificavam, por si sós, a ligação que tinham aos senhores e até à sua condição. Tal condição era hereditária e transmitida de dinastia em dinastia: independentemente da forma de governo, estes cativos nunca deixavam de ser propriedade do reino. Na maioria das sociedades africanas, estes súbditos constituíam uma força considerável; a sua autoridade no conselho privado e o seu papel preponderante na guerra tornavam-nos, por assim dizer, auxiliares preciosos, muito ouvidos pelos soberanos. No sistema de servidão africano, com efeito, muitos monarcas ou líderes utilizavam os súbditos nos diferentes combates que levavam a cabo, mesmo muito tempo depois da chegada dos colonos.

O exército do conquistador El Hadji Omar e o do seu filho Ahmadou eram constituídos por estes cativos-soldados chamados *talibés* (ou estudantes de teologia), prováveis antepassados espirituais dos talibãs, que, já mais próximos de nós, também trilham o caminho da guerra santa. Se a maioria estuda nas escolas corânicas do Paquistão, muitos deles combatem no Afeganistão, em nome da *jihad*, alternando Alcorão e *kalashnikov*. Ao lado dos talibés, que eram oriundos de castas livres ou nobres, combatiam os *sofas* (ou regimentos de cativos). Líderes como El Hadji Omar, Lat Dior e Samory Touré não faziam distinção entre os dois grupos de guerreiros. No combate, costumavam basear a rivalidade na bravura, e não no «nascimento». Alguns dos oficiais mais graduados eram cativos. Na sua *Exploração do Alto Niger* (1883), o coronel Gallieni referia aos superiores que o rei de Segou possuía regimentos inteiros de cativos bambaras, que gozavam de vários privilégios. No Senegal, estes cativos-soldados

também contribuíram largamente para as diferentes vitórias dos resistentes Lat Dior, rei de Cayor e Baol, e Alboury N'Diaye, rei de Djoloff. O chefe do Estado Maior de Lat Dior, Demba War Sall, um herói ainda cantado pelos quimbandas, era ele próprio um antigo cativo tornado *Fara Kaba*, isto é, líder dos cativos da Coroa. Era igualmente possível que antigos cativos merecedores se tornassem diplomatas e fossem habilitados a firmar tratados que comprometiam os reinos. Um cativo podia substituir provisoriamente um chefe e administrar a cidade. Se algum audacioso aludia à sua situação anterior, ficava exposto a penas severas.

Temos de sublinhar que, nos outros reinos africanos, o sistema de servidão obedecia aos mesmos princípios, embora houvesse — como em todas as civilizações e em todos os continentes — algumas excepções, por vezes extremamente cruéis, como é óbvio! São inúmeros os testemunhos assustadores que relatam a ferocidade de certos monarcas, sobretudo de alguns reinos da África Central.

Por exemplo, na corte do rei Mtéza, Stanley relata que, para satisfazer um simples capricho, o monarca mandava cortar a cabeça de algumas centenas de cativos. Quanto às mulheres que compunham a sua gente de casa, não se passava um dia sem que uma ou duas destas infelizes não fossem conduzidas — com uma corda presa ao pulso, arrastadas ou puxadas pelos guardas — para o matadouro. O medo inspirado pelo soberano impedia que alguém se atrevesse a salvá-las do carrasco.

Quando morria um rei do Daomé (actual Benim), era-lhe erigida uma espécie de cenotáfio rodeado de barras de ferro, dominado por uma urna de terra, cimentada pelo sangue de uma centena de cativos sacrificados, para servir de guardas ao soberano no outro mundo. Durante as festas sanguinárias chamadas «Grandes Costumes», eram degoladas centenas de cativos de cada vez, para que fossem levar ao rei defunto a notícia da coroação do seu sucessor.

Todavia, salvo estas excepções, a condição dos cativos africanos, empregados no cultivo da terra, na lida da casa ou na guerra, não se assemelhava em nada à dos africanos em servidão em terras árabo-muçulmanas ou no Novo Mundo. Quaisquer que tenham sido as formas de servidão na maior parte das sociedades africanas negras, não podem ser comparadas com os horrores do tráfico árabo muçulmano e transatlântico, isto é, com práticas que resultaram em deportações maciças e em tratamentos de mutilação, traumatizantes ou homicidas. A servidão africana, aceite com resignação pelas populações, integrou-se no seu modo de vida.

É certo que muitos historiadores ocidentais tentaram demonstrar que existia um cruel e desumano tráfico negreiro interno em África, no sentido daquilo que foi praticado pelos árabes muçulmanos e pelos europeus no Novo Mundo. Parecem esquecer que o verdadeiro tráfico é um comércio. Horrível, sem dúvida, mas um comércio com regras. Estas supõem batedores, fornecedores, compradores, intermediários, circuitos de aprovisionamento, capazes de satisfazer uma importante procura de cativos e assegurar o seu transporte. Por outras palavras: uma verdadeira logística adaptada às leis da oferta e da procura.

Antes da chegada dos árabes, não existia em África uma tal organização, tão mercantil quanto maquiavélica. O continente só produzia cativos para uso interno. Contrariamente ao que se passava no Mediterrâneo da Antiguidade, o continente negro não conhecia a escravatura como sistema de exploração económica e social. O seu comércio externo limitava-se essencialmente à troca de ouro contra jóias, tecidos, armas e sal. A venda de cativos de guerra — praticada particularmente pelo Gana e por alguns pequenos reinos locais — como produtos de exportação revelava-se muito reduzida. Na administração destas sociedades, a expor-

tação de cativos não constituía, de modo nenhum, o principal recurso para os Estados.

Ou seja: «visitantes» e africanos tinham abordagens radicalmente diferentes quanto às práticas de servidão. Afirmar que os árabes muçulmanos — e, depois destes, os negreiros europeus — não fizeram mais do que imitar práticas já instaladas antes da sua chegada, simplesmente armando os homens, é uma falsidade grosseira. O sistema de servidão preexistente na África Negra forneceu meramente presas que os negreiros árabes foram os primeiros a explorar de forma desumana e brutal, por desprezo aos povos negros.

Na África Ocidental, tudo começou com a chegada dos mouros. No seguimento da sua primeira viagem, o escocês Mungo Park (1771-1805) deixou preciosas informações acerca das sociedades africanas pré-coloniais. Nota que, à margem do funcionamento tradicional do mundo africano negro, se desenvolviam os recém-chegados mouros.

Mungo Park insiste no ódio dos negros pelos mouros (africanos brancos arabizantes), que tinham sido os primeiros a importar para as terras da África Ocidental formas de servidão muito diferentes das práticas em curso antes da sua chegada. Estes negreiros e comerciantes instalados na Mauritânia, que também levavam goma para o Senegal, são-nos descritos pelo general Faidherbe como nómadas da parte ocidental do Sara:

Eram tão cruéis para com os naufragados, junto de quem criaram uma terrível reputação e que, nos seus relatos, traçaram deles um retrato medonho. Muitas pessoas julgavam que «mouros» é o verdadeiro nome das populações brancas do Norte de África, nómadas no Senegal e comerciantes nas cidades da Argélia. Na verdade, esta palavra, que é de origem semítica e significa «ocidentais», era perfeitamente desconhecida de uns e de outros. A palavra pela qual os

nômadas da margem direita do Senegal se designam a si mesmos e pela qual são designados no país é *nar*. A região em que habitam, até um limite indeterminado a norte, é designada pelos habitantes do Senegal pela palavra *ganar*, que talvez tenha a mesma origem que os nomes da geografia antiga: cabo Ganaria (a sul de Marrocos); ilhas Ganaria, como era inicialmente conhecida a maior ilha das Canárias. Estes mouros são de uma grande imundície, o que se explica pela escassez de água no seu território, e as mouras são ainda mais imundas que os homens.

Era notoriamente sabido que estes mouros tratavam os cativos com uma severidade que raiava a crueldade, sem falar da sua exigência de labor, que se encontrava nos limites das forças humanas. Já os senhores uolofes, tuculores ou peúles (africanos negros) eram humanos com os cativos e adaptavam o trabalho às forças do indivíduo. O próprio Mungo Park não gostava destes mouros e censurava-lhes as «aldrabices». Sublinhava a frequência das guerras, que eram de dois tipos: por um lado, guerras formais de prestígio, à europeia; por outro, e sobretudo desde a chegada dos árabes, razias, isto é, ataques que visavam principalmente a vingança e a obtenção de cativos.

Todas estas indicações que nos chegaram graças a Mungo Park figuram nas traduções de *Viagem ao Interior de África*. Quanto à crueldade destes primeiros negreiros mouros arabizantes, o general Louis Faidherbe acrescenta:

Por volta de 1850, entre as paredes de Dagana, ao regressarem de uma expedição de razias, dois cavaleiros mouros *trarzas* disputavam uma criança de alguns meses. Estavam prestes a partir para a violência quando chegou um terceiro mouro, o qual, para restabelecer a paz, não encontrou nada melhor do que eliminar a causa do conflito: pegou a criança por um pé, girou-a por cima da cabeça e partiu-

-lhe o crânio contra uma árvore. Na nossa última campanha contra estes mouros *trarzas*, em 1855, tinham-nos levado um marinheiro que se afastara da coluna, junto a Gaé; foi atacado pelas mulheres com pilões e sucessivamente desarticulado nos pulsos, nos tornozelos, nos cotovelos, nos joelhos, nas coxas e nos ombros. É por meio de crueldades como esta que os mouros conseguem inspirar um tão profundo terror nos negros.

Assim, como veremos, foi a chegada dos árabes muçulmanos e a islamização dos povos levados à *jihad* que marcaram uma viragem dramática nas práticas de servidão em África. Foram o ponto de partida de uma ignóbil empreitada de destruição durante 13 séculos de perseguições ininterruptas, de humilhações, de sofrimento, de desprezo, de razias e de emboscadas mortíferas. É verdade que é difícil estimar o número de africanos subjugados no exterior do continente negro desde a Antiguidade. Porém, a enorme sangria humana que os povos negros haveriam de sofrer, de forma tão lenta quanto espaçada no tempo (do século VII ao século XXI), será qualificada pelos historiadores e pelos antropólogos como o primeiro comércio de tráfico, com práticas desumanas e exportações a longas distâncias. Este empreendimento criminoso será tanto mais duro e brutal quanto, no imaginário comum dos povos árabo-muçulmanos, os negros pagãos ou fetichistas não eram mais do que sub-humanos. Relativamente aos convertidos, até aos nossos dias permanecerão aos seus olhos, quer o admitam quer não, como seres invariavelmente inferiores.

2

O negro no imaginário colectivo dos povos árabo-muçulmanos

A escravatura não é fruto do racismo. O racismo é que foi a consequência da escravatura.

ERIC WILLIAMS

Se na Antiguidade mediterrânica o europeu assimilava o homem negro ao «resíduo excrementício, à morte e ao mundo infernal», durante o período pré-islâmico negros e árabes conviviam, diz-se, sem preconceitos.

As primeiras complicações ocorreram no início do século vi da nossa era. Os etíopes tinham tomado de assalto toda a costa da Arábia e o porto de Jidá em 702. Por duas vezes, as suas forças tinham tentado em vão conquistar uma parte da Arábia. No âmbito de uma última ofensiva de grande envergadura, os etíopes foram derrotados pelos persas. Deixaram no local inúmeros prisioneiros, que serão de seguida reduzidos à escravidão. Como aliados dos bizantinos, estes etíopes tinham-se mostrado bastante activos na Arábia. A sua participação foi determinante na luta

pelo poder e na influência que opunha o Império Romano cristão à Pérsia. Portanto, árabes e persas conheciam sumariamente os povos negros através destas batalhas e dos textos antigos da *Geografia* de Ptolomeu e do *Périplo do Mar Eritreu*, obra anónima datada do século I. Segundo certas fontes, nos primeiros contactos, os árabes não manifestaram desprezo ou rejeição para com os africanos, bem pelo contrário. Estes últimos eram respeitados e muitos companheiros do guia e profeta muçulmano eram mestiços que tinham entre os antepassados uma avó etíope.

O Guia do islão é universalmente conhecido sob diferentes nomes. Os árabes chamam-lhe Muhammad ou Mohammed, que significa «Aquele que é louvado». Já «Mehmet» é o nome pelo qual os turcos designam o profeta. Esta denominação turca está na origem de «Maomé», adoptado e adaptado para a fonética francesa pelos historiadores francófonos a partir de uma transcrição que remonta ao século XVII. Numerosos autores contemporâneos utilizam, no entanto, a versão inglesa, «Muhammad» ou «Mohammed», «Mohamed», «Mouhammad»... ou então «Mamadou», nome com que os muçulmanos da África Ocidental designam o profeta. Quanto a «islão», significa «submissão a Deus». É a terceira maior religião revelada do mundo. Rigorosamente monoteísta, o islão afirma a unicidade absoluta de Alá (Deus) e a sua presença na vida quotidiana dos homens.

Embora sempre se tenham mantido maioritariamente fiéis ao cristianismo ortodoxo, os etíopes eram, todavia, respeitados pelos árabes — mesmo após a primeira expansão islâmica —, os quais consideravam a sua civilização claramente mais evoluída do que a deles. E ainda durante a vida do profeta Maomé, no ano de 615, vários dos seus discípulos de Meca que tentavam escapar à perseguição da dinastia koraichita foram cordialmente recebidos e protegidos pelos etíopes em Axum. O profeta tinha-lhes dito:

«Se fordes para África, encontrareis um rei sob o qual ninguém é perseguido. Trata-se de uma terra de justiça em que Deus substituirá as vossas atribulações por tranquilidade.»

Noutra ocasião, teria acrescentado: «Evitai querelas com os etíopes, pois a estes foram atribuídos nove décimos da coragem da Humanidade.» Assim, quando Bilal ibn Rabah, escravo de origem etíope e libertado por Abu Bakr (cunhado do profeta), se converteu ao islão, Maomé fez dele o primeiro muezim da História, isto é, a pessoa responsável pela chamada à oração do alto do minarete da mesquita. O profeta Maomé teve como terceiro adepto do islão o seu outro escravo liberto e filho adoptivo Zeid, o único sectário que menciona o Alcorão. A palavra árabe *El-Qor'ân*, de onde veio «Alcorão», significa «a Leitura» ou «a Recitação». O artigo árabe a anteceder um substantivo comum confere-lhe, nalguns casos, o valor de um nome próprio. Porém, precisamente devido ao papel capital do livro santo, também é chamado *El-Forqân*, «a Distinção». O Alcorão é considerado a revelação eterna e directa de Deus, feita pelo arcanjo Gabriel (ou Djibril) ao profeta Maomé. Este último também tinha libertado Maria, uma copta egípcia. De seguida casou-se com ela e tiveram um filho, que foi chamado Ibraim, mas morreu antes do pai.

Os feitos de vários árabes negros, libertos ou com sangue africano, foram durante muito tempo cantados e glorificados por contos e lendas. Entre eles encontrava-se Antara, um grande guerreiro e poeta, cujo pai pertencia à tribo árabe dos 'Abs. Zabiba, sua mãe, era uma escrava etíope, concubina de um notável abastado. Antara tornar-se-á mesmo um símbolo do heroísmo árabe num romance de cavalaria em que participava nas guerras contra a Pérsia, Bizâncio e os cruzados. Outros mestiços de sangue africano foram igualmente glorificados, como Amr Ibn Al' As, conquistador do Egipto, e o califa Omar, entre outros. Vários relatos históricos fizeram o elogio dos grandes feitos de inúmeros outros africanos.

Desta forma, ao longo de muito tempo, os árabes, diz-se, não manifestaram o menor desprezo pela cor negra. No seu *Study of History*, o historiador inglês Arnold Toynbee parece confirmá-lo:

Os primeiros árabes que constituíam os dirigentes do califado omíada qualificavam-se como «povo moreno», com uma conotação de superioridade racial, ao passo que os seus súbditos persas e turcos eram chamados «povos avermelhados», com uma conotação de inferioridade racial: isto é, faziam as mesmas distinções que nós entre loiras e morenas mas invertendo os valores que atribuímos a estes dois tipos de brancos. Diz-se que os homens preferem as loiras, mas o «povo eleito por Alá» dá prioridade às morenas. Além disso, os árabes e todos os outros muçulmanos brancos, morenos ou loiros sempre foram desprovidos de preconceitos quanto a raças não brancas; e, até aos dias de hoje, os muçulmanos continuam a praticar a mesma dicotomia da espécie humana que os cristãos ocidentais da Idade Média. Dividem a Humanidade em crentes e não-crentes, os quais são crentes em potência; e esta divisão supera todas as diferenças físicas e raciais. Tal largura de perspectiva é ainda mais notável nos muçulmanos brancos de hoje do que nos cristãos ocidentais da Idade Média: os nossos antepassados medievais tinham poucos ou nenhuns contactos com povos de cor diferente, ao passo que os muçulmanos brancos se encontraram, desde sempre, relacionados com os negros de África e com os povos de pele escura da Índia, e não deixaram de fomentar tais relações; de modo que, hoje, brancos e negros se vêem misturados sob a égide do islão, ao longo da totalidade dos territórios indianos e africanos. Os muçulmanos brancos demonstraram, de acordo com este rigoroso critério, uma ausência de sentimentos racistas através da mais convincente das provas: deram as próprias filhas em casamento a muçulmanos negros.

Na verdade, se apenas nos ativésemos a este género de «indicador», não existiriam provas reais nas fontes privadas árabes,

gregas ou romanas a atestar que os negros foram menos bem considerados pelos árabes do que os brancos.

Antigas crónicas oriundas da tradição oral e raras fontes escritas informam nos, no entanto, que as sociedades árabes pré-islâmicas conheciam, na realidade, um aumento progressivo dos preconceitos contra os negros. Nelas, poetas mestiços árabo-africanos eram qualificados como *aghribat al-'Arab*, o que significa «os corvos árabes». Muitos destes homens eram alvo de injúrias e sofriam discriminações. A sua inferioridade social resultava, sem a menor dúvida, da cor da sua pele. O célebre poeta Suhayun, escravo liberto e falecido em 660, manifestava ressentimento num dos seus poemas:

As mulheres amar-me-iam se a minha pele fosse rosada.
Embora a minha pele seja negra, a minha reputação é alva

Ao fazer-se a síntese de todas estas fontes, torna-se claro que, nos árabes, a admiração, a mistura e o respeito em nome da solidariedade religiosa rapidamente deram lugar ao desprezo, à desconfiança e até mesmo à repugnância. A descoberta de outros povos africanos muito diferentes dos etíopes e reduzidos à escravidão para realizar tarefas aviltantes talvez não seja estranha a esta degradação da imagem do homem negro aos olhos dos árabes.

A importação de escravos negros a grande escala modificará a atitude dos árabes muçulmanos para com os homens de pele escura. A partir do momento em que a África Subsariana se tornou a principal zona fornecedora de escravos do tráfico oriental, o homem negro transformou-se em sinónimo de servidão e, correlativamente, a cor da sua pele passou a ser associada a uma negação do islão. Os árabes tomaram liberdades com o espírito do texto sagrado. Recorreram a argumentos simultaneamente racistas

e religiosos para justificar a escravização dos negros, mesmo que convertidos. A partir daí, o desenvolvimento do tráfico transariano e oriental tornou-se inseparável do crescimento do racismo. Negar a dignidade humana daqueles que se quer subjugar é, desde sempre, um meio simples e vilmente eficaz. De facto, esta mudança radical coincide com o início das grandes conquistas árabes e com a escravização de povos vencidos ou islamizados. Entre os vencedores, os letrados e os eruditos vão dedicar-se a «denegrir» ainda mais a imagem dos escravos africanos, elaborando teorias cada vez mais fantasistas, ao passo que nenhum deles pôs os pés na África Negra até ao século xiv. A sua bagagem intelectual bastante insuficiente a este respeito só lhes permitia transmitir lendas e outros preconceitos sobre os africanos perpetuados pelos geógrafos da Antiguidade.

O primeiro erudito árabe ou de cultura muçulmana a dirigir-se à África Subsariana é Ibn Battuta (falecido em 1377). Visitou Gao e Tombuctu, antes de publicar o seu principal trabalho: *Dávida Àqueles Que Gostam de Reflectir sobre as Curiosidades das Cidades e as Maravilhas das Viagens*.

A ideia não era nova, visto que certos pensadores gregos já associavam os caracteres dos povos aos climas em que viviam. Em matéria de teorias raciais acerca dos povos africanos, os árabes foram, no entanto, os mais cínicos. Muito antes de os investigadores europeus do ramo da antropologia física desenvolverem, no século xix, as teorias raciais que conhecemos, o pensador árabo-berbere Ibn Khaldun, que vivia em Túnis no século xiv, foi um dos primeiros arquitectos destas abordagens fantasistas das características humanas.

Ibn Khaldun desenvolve na introdução do seu projecto de história universal, *al-Muqaddima* [Os Prolegómenos], a ideia de que o clima tem uma influência directa sobre o estado das civilizações e sobre o carácter dos povos. Os negros e os eslavos são descritos

indistintamente como pertencendo aos povos «de carácter animalesco». Porém, mostra particularmente o seu desprezo quanto aos negros. O pensador árabo berbere declarava que os negros são geralmente caracterizados pela ligeireza, pela inconstância, pela emotividade, e que sentem vontade de dançar assim que ouvem música. É por esta razão que são qualificados como estúpidos. E Ibn Khaldun acrescenta que a alegria e o contentamento resultam da dilatação e da difusão do espírito animal. Inversamente, a tristeza deve-se à contracção deste último. Por meio de uma demonstração tortuosa e selectiva, este teórico muçulmano defende que os negros vivem em países em que o calor lhes domina o temperamento e a formação, o que explicaria a sua estupidez e o seu grau de inferioridade.

De forma ainda mais precisa, Saïd ben Ahmad Saïd — provável inspiração de Ibn Khaldun —, autor de vários trabalhos sobre a «questão racial» entre 1050 e 1060, classificava os povos em sete grandes famílias correspondentes aos sete climas. Para este homem, que também nunca visitara o continente negro, cada clima era definido pelo ritmo das estações, pela duração dos dias e pelos efeitos do calor ou do frio sobre a natureza e sobre os comportamentos dos homens. Segundo ele, esta teoria dos climas explica as diferenças de cor de pele dos homens, os seus temperamentos, os seus costumes e as suas crenças. Contudo, tal como Ibn Khaldun, evitou incluir neste edifício de inépcias os seus correligionários e «irmãos étnicos» do Norte de África (tunisinos, marroquinos, argelinos, líbios, etc.) e outras tribos de árabes muçulmanos que viviam nos limites dos desertos do Irão, do Iraque ou da Arábia, cujas temperaturas andam próximo dos 50 graus à sombra e são, portanto, muito mais elevadas do que as da África Subsariana. (Decididamente, quanta má fé!) No clima do «território dos negros», diz ele — mas não no dos beduínos, evidentemente —, «o ar é ardente e o clima exte-

rior, subtil. Assim, o temperamento dos *súdans* [negros] torna-se ardente e os seus humores aquecem; também assim se explica porque são de cor negra e têm cabelo crespo. Por esta razão, é inviabilizado qualquer equilíbrio de julgamento e qualquer segurança nas apreciações. Neles, é a ligeireza, a estupidez e a ignorância que dominam».

A maioria destes eruditos árabes não hesitava em citar os médicos da Grécia Antiga. Lembravam que Galeno identificara nos negros dez traços que se encontravam ausentes nos brancos, a saber: cabelo crespo, sobrancelhas finas, narinas largas, lábios grossos, dentes salientes, mau odor de pele, baixa moralidade, pés rachados, pénis longos, bom humor. Já o *Cânone da Medicina* de Avicena (980-1037) determina:

O corpo dos negros transforma-se pelo calor
E a sua pele é coberta de negrura.
O eslavo, pelo contrário, recebeu a brancura
E a sua pele é suavidade pura.

Aos olhos dos árabes, os negros tornar-se-ão sub-humanos e praticantes de antropofagia. No seu imaginário colectivo, os africanos não fazem mais do que comer, dançar e procriar. Certa lenda deles dizia: «Com frequência, comem-se uns aos outros. Não podemos considerá los humanos.» Convenhamos que estes estereótipos não eram diferentes daqueles que muitos povos europeus criaram, por seu turno, acerca dos negros para justificar o tráfico transatlântico: preguiça, frivolidade, gosto por música, incapacidade de dominar a sexualidade, sem esquecer as características físicas relativamente ao odor e à fealdade.

A relativa tolerância de que gozavam os negros e os mestiços africanos no mundo árabe passou a ser uma longínqua lembrança. Os seres oriundos de uma mistura de pai árabe e mãe persa ou eslava raramente eram discriminados. Alguns

subtis indicadores sociais podiam identificar a sua mistura «racial». Já os mestiços árabes de mães africanas — portanto, mais morenos — estavam permanentemente expostos a injúrias e discriminações, do tipo «filho de preta», etc. O escritor árabe Muhammad Ibn Habib relata que, um dia, ainda era vivo o profeta, um homem insultou Omar chamando-lhe «filho de preta». E Deus revelou-lhe este versículo corânico: «Ó fiéis, que nenhum povo zombe de outro; é possível que os escarnecidos sejam melhores do que os escarnecedores.» Este ensinamento não ia sequer beneficiar os descendentes dos companheiros do profeta Maomé que tinham na sua ascendência uma mulher africana. O caso mais extremo foi o de Ubaydallah, filho de Abu Bakr, nomeado governador do Sistão no ano de 671. Em 697, numa sátira contra ele, um poeta recitava o seguinte a quem o quisesse ouvir:

Os negros não ganham o seu salário
Por meio de uma boa acção.
Aos filhos de um núbio negro e fétido,
Deus não lhes pôs luz na compleição.

Já o califa al Mahdi obrigou os descendentes de Abu Bakr a voltar à sua situação social preeminente em Basra, adoptando um estatuto de simples libertos do profeta. Simplesmente rejeitava a genealogia árabe deles.

Quando o último califa omíada recebeu um escravo negro como presente, oferecido por um dos seus governadores de província, ficou profundamente ofendido e ordenou que o secretário redigisse uma carta. O estilo alterna entre agradecimento e difamação. Os termos utilizados mostram à saciedade que aquele presente não tinha sido apreciado: «Se tivesses podido encontrar um número inferior a um e uma cor pior do que o preto, seria isso que nos terias enviado como presente.»

E, no auge do tráfico árabo muçulmano em África, o padre Guillaumet relatava isto:

Como me encontro em Ujiji, no assentamento de Kibanga, no Tanganica, devo fazer do local uma breve descrição. No entanto, sinto-me incapaz de descrever esta cidade tal como a vejo, e a pluma recusa-se a contar todos os horrores que aqui se cometem. Ujiji é o centro árabe mais populoso do Tanganica. É aqui que vêm parar todas as caravanas de escravos vindos do interior e em direcção de Zanzibar*; é aqui que se reúnem todos os árabes, para decidir entre si como e onde farão as suas razias; é daqui que partem todos os bandos de saqueadores que hoje inundam o Maniema e que acabam de arrasar este país outrora tão povoado. Verdadeira Sodoma, é o teatro de todos os crimes, de todos os excessos, de todos os horrores, de todos os vícios. Que desgraça para a África, o dia em que os árabes puseram os pés no interior. Com eles vieram a sua religião e o seu desprezo pelos negros...

No mundo árabe, muitos escritos provam o seu forte desprezo para com os povos do *bilad as-Sudan** («o país dos negros»). Até à abolição teórica da escravatura árabo-muçulmana no século xx, nos países centrais do islão — e até noutros, como o Sudão, com as suas populações do Darfur — um negro, mesmo liberto, nunca se elevaria do nível mais baixo. É certo que numerosos filhos ou netos de concubinas negras se celebrizaram à frente de exércitos árabes ou do primeiro califado, como Omar e Amr Ibn Al' As, conquistador do Egipto. E o famoso eunuco núbio Abû 'L-Musk Kafur tornou-se regente do Egipto no século x. Mas isto não impediu o grande poeta árabe Al Mutanabbi de lhe dedicar a seguinte sátira injuriosa:

Nunca pensei vir a ver o dia
Em que um cão me faria mal e seria por isso louvado
Tal como nunca pensei ver desaparecer

Os homens dignos deste nome
E subsistir a imagem do pai da generosidade
E ver este negro de lábio de camelo perfurado
Obedecido por estes cobardes mercenários.

.....

Terá alguém ensinado a nobreza a este negro eunuco?
A sua parentela «branca» ou os seus régios antepassados?
Ou a sua orelha, que sangra nas mãos do negreiro,
Ou o seu valor, que não chega a dois tostões?
É preciso desculpá-lo, tendo em conta as baixezas —
Mas uma desculpa é por vezes uma censura —
E se assim é porque os garanhões brancos
São incapazes de nobreza, então que dizer
De eunucos negros?

O poeta ainda acrescenta:

Aquele que te tem pela palavra não se assemelha àquele que te
tem na prisão —

A mortalidade do escravo negro é limitada pelo seu sexo fétido
e pelos seus dentes.

E se tiveres dúvidas acerca da sua pessoa e condições
Vê a que raça pertence.

Até aquele que, por mérito, subiu demasiado alto não pode livrar-
-se das suas origens.

No entanto, o Egipto, país que é, como dizia Heródoto, uma
dádiva do Nilo, surgiu num ponto de encontro de povos dife-
rentes, cujo elemento fundador era negro, ou, mais precisamente,
camita. Segundo a Bíblia, os descendentes de Cam* povoaram as
regiões do Sul e certos textos bíblicos consideram o Egipto «o país
de Cam» (Salmos 105, 23-27). De facto, os egípcios chamavam
ao seu país Khémit, que significa «negro», manifestamente porque
tinham esta cor de pele. Consequentemente, após uma longa polémica

mica estéril, hoje quase todos os egiptólogos honestos reconhecem que, desde o Neolítico, as sepulturas revelam a presença, neste país, de uma população negra. Isto apesar de inúmeros outros grupos étnicos terem participado no nascimento da «civilização egípcia». Desde o início das épocas dinásticas, vieram juntar-se aos camíticos (negros) outras populações de tipos diferentes. Na verdade, o «milagre egípcio» deveu-se simplesmente — por imigração ou vagas de invasões sucessivas — a um *continuum* de formas étnicas e culturais diversas, que se desenvolveu no tempo e no espaço deste país, do Neolítico ao século III da nossa era. Todavia, quando os dados demográficos e as relações de força começaram a evoluir em detrimento dos negros — cerca de 19 séculos antes da nossa era —, era erigida por Sesóstris III uma estela com a seguinte inscrição:

Fronteira sul, estela erguida no ano VIII, no reinado de Sesóstris III, rei do Alto e do Baixo Egito, que vive desde sempre e por toda a eternidade. A travessia desta fronteira por terra ou água, num barco ou com rebanhos, está proibida a todos os negros, com a excepção daqueles que desejam fazê-lo para vender ou comprar em qualquer estabelecimento. Estes últimos serão tratados de forma hospitaleira, mas proíbe-se até ao fim dos tempos que qualquer negro, sem excepção, desça o rio numa barca para lá de Heh.

E, muito mais tarde, a conquista árabe de África e a islamização dos seus povos não mudarão em nada a imagem do negro no mundo árabo-muçulmano. A conversão dos povos africanos não os isentará do estado de «presa», apesar do seu estatuto de «estrangeiros» e de «convertidos recentes». Ia surgir para os árabes um muito conveniente «absolutório», que é a versão árabo-muçulmana da maldição de Cam*.

Os letrados invocavam a supremacia racial dos brancos, que se baseava no relato segundo o qual os negros eram considerados

«inferiores» e «predestinados» a ser escravos. De acordo com esta construção, em que história e lenda se cruzam, «os descendentes de Cam estavam condenados a ser escravos dos seus irmãos Sem e Jafet». Esta maldição de Cam veio ajudar os negreiros árabo-muçulmanos na tentativa de justificar os seus actos bárbaros. Ora, antes do século XII, este relato, que conservara um carácter bastante abstracto, nunca fora verdadeiramente associado a qualquer noção de cor ou raça. De resto, é preciso sublinhar que, antes do verdadeiro apogeu do tráfico, as representações de África e dos africanos na Europa ainda não eram pejorativas. Os letrados árabes foram os primeiros a recorrer à maldição de Cam para justificar a escravização das populações negras. Esta construção foi «colada» abusivamente aos povos negros, à semelhança de um fardo hereditário.

Na verdade, a história (ou lenda) desta maldição dizia respeito aos filhos de Canaã, que os israelitas submeteram no âmbito da conquista da Terra Prometida, bastante longínqua da África Negra. Na versão bíblica desta lenda, a maldição (Génese 9, 1-27) recai sobre o mais novo dos filhos e não sobre os outros, entre os quais Cuque, que seria, diz-se, o antepassado dos negros. Originalmente, os cananeus, escravos dos israelitas, eram seus primos próximos. Era, portanto, preciso encontrar uma justificação religiosa, se não mesmo ideológica, para a sua escravização. Na realidade, tudo isto não passava de um pretexto, pois racismo e teologia conjugavam-se para dar uma justificação aceitável à condição reservada aos negros em terras árabo-muçulmanas. A interpretação dos textos sagrados dava livre curso àqueles que tinham assumido decidir a sorte dos africanos, convertidos ou não.

No mundo árabo-muçulmano, durante séculos, o espectro das cores da escravidão era sensivelmente o mesmo. Era composto por negros importados de África e por brancos capturados na

Península Ibérica ou no mar, ou então comprados no mercado de escravos eslavos. Contudo, no que diz respeito aos negros, o tráfico transariano e oriental esteve intimamente ligado ao desprezo e a um dos racismos mais primários e duráveis. A palavra árabe *abid* (ou *abd*), que significava «escravo», tornou-se a partir do século VIII praticamente um sinónimo de «negro». Os julgamentos racistas relativamente aos africanos eram recorrentes nos trabalhos dos historiadores e dos geógrafos árabes, como já vimos. Fosse livre ou escravo, mesmo que estimado, o homem negro nunca era igual aos outros. Nas sociedades árabes, era proibido designar os negros pela sua filiação. Eram designados pelo nome ou por uma alcunha.

Muito antes do Novo Mundo ou do *apartheid* na África do Sul, inventara-se no mundo árabe uma segregação racial que excluía os negros, ao lado de quem nunca se andava na rua. O tráfico negreiro árabo-muçulmano foi, portanto, uma das mais antigas vias em direcção à hierarquização das «raças». Convertidos ou não, os negros eram sempre tratados como inferiores. Um explorador colonial francês (Charbonneau) observava em 1677: «Já se disse que a conversão ao islão era muito benéfica para os negros, pois um muçulmano não reduzia à escravidão outros muçulmanos. Tal imunidade talvez tenha sido válida noutros países, mas não no Senegal.» Segundo ele, havia um grande número de cativos muçulmanos nos abarracamentos do tráfico, incluindo um homem santo e devoto muçulmano.

O profeta Maomé, no entanto, dizia num dos seus célebres hádices — isto é, as tradições que relatam os actos e palavras do profeta, considerados exemplos a seguir — que «o pior dos homens é aquele que os vende». Em vários outros, lembra a obrigação de tratar os escravos com respeito pela sua dignidade humana e fustiga aqueles que se mostram cruéis para com eles. Ordena que o escravo convertido se torne um membro da comu-

nidade, como nas outras religiões monoteístas. A emancipação dos escravos podia até ser um excelente meio de expiar os seus pecados. Assim, certos muçulmanos que seguiram tais recomendações consideraram por muito tempo que era uma obra piedosa a alforria dos seus escravos após determinado número de anos de serviço. Uma prova disto é o seguinte testemunho de Abou Messaoul: «Bati no meu escravo e de imediato ouvi uma voz gritar: 'Deus é mais poderoso em comparação a ti do que tu és em comparação ao teu servo!' Voltei-me, reconheci o profeta e exclamei: 'A partir deste momento, o meu escravo passa a ser livre graças ao amor de Deus!' E Maomé respondeu-me: 'Se assim não tivesses agido, o fogo ter-te-ia devorado.'»

Segundo Ibn Omar, um dia um homem dirigiu-se ao profeta nos seguintes termos: «Quantas vezes não perdoei já ao meu escravo!» Maomé, porém, não lhe respondeu. E por mais duas vezes o homem repetiu a mesma queixa, sem obter uma palavra de censura ou de conselho. Por fim, na quarta vez, o profeta retorquiu: «Se desejas merecer a bondade divina, perdoa ao teu escravo 70 vezes por dia.» Apesar destas recomendações, inúmeros eruditos árabes interpretarão os textos a seu gosto.

Os negreiros árabo-muçulmanos até deixarão de respeitar os tratados assinados com os monarcas africanos convertidos ao islão. Por exemplo, no ano de 794 após a hégira*, isto é, por volta de 1391-1392, o rei africano do Bornu, a norte da Nigéria, dirigiu uma carta ao sultão do Egipto. Queixava-se de que, apesar de o seu reino se ter convertido ao islão e de ele próprio ter feito remontar a fundação do reino a um membro da tribo de Quraych — que era a do profeta Maomé —, os seus súbditos tinham sido atacados, acorrentados e levados à força para cativo. Suplicava ao sultão que tomasse medidas no sentido de que os súbditos, todos muçulmanos, fossem libertados imediatamente

e reconduzidos para casa. Assinalava igualmente que «as tribos árabes arrasaram todo o nosso país, todo o território bornu [...]. Prenderam pessoas livres entre os nossos, os da nossa origem entre os muçulmanos [...]. Levaram os nossos como se fossem uma mercadoria». De resto, em 831, o rei Zacarias, novo monarca da Macúria, inquietava-se com o empreendimento criminoso dos árabes caçadores de homens que lhe invadiam o país. Enviou uma delegação internacional ao califa de Bagdade para que cessassem tais violações do tratado de paz. Não recebeu resposta nem ajuda.

O explorador escocês Hugh Clapperton seguiu uma caravana que levava cativos feitos no Bornu, verosimilmente todos muçulmanos. Assinala que, quando pararam junto a um poço, a meia milha de Mecru, encontraram em torno do acampamento mais de uma centena de esqueletos humanos. Alguns ainda tinham pele. Clapperton afirma que o horror que manifestou provocou o riso dos árabes: «Oh», exclamaram, «não passavam de negros. Malditos sejam os pais deles!»

Os negreiros árabo-muçulmanos, de facto, pilharam o continente negro com um grande desprezo, até ao norte do actual Gana e ao longo de uma linha que hoje serve de fronteira com a Costa do Marfim. Ali subsiste ainda a rota dita das mesquitas. É neste sector que, ao mesmo tempo que faziam conversões (o que podia passar como o melhor dos pretextos), constituíam caravanas de cativos com destino a Djenné e a Tombuctu.

Outro soberano negro e muçulmano surpreendido com a atitude dos seus «irmãos» e correligionários árabes é Mansa Muça*. Este príncipe mandinga foi entronizado à cabeça do Império do Mali*, antes de realizar uma peregrinação a Meca no ano 704 da hégira (1324), em companhia de 60 mil carregadores, dez mil súbditos e 500 servos. Mansa Muça transportava, em cerca de 40 mulas, mais de duas toneladas de ouro em forma de bastões ou de pó, que ele distribuía aos oficiais, funcionários e nobres da corte

do sultão do Egipto. Ao mesmo título que o sultão egípcio, Mansa Muça tinha se convertido ao islão, e era respeitado e venerado por todos os soberanos africanos. O seu carisma, a sua riqueza, a gestão e a organização do seu império eram conhecidos até na Europa. Nos textos desta metade do século XIV, podemos ler: «Existem no mundo quatro sultões, incluindo o sultão supremo [o imperador de Constantinopla], a saber: o sultão de Bagdade, o sultão do Cairo, o sultão do Bornu e o sultão do Mali.» Quanto ao *Atlas do Mundo* do rei francês Carlos V, criado pelo catalão Abraham Cresques em 1375, apresentava Mansa Muça, apelidado de *Rex Melli*, a segurar ouro na mão. Apesar de tudo isto, o soberano maliano, embora rico, poderoso e convertido ao islão, não parecia escapar ao desprezo, mais ou menos assumido, que os negros inspiravam aos árabes. Por pouco não se deu um incidente diplomático quando o sultão do Egipto exigiu que o monarca africano se prostrasse perante ele. Mansa Muça não acatou. Aparentemente, as coisas acabaram por se resolver mais por causa do ouro recebido pela corte do sultão árabe do que pelo respeito pelo estatuto de um soberano negro, por mais carismático e refinado que ele fosse.

Por mais incrível que possa parecer, um relatório do embaixador de França na Arábia Saudita datado de 1955 informa-nos que alguns traficantes de escravos deste país enviavam emissários à África Negra. Faziam-se passar, junto das populações locais, por missionários ao serviço do islão. Estes «batedores» diziam ter sido encarregados de uma nobre tarefa por muçulmanos árabes ricos, desejosos de expiar os seus pecados através da oferta de uma viagem a Meca a crentes africanos necessitados. Tratava-se, na realidade, de uma armadilha, visto que, uma vez chegados, os ingénuos peregrinos eram feitos prisioneiros e entregues aos mercadores de escravos.

Hoje, nos países e em toda a franja saheliana no sul do Sara (Niger, Nigéria, Chade, Sudão), perduram vivas tensões entre os árabes descendentes de escravagistas e as populações africanas negras. Desconfia-se que o Sudão, país sunita e islâmico em que 33 por cento da população é árabe, continua a praticar a escravidão. Tanto mais que, desde o século VII, a região do Darfur tem estado — ligada, como vimos, pelo *bakht* — no centro de um vasto e florescente comércio de presos negros, em direcção aos países árabes. Este tráfico teria sido retomado entre o sul, povoado por negros animistas, muçulmanos ou cristãos, e o norte, dominado por árabes muçulmanos.

Ali também se desenrola, desde há décadas, perante uma relativa indiferença da comunidade internacional, um verdadeiro processo de limpeza étnica — certamente o último genocídio do século XX e o primeiro do século XXI. Populações negras são feitas reféns em confrontos mortíferos que opõem o exército árabe sudanês, milícias djanjawids («Diabos a Cavalo») e resistentes africanos negros. Estes massacres fizeram centenas de milhares de mortos — desde o início dos conflitos — e tantos mais exilados e refugiados nos países limítrofes. No Sudão, a vontade de exterminar um povo encontra-se provada há muito tempo. Esta guerra civil, que é a mais longa da história africana, é um testemunho eloquente e muito actual do desprezo dos árabes para com os povos negros. Tal fenómeno é, efectivamente, um resquício da época em que praticavam a escravidão em perfeita impunidade.

Aliás, a escravidão oficialmente abolida em 1960 na Mauritânia haveria de sê-lo novamente em 1980, prova não só de que a medida não passara a fazer parte dos costumes mas também de que o flagelo ainda ali subsiste em estado endémico. Em Junho de 1994, a Associação Americana pela Luta contra a Escravidão e a Amnistia Internacional recordavam que este país contava 90 mil escravos negros que continuavam a ter proprietários.

* * *

Em geral, nas sociedades do Norte de África, a distinção fundamental entre escravos e homens livres responde sempre a um critério de cor de pele: os escravos — ou ditos descendentes de escravos — são negros e os homens livres são brancos. No mundo árabo-muçulmano, raros são os negros que chegam a postos de responsabilidade na função pública. O seu antigo estatuto e a cor da sua pele continuam a prendê-los numa inferioridade jurídica *de facto*. Todas estas situações têm raízes nas práticas escravagistas do passado destes povos. O efeito mais nefasto da escravidão no mundo árabo-muçulmano — questão, no entanto, largamente debatida noutros pontos — é a persistência do mito da inferioridade ligada à cor negra. O que explica, pelo menos em parte, o racismo e o desprezo de que sofrem os negros em tais sociedades. Estas últimas proclamam praticar a filosofia «tolerante» e humanista do islão, a qual os povos islâmicos — num movimento de conquista arrasador — acabaram por impor aos africanos.

3

A conquista árabe de África

Que desgraça para a África, o dia em que os árabes puseram os pés no interior. Com eles vieram a sua religião e o seu desprezo pelos negros...

ÉDOUARD GUILLAUMET

Alguns mapas marítimos do século II antes da nossa era indicam que as viagens para África eram frequentes. Navegadores europeus ou asiáticos conduziam as suas explorações até ao golfo da Guiné, ao oceano Índico e a Cabo Delgado. Na verdade, estas expedições eram limitadas à costeira. O interior do continente é formado por um planalto elevado, percorrido por rios cheios de rápidos, portanto, de difícil acesso. No que diz respeito ao povoamento, até Mungo Park tinham bastado os testemunhos de alguns raros aventureiros árabes acerca dos seus entrepostos costeiros, onde trocavam com os régulos do interior mercadorias contra marfim e... cativos. A dificuldade de acostagem dos navios e a insalubridade das costas infestadas de mosquitos tinham dissuadido os ocidentais de se aventurarem mais no que seria uma empresa arriscada.

Até cerca do final da Idade Média, dispúnhamos apenas de informações transmitidas pelos geógrafos da Antiguidade. O veneziano Ca' da Mosto visitou Tombuctu, mas esta aventura permaneceu singular, tal como a de Marco Polo, que, já no século XIII, fazia os marinheiros dirigirem-se à Índia passando pelo sul de África e não pela costa oriental, que era muito mais frequentada. Os seus conselhos, contudo, não foram seguidos por nenhum navegador até Bartolomeu Dias. Assim, com excepção dos povos imediatamente vizinhos, sobretudo os do Norte, o resto do mundo ignorava quase tudo o que se passava no interior do continente negro.

Os raros testemunhos de antes da nossa era são produto de fantasistas, como o persa Sataspes (470 a. C.), ou então parecem uma operação de desinformação, à imagem do périplo do navegador cartaginês Hanão. O primeiro, quando regressou, foi empalado pelo seu tio Xerxes, que considerou pouco credível a história de «homenzinhos negros vestidos com folhas de palmeira». A do segundo revela-se igualmente pouco verosímil. Partindo de Cartago por volta do século V antes da nossa era, Hanão afirmava ter conduzido uma importante expedição para lá das colunas de Hércules (estreito de Gibraltar) para fundar colónias na África Negra. Alegava ter deixado 30 casais de cartagineses na ilha de Cerne, próximo do estuário do rio Senegal, no âmbito de uma expedição composta por cerca de 60 navios a remos. Até trouxe consigo crâneos de gorilas caçados na região do golfo da Guiné. Mas os relatos dos cartagineses acerca dos «homens peludos», do mar de crocodilos e das mulheres negras que eles teriam desmembrado fazem pensar numa manobra astuciosa para enganar os concorrentes gregos a propósito dos locais de origem do ouro e dos produtos exóticos tão procurados naquela época.

Na realidade, é mais do que provável que, antes da nossa era, tenham sido os fenícios os primeiros a aproximar-se das costas

africanas. Já nos séculos VI e V a. C., tinham atravessado o mar Vermelho nas suas viagens a Ofir. Do lado oposto, haviam saído do Mediterrâneo, atravessando as famosas colunas de Hércules, e tinham penetrado no oceano Atlântico. Um texto de Heródoto parece confirmá-lo:

Quando Necos [Nechao], rei do Egipto [na Época Baixa], mandou interromper as obras no canal que devia conduzir as águas do Nilo até ao Golfo Árábico, enviou fenícios em embarcações com a ordem de regressar ao Egipto pelo mar Setentrional, passando pelas colunas de Hércules. Portanto, tendo embarcado no mar Eritreu, os fenícios navegaram no mar Austral. Quando chegou o Outono, acostaram ao ponto da Líbia onde se encontraram e semearam trigo.

Após os fenícios, a costa oriental de África recebeu a visita, logo nos primeiros séculos da nossa era, de navegadores alexandrinos e chineses. Todavia, desde a descoberta de certos escritos antigos, parece que os árabes precederam-nos. A principal praça desta região, conhecida graças a eles — já que os seus letrados se interessavam particularmente pela geografia, tornada uma necessidade vital —, é Zanzibar. No entanto, nos primórdios da sua instalação, a localização que faziam dos sítios era tão aproximativa quanto os seus juízos acerca dos povos africanos eram fantasistas. É verdade que os árabes não tinham cartógrafos tão bons quanto os dos gregos e dos romanos. Assim, a *Tabula Almamuniana* (Almamune), de 833, ao situar a fonte do Nilo, confundiu os lagos Kerué e Kurakavas, erro sem dúvida lamentável. Por essa razão, foram mesmo além de Zanzibar e navegaram pelo menos até Quiloa. Consequentemente, foram os primeiros a aproximar-se da ponta meridional de África e a descobrir Madagáscar.

A seguir encontramos, nos escritos de Ibn Battuta, o relato das primeiras viagens dos árabes ao Sudão e a Tombuctu. De facto, eles tinham um grande interesse pela costa oriental africana, e isto

desde os tempos mais remotos. Os primeiros árabes a instalar-se ali eram essencialmente colonos vindos de Meca, do Iémen e do Golfo Pérsico. Iam servir de intermediários entre África e Ásia, para a exportação de ouro e de marfim, ao mesmo tempo que também importavam tecidos, sedas, objectos de cobre e especiarias.

A chegada dos árabes, no entanto, acabará por ser uma desgraça para África. Iniciado na Idade Média, o tráfico que ali inauguraram só cessou oficialmente no início do século xx. Este tráfico, transariano e oriental, englobava territórios que extravasavam largamente o mundo árabe. Podemos até incluir a região oriental da África colonizada pelos omaneses, que ali implementarão um sistema esclavagista sob formas até então desconhecidas no continente negro. Eis a razão pela qual empregamos o termo «árabo-muçulmano» para qualificar o odioso comércio humano que estes recém-chegados inauguraram em África.

Alguns historiadores anglo-saxões chamam-lhe *the muslim connection*, pois os negreiros envolvidos neste tráfico não eram exclusivamente árabes. Também eram persas, berberes, turcos, javaneses, etc., muitas vezes tendo como única afinidade a religião muçulmana. Todos, no entanto, participaram nesta infâmia, em maior ou menor grau. Os mercadores árabes também vendiam escravos negros até à Índia. Em meados do século xv, o rei de Bengala possuía quase oito mil. A partir do século x, até se encontram registos de negros vendidos na China. Uma inscrição encontrada em Java e datada do ano 860 da nossa era identifica, numa lista de criados domésticos, *zanjs** oriundos da África Oriental. Outra inscrição javanesa menciona igualmente escravos negros, oferecidos por um rei javanês à corte imperial da China.

Durante muito tempo considerada um deserto inabitável e estéril, porque julgada a partir das terras do litoral, em que o clima

era inclemente e frequentemente fatal aos estrangeiros, a África Negra, que os negreiros árabo-muçulmanos iam pôr a ferro e fogo, não era árida, estéril ou inabitável, como podia dar a entender o Sara. Inúmeros viajantes o atestam. Primeiro encontravam estepes cobertas de abundante vegetação, depois regiões com bosques e campos cultivados em que o gado era criado sem cuidados, num universo rico e luxuriante. Nesta terra por vezes tão suave quanto a seda, pequenas cadeias montanhosas estiravam-se entre os cursos de água.

Do alto destas montanhas, os africanos contemplavam o céu em todo o seu esplendor. Para eles, ali acabava o mundo e começava a eternidade. Neste ambiente natural e rico, florestas de mimosas ou acácias alimentavam, nas suas profundas solidões, rinocerontes, macacos e elefantes. Estes últimos viviam naquele local há mais de 50 milhões de anos, até que os predadores humanos chegaram para os massacrar.

Graças a tais florestas, os artistas africanos aperfeiçoaram a sua arte, à semelhança das máscaras e estatuetas das civilizações da Nigéria, que dão uma ideia da relação que estes povos mantinham com as suas divindades. As populações eram numerosas e tinham domesticado todas as riquezas do seu universo. Neste espaço tempo, o homem vivia em simbiose com o meio ambiente. Ambos formavam um conjunto indissociavelmente harmonioso. O africano nunca procurou dominar a natureza, mas sim viver em harmonia com ela. Os homens só lhe exploravam as riquezas para as pôr ao serviço da sua sobrevivência, dominando a agricultura sobre a qual tinham construído as suas civilizações multisseculares.

A porção ocidental do continente estende-se ao longo do oceano Atlântico, enquanto a sua porção oriental está voltada para o oceano Índico. Nestes oceanos desembocam quatro grandes

rios — entre os quais o Nilo —, com os seus numerosos afluentes. Outros rios surgem da terra como outras tantas fontes de vida. Neste território pacífico e de uma riqueza inaudita cresciam em abundância, e em estado selvagem, produtos naturais, plantas, árvores e vegetais de todos os tipos. Cada etnia integrava-se na paisagem e no clima, ao mesmo tempo que aprendia a dominar os seus próprios indicadores de tempo. Povoavam o Bornu entre 35 e 36 habitantes por quilómetro quadrado, quase tantos os que povoavam o Logon e o Baguirmi. As raras excepções eram o Senegal, com uma densidade de dois habitantes por quilómetro quadrado, e o Sudão francês, que só contava uma dezena. As populações mais numerosas encontram-se localizadas no centro do continente, onde se elevam os grandes planaltos. Esta altitude, que tempera o sol, torna o clima mais ameno, o ar mais salubre e o solo mais favorável às culturas.

Por muito tempo naquele continente, a escravização dos povos revelou-se marginal, se não mesmo desconhecida em vários países. A paz reinava, as sociedades eram matriarcais, pacíficas, e as armas de fogo eram inexistentes. Graças a todos estes elementos, nasceram ali civilizações refinadas, muito avançadas, e que se desenvolveram durante milhares de anos. No curso de um período relativamente recente, Joseph Cooper, no seu trabalho *A Escravidão e o Tráfico em África* (1875), observava:

Ao abandonar as margens de Nassau, cheguei felizmente a uma terra que os pés dos mercadores de escravos ainda não tinham pisado. Era um território novo e virgem; assim, como eu já reparara, os naturais dali eram verdadeiramente bons e hospitaleiros; em troca de alguns pedaços de tela, carregaram a minha bagagem de aldeia em aldeia [...]. Nenhuma nação é feroz sem motivo. A população de Nsama é particularmente bela. Entre os homens, muitos têm cabeças tão regulares quanto aquelas que poderíamos encontrar numa

assembleia de europeus. Todos têm belas formas, mãos pequenas e pés pequenos. Na verdade, julgo que esta região de montanhas e florestas é o verdadeiro lar do negro. As mulheres deste local excitavam a admiração dos árabes. Os seus traços são finos, delicados e bem feitos. A minha longa experiência na África Central mostrou-me que os negros que a escravidão e o tráfico ainda não corromperam são admiráveis pela sua hospitalidade e bom senso. O que há de mais espantoso é que são honestos.

Antes da chegada dos árabes muçulmanos, cada comunidade africana tinha a sua própria cultura, um sistema original de crenças e costumes. Aquilo que os europeus durante muito tempo qualificaram como «religiões animistas» em África implica a crença numa infinidade de espíritos que habitam o mundo material. Certos espíritos entram em contacto com os homens no âmbito de estados de transe ou de posse, como no culto do vudu. É porque tinha consciência do carácter efémero e frágil da existência que o africano evoluía numa profunda religiosidade. Estes povos — para não dizer cada etnia — desenvolveram formas de crença passíveis de ser assimiladas a uma religião específica. Tal dimensão espiritual faz parte da sua herança cultural.

O universo espiritual do africano é composto por três mundos relativamente ligados entre si.

O primeiro é o seu ambiente imediato, ou seja, os homens vivos, a água, o vento, a fauna e a flora.

O segundo é o mundo de um ser imaterial associado a um antepassado defunto. O povo volta-se para ele para formular pedidos. Trata-se de um antepassado morto há um tempo mais ou menos longo e transformado em divindade, ou então um espírito da natureza dotado do poder de influenciar, tanto positiva quanto negativamente, os vivos. Numa dimensão metafísica, estes seres (ou antepassados) não estão completamente mortos, pelo menos

de forma definitiva. Continuam a existir, a pesar sobre as acções e a modelá-las. Tal crença traduz-se no respeito pelos mortos ainda vivos. Os membros defuntos do clã permanecem próximos dos vivos. São designadamente invocados pelos seus próximos, durante duas ou três gerações, e recebem oferendas nos altares familiares em que por vezes se conservam as suas ossadas. Uma das únicas continuidades que existem e aproximam numerosas comunidades africanas é a perenidade das tradições ancestrais e dos ritos a elas ligados. As condições de bem-estar, de sobrevivência e de êxito dependem das relações que os vivos mantêm em permanência com os seus mortos, isto é, um profundo culto dos antepassados. O respeito entre os vivos era tão fundamental quanto o respeito entre os vivos e os mortos.

Por fim, o terceiro mundo é o reino dos espíritos. Existem dois tipos de espíritos: os que não são de origem humana e os que, depois de terem sido humanos, se tornaram «espíritos ancestrais». Porém, estes espíritos encontram-se neles, habitam-nos e gravitam em torno deles através de cada objecto. Trata-se de uma profunda crença num mundo em que os objectos materiais possuem uma alma ou um espírito vivo, ou a estes são associados. Todos estes elementos são de uma grande importância ritual, porque constituem uma herança dos pais fundadores.

Cada religião tradicional está directamente ligada à identidade de uma determinada população. O proselitismo não se difundiu entre os povos africanos. É, portanto, impossível encontrar uma origem histórica comum às diferentes religiões. Não existe um único mapa geográfico que permita seguir a sua expansão pelo continente. Como a própria essência de África é a sua infinita diversidade, não existe uma «cultura africana» única. Isto traduz-se naquilo a que o escritor Jean-Noel Schifano chama «os continentes negros», por oposição ao continente negro, que, na

realidade, não existe no singular. Podemos dizer que, antes de se imporem as grandes religiões importadas, como o islão ou o cristianismo, havia em África tantas religiões quanto povos. Contudo, não existem textos religiosos escritos comparáveis à Bíblia ou ao Alcorão. O respeito dos rituais ligados às tradições religiosas, porém, depende geralmente dos antigos, ou seja, dos membros mais idosos das comunidades. Estes últimos transmitem os rituais oralmente, na maioria das vezes sob a forma de contos e provérbios.

Quanto ao olhar que os viajantes estrangeiros lançam sobre as civilizações negro-africanas, vejamos o que pensa o explorador árabe Ibn Battuta, que visitou o Sudão em 1352. Faz uma descrição das audiências públicas do rei mandinga Suleiman Mansa nos seguintes termos:

O sultão mantém-se frequentemente sentado numa alcova que comunica com o palácio por uma porta. Do lado da cidadela, esta alcova tem três janelas de madeira revestidas de lâminas de prata e, por baixo, três outras guarnecidas de folhas de ouro ou de prata dourada. Estas janelas são ocultas por cortinas que se erguem nos dias de audiência para que se saiba que o sultão deve encontrar-se ali. Quando ele se senta, através do gradeamento de uma das janelas passa-se um cordão de seda, ao qual é preso um lenço com desenho de marca egípcia, e, assim que o povo o vê, fazem-se ressoar os tambores e as cornetas [...]. Dougha, o intérprete, mantém-se de pé à porta que dá para a cidadela, vestido com riquíssimos fatos de *zerdkana* e outros tecidos. Tem um turbante de pregas muito elegante, trabalhado segundo a moda do país; traz ao lado uma espada com bainha de ouro; o seu calçado são botas, privilégio de que só ele goza nesse dia; usa esporas e segura duas lanças, uma de ouro e outra de prata, guarnecidas com pontas de ferro. Os soldados, os funcionários civis, os pajens, os *messouflits* e todas as outras pessoas permanecem no exterior, numa larga rua cheia de árvores...

O etnólogo alemão Leo Frobenius reconhece ter chegado a África com os mesmos preconceitos que os compatriotas. Estes, como sabemos, foram por muito tempo influenciados pelas extravagâncias ultrajantes de Hegel, para quem os povos africanos assistiram à marcha da História como meros espectadores. Leo Frobenius, que realizou quase uma dúzia de expedições à África Negra entre 1904 e 1935, ia desmentir Hegel ao deixar nos o seu seguinte testemunho:

Em 1906, quando penetrei no território de Kassai Sankuru, ainda encontrei vilas cujas ruas principais eram orladas de cada lado, durante léguas, por quatro fileiras de palmeiras e cujas cubatas, ornadas de forma encantadora, eram autênticas obras de arte. Não havia nenhum homem que não carregasse armas sumptuosas de ferro ou cobre, com lâminas incrustadas e cabos revestidos de pele de serpente. Por todo o lado viam-se veludos e sedas. Cada raça, cada cachimbo, cada colher era um objecto artístico [...]. Seria diferente no grande Sudão? De modo nenhum [...]. A organização particular dos estados do Sudão existia há já muito tempo antes do islão; as artes cuidadas da cultura dos campos e da polidez... as ordens burguesas e os sistemas de corporação da África Negra são milhares de anos mais antigos do que os da Europa [...]. É um facto: a exploração só encontrou na África Equatorial antigas civilizações vigorosas.

É este continente e estas antigas civilizações que a conquista árabe ia mergulhar nas trevas: razias sanguinárias, acompanhadas de massacres, incêndios e terríveis actos de destruição, despovoação e esterilizarão esta terra de ouro, pedras preciosas, especiarias, palmeiras e de uma prodigiosa fecundidade. A energia vital que alimentava por vasos comunicantes todos estes elementos ia deteriorar-se à medida que avançava o mal árabe.

Os árabes caçadores de homens transformarão em verdadeiros infernos regiões inteiras onde os seus habitantes viviam em per

feita felicidade. Se, no início dos seus projectos criminosos, estes negreiros não se aventuravam no interior do continente — isto é, do século VII ao século XIX —, quando os exploradores europeus abriram o caminho, arriscaram-se a segui-los e logo se puseram a fazer razias às populações do interior. Equipados de armas de fogo modernas, os impiedosos predadores operavam verdadeiras carnificinas no seio de populações vulneráveis, muitas das quais, contrariamente às da costa, não dispunham de armas de fogo, e isto dos Grandes Lagos até ao rio Congo. Quanto ao outro movimento de conquista árabe, já se tinha efectuado pelo Norte, pelo Magrebe*.

O Norte de África, a que os ocidentais durante muito tempo chamaram Barbária (do grego *barabaros*, que designa um estrangeiro à civilização greco-romana), é uma vasta extensão de terras em grande parte desérticas. Os seus habitantes, designados barbarescos, eram salteadores que, até ao século XIX, pilhavam os navios europeus no Mediterrâneo. Levavam igualmente a cabo inúmeros ataques em terra firme, na Córsega, na Sardenha, nas costas de Espanha, de França, de Itália e da Grécia. Capturavam europeus e só os entregavam às respectivas famílias contra um resgate, ou então reduziam-nos à escravidão. Assim, os barbarescos escravizaram durante séculos numerosos cativos cristãos. Dizia-se deles: «Mais do que das mercadorias pilhadas, os barbarescos tiravam proveito dos cativos. O cristão deixava de ser um infiel roubado ao seu país para se tornar um objecto de negócio, do qual tentavam livrar-se o mais rápido e com o maior lucro possível.» Durante séculos, a Igreja Católica nunca deixou de os recuperar. Será esta pirataria um dos motivos principais da colonização da Argélia pela França.

Hoje em dia, sob o nome «Grande Magrebe», junta-se a esta região a Mauritânia e a Líbia. Este conjunto possui uma forte

identidade relativamente aos mundos árabe muçulmano e negro-africano devido ao seu relativo isolamento e à importância do elemento berbere na sua cultura. Ali, a etnia branca africana, dita berbere, domina largamente as raras populações negras. Na esfera berbere podem ser distinguidos diferentes grupos culturais: cabilas, rifenhos e tuaregues. Os berberes estão espalhados por um espaço de quase cinco milhões de quilómetros quadrados, desde Marrocos até ao leste do Egipto. Este espaço (ou oceano de areia), constituído pelo Sara, é tão vasto quanto todo o território dos Estados Unidos. A maioria dos berberes é sedentária, com a excepção dos tuaregues, que desde sempre tiveram uma cultura nómada. Estas populações arabizantes do Norte de África têm, portanto, uma origem muito mais afro-berbere do que árabe. As suas línguas pertencem ao grupo hamítico, ao passo que as do Médio Oriente, entre as quais o árabe, o hebraico e o aramaico (língua de Cristo), pertencem ao grupo semítico. Estes dois grupos de línguas costumam ser aproximados na família das línguas ditas «afro asiáticas», que abrangem igualmente as línguas da actual Etiópia.

Antes da chegada dos árabes e dos turcos, a navegação no Mediterrâneo era um exclusivo dos fenícios. Estes fundaram na Tunísia, cerca de 1200 a. C., a cidade de Cartago, que exerceu durante vários séculos a sua hegemonia, de Cirenaica a Marrocos. Por volta do ano 200 a. C., Cartago será derrubada por Roma, que cimentará o seu domínio sobre o Norte de África ao longo de cinco séculos. Depois, sob os califas omíadas de Damasco, entre 639 e 642, o general árabe Amr Ibn Al' As invade o Egipto. No seguimento disto, as suas forças, sob o comando do general Ogba ben Nafi, conseguem estender o seu domínio a todo o Magrebe, varrendo os exércitos bizantinos. Fundarão a cidade de Caruão e marcarão um tempo de paragem, devido aos cismas que dividiam o mundo muçulmano.

Em 683, porém, o contra ataque que sofrem da parte dos resistentes berberes vai empurrá-los até ao Egito. Um mero adiamento, pois as forças árabes regressarão, sob o comando do governador Hasan. Esta nova guerra durou até 703 e resultou na vitória dos árabes e na ocupação total do Norte de África. Eis como — após a ocupação da costa oriental — ia realmente começar a conquista árabe de África.

Árabes e berberes finalmente convertidos e tornados aliados não se aventurarão imediatamente na região subsariana do continente. Na verdade, segundo fontes orais de difícil verificação, teria ocorrido por volta desta época uma tentativa de invasão militar árabe. Mas ter-se-ia desenrolado no sul do continente e teria sido interceptada pela mosca tsé tsé, que grassa nas florestas. Se este bicho tem a particularidade de transmitir a doença do sono aos humanos, também mata os cavalos. Assim, a acção das forças de invasão árabe ficou-se, num primeiro momento, pelos territórios situados no limite do Sara e, de forma marginal, pelo leste africano.

A História fixa, no entanto, que o início do saque de África pelos árabes data desta época. Para obter paz, o califa fatímida do Cairo sugeriu aos vândalos beduínos de Beni Hilal e Beni Soleim, vindos da Arábia, que fizessem razias nas regiões do Norte de África. Esta invasão beduína tinha repellido inúmeros judeus. Segundo certas fontes orais negro-africanas, eles ter-se-iam cruzado com populações negras, o que teria dado origem na África Oriental ao grupo étnico dos bafurs e, sem dúvida, a outros grupos, uma vez que determinadas cidades africanas — nomeadamente na Nigéria — abrigam misteriosamente algumas sinagogas.

Durante milénios, a maioria das civilizações negro-africanas do interior, que, tradicionalmente, eram fechadas e conservadoras, tinha vivido relativamente em autarcia, protegidas de qualquer influência exterior. Progressivamente, missionários pioneiros e

letrados vindos do Magrebe ou do Próximo Oriente, juntando-se às caravanas transarianas, estabeleceram locais de culto e escolas corânicas, primeiro nos oásis e depois na zona saheló sudanesa.

Estes primeiros «visitantes» vindos do Norte fixavam-se no Gana, mas também em Tekrou, uma cidade vassala do Gana e que englobava o actual Futa. Ali viviam tuculores, soninkés e sobretudo os primeiros uolofes do Walo. Nesta entidade do oeste africano reinava, no século ix, a dinastia dos Diao Ogo. O seu soberano tinha já uma política estrangeira muito activa. Importavam, principalmente de Marrocos, lã, cobre, sal e pérolas. Exportavam ouro e cativos. Os Diao Ogo foram substituídos no trono pela dinastia dos primeiros uolofes, tendo como soberano War Diabi N'Diaye. Este monarca foi um dos primeiros chefes africanos que se converteram ao islão, depois de ter entrado em contacto directo com os pioneiros árabo-muçulmanos do século xi.

Na realidade, a maioria destes árabes muçulmanos ou magrebinos eram refugiados, pois a conquista árabe acabara por instalar duravelmente os xarifes à frente de três reinos ditos da Barbária. Sob o poder xarife, as populações norte-africanas tiveram de se converter ao islão, religião dos seus novos senhores. Os monarcas xarifes exerciam um poder temporal, mas também espiritual, na medida em que descendiam do profeta Maomé. Todos os refractários foram degolados. Os outros viram-se obrigados a fugir para o Atlas ou para o deserto e tornaram-se nómadas. Aqueles que optaram por permanecer sob o domínio do sultão de Marrocos, nomeadamente Sidy Mohamed Ben Abdallah, haveriam de sofrer por muito tempo a vontade arbitrária dos soberanos. Encontravam-se expostos, numa base diária, à pilhagem dos seus bens e praticamente submetidos a um regime escravagista.

Estes pioneiros árabo-muçulmanos na África Negra tinham, portanto, conhecido diversas formas de escravização. No entanto,

acabarão por revelar-se preciosos auxiliares dos negreiros árabes nas razias feitas às populações locais. Após algumas tentativas de conquista abortadas levadas a cabo por misteriosos aventureiros árabes, os almorávidas vindos do Norte, mais precisamente de Marrocos e da Mauritânia, vão ser os primeiros invasores árabo-muçulmanos armados a conduzir os seus empreendimentos até ao coração do continente negro. Destruirão o poderoso Império do Gana, onde já viviam berberes sanhadja e el-honeihin, descendentes de soldados das primeiras tentativas infrutíferas da conquista árabe.

O Império do Gana, que foi o mais rico do continente graças ao seu ouro, desde sempre suscitou cobiça. É por volta do ano 790 que o rei negro do Gana aumenta o seu poder sobre certas populações das redondezas e sobre as regiões auríferas do sul para responder à procura externa. O Gana devia a sua supremacia às armas de ferro (espadas e lanças), muito mais eficazes do que as maças de marfim dos povos vizinhos. A intensificação do intercâmbio com o Magrebe assegurou, a partir do século VIII, a prosperidade desta potência africana, que controlava o comércio do ouro nesta vasta região. De facto, o interesse que os árabes dos primeiros tempos tinham pelo Gana, se não mesmo pela África Negra, dizia respeito sobretudo ao ouro. Ibn al-Fakih observava: «No país do Gana, o ouro (*dhahab*) cresce como plantas na areia, cresce como as cenouras. A colheita é feita ao nascer do Sol.» O historiador africano Ibrahima Baba Kadé acrescentava:

Para o Magrebe, a África Negra era um eldorado, o país do ouro. Pelo menos é assim que os primeiros autores magrebinos ou árabes apresentavam o Bilad-as-Sudan aos seus correligionários do Norte. Assim, foi cedo que os soberanos magrebinos se interessaram pela posse de tal ouro. A difusão do islão não passava de um pretexto: o objectivo primordial da expansão muçulmana em África era a procura de ouro. Eis o motivo pelo qual os primeiros «missioná-

rios» do islão que se apresentaram às portas do mundo negro eram missionários armados.

Esta sede de ouro manifesta-se na quase totalidade dos escritos árabes, até à peregrinação de Mansa Muça, imperador do Mali. Os escravos só se tornarão importantes de forma progressiva, para suplantar o metal amarelo. O ouro constituiu a verdadeira base do comércio transariano medieval, e foi para o obter que os árabes fizeram do Sudão, nos séculos VIII e IX, um anexo comercial do Magrebe e do Egipto. Traziam do Gana ouro, marfim, peles, cereais e cativos. Em troca, as suas caravanas levavam para o Gana, através do mar de areia, jóias, tecidos, armas e sal. Até à descoberta da América, o Gana foi o principal fornecedor internacional deste metal precioso.

No ano 1030, conduzidos por um certo Yaya Ibn Yacine, chefe da tribo dos *lamtunas*, decidido, dizia ele, a erradicar de África as práticas muçulmanas qualificadas como «animistas», alguns místicos dirigiram-se ao Magrebe para pregar um islão integrista. Estes *lemtas* e *lemtounas* de véu são os antepassados dos actuais tuaregues. Costumavam acampar ao longo do rio Senegal e nos vastos espaços arenosos do Sara. Após um primeiro fracasso, Yaya retirou-se para uma península do rio Senegal para se dedicar à meditação, em companhia de alguns fiéis discípulos recrutados em Marrocos e no Sara, entre os quais Yaya Ibn Omar e Abou Bakr. Cerca de um milhar de pessoas irão juntar-se lhes. Yaya Ibn Yacine dispensar-lhes-á uma formação religiosa e militar.

Esta confraria foi baptizada por Yacine com o nome *Al Muralisme*, «Os da Reunião». Outra fonte avança o nome *El Morâbetin* («Os Religiosos»). O certo, todavia, é que os espanhóis deformaram estes vocábulos na forma «almorávidas». Na verdade, «almorávida» deriva da palavra *ribat* e provém da raiz *r-b-t* que, em

árabe, tal como na palavra *rabata*, remete para uma ideia de local de reunião. Os almorávidas tornar-se-ão uma ordem militar e religiosa que desencadeará uma guerra santa em 1042 para se apoderar das minas de ouro e controlar as suas vias de acesso. Estes monges guerreiros, que iam saquear o Império do Gana, eram mais atraídos pelas suas riquezas do que pela conversão das populações.

Foi à frente de um exército de cerca de 30 mil homens que estas boas almas puseram a ferro e fogo as províncias tidas como refractárias aos ensinamentos do profeta Maomé. Levaram a cabo uma cruzada mortífera até à destruição, no ano de 1076, de Kumbi Saleh, capital do Império do Gana. Esta antiga grande potência africana desaparecerá em proveito de pequenas entidades geográficas, demográficas e culturais, como o Senegal, o Mali e o Songai. Já a presença dos almorávidas foi muito curta. Durante a sua passagem, converteram os povos do Senegal, sobretudo uolofes, sereres e tuculores. Os almorávidas levaram consigo ouro e milhares de cativos.

Após a sua partida, as tribos norte africanas vão explorar esta abertura e começar a fazer razias às populações negras, independentemente de serem convertidas ou não. As motivações económicas eram seguramente evidentes, mas castigar os maus muçulmanos ou os pagãos também assumia honras de justificação religiosa para os seus projectos criminosos.

No tratado *Da Origem dos Negros de África*, Moreau de Charbonneau, explorador do Senegal de 1674 a 1677, descreve com muitos pormenores os projectos dos marroquinos da seita dos tubenas contra algumas tribos negras. Na realidade, foi no próprio seio da religião muçulmana que nasceu a seita dos Assassinos. Esta nebulosa de criminosos foi criada em 1060, na Pérsia, por iniciativa de Hasan Ibn Al Sabah. Os cruzados diziam deles que se drogavam com haxixe, palavra árabe de onde vem o vocábulo «assassino».

Os activistas desta seita começaram por operar na Pérsia, na Turquia, e depois no Ocidente, antes de chegar ao Norte de África e infiltrar-se em movimentos como o dos tubenas. Estes «loucos de Deus» tinha-se autoproclamado «bons muçulmanos» e partiram ao assalto de povoações senegalesas, a cujos habitantes chamavam «maus muçulmanos». Estes negreiros, numa *jihad* contra aqueles que qualificavam como «libertinos» apenas para fazer deles presas ideais, acusavam as futuras vítimas de «professar o islão enquanto bebiam vinho de palma e cerveja de milho, e enquanto os seus feiticeiros vendiam amuletos. As mulheres não usavam véu no rosto nem no peito. Os homens dançavam de forma impúdica ao som dos tantãs. Não tinham uma mesquita, adoravam os seus totens e veneravam menos o Alcorão do que os amuletos de que se cobriam dos pés à cabeça e que por vezes eram tão pesados que se revelavam necessárias várias pessoas para os levantar».

Os chefes de tribos muçulmanas do Norte de África, do Sara e do Sahel lançavam estas razias para perseguir inúmeros povos negros das redondezas. Isto porque, desde a Idade Média, a islamização era superficial nas regiões rurais do Norte de África. Por vezes, as suas convicções variavam ao sabor da perda de um ente querido ou da iminência de um perigo. Em Tunes, por exemplo, quando morria uma das mulheres do *bei*, os notáveis e aqueles que aspiravam a sê-lo compravam ou apoderavam-se de escravos negros para lhes restituir a liberdade logo a seguir. E, frequentemente, os pelotões de centenas de homens seguiam o cortejo fúnebre tendo nas mãos um comprido bastão no qual estava afixada a sua certidão de alforria.

Estes negreiros, berberes ou arabizantes do Norte e outros *tua regues*, sequestravam as populações negro africanas como piratas. Das profundezas do seu Sara, investiam contra as aldeias senegalesas ou malianas, apoderavam-se de mulheres e crianças, e

transportavam nas pelo deserto, no meio de um sofrimento indescritível, até aos oásis que rodeavam as regiões. Este comércio infame proporcionava grandes lucros aos negreiros a soldo dos árabes. Várias cidades da região norte-africana enriqueceram e prosperaram graças ao tráfico de cativos negros.

O que constituiu a desgraça do continente negro — e que nele perpetuou o tráfico, mesmo após as abolições ocidentais, e apesar da vigilância das marinhas — foi o facto de os árabes muçulmanos ali se encontrarem estabelecidos há muito tempo, sobretudo na costa oriental. Os estreitos laços de uma religião comum uniam o continente negro ao mundo árabo-muçulmano.

A conquista árabe de África foi dupla. Os primeiros invasores — com excepção dos almorávidas, que não se instalaram — começaram por tomar Zanzibar, na África Oriental, entre 615 e 620 da nossa era. Alguns indianos também se implantaram na região. As relações entre árabes e populações locais são, portanto, anteriores ao islão. No século XIII, Marco Polo tinha já dado a conhecer estas antigas relações comerciais entre árabes, indianos e os povos da costa oriental, o país dos zanjs, a que ele chama «Zanquibar». A ilha era então designada como Oungouya pelos africanos. Vários entrepostos foram ali fundados por negociantes árabo muçulmanos de confissão xiita. Baptizaram na Zanzibar (de *Zenj* e *bahr*, duas palavras árabes que significam «litoral dos negros»). Muito rapidamente, Zanzibar tornar-se-á um importante mercado de exportação de cativos com destino ao Golfo Pérsico. Os cativos transportados por via marítima de Zanzibar, de Lamu e de outros portos do leste africano, assim como pelos desertos, não eram conduzidos ao Ocidente, como certos autores desejam fazer crer. Todos eram levados para o mundo árabo muçulmano.

No século XIX desenvolveu-se o tráfico marítimo. Todos os cativos, transportados por via marítima a partir da costa orien

tal de África, eram levados para a Arábia, para a Índia e para outros Estados muçulmanos da Ásia, e este tráfico alimentava de escravos negros o mundo muçulmano e as regiões relacionadas com os seus circuitos comerciais. Depois de Zanzibar, os árabes ocuparão a Somália e acabarão por alargar os seus entrepostos até Quíloa. Recebidos de braços abertos pelas populações africanas, instalaram-se por muito tempo, construindo mesquitas e casas. Outro dos seus pontos de fixação é Djibuti e redondezas. O facto de terem, também aqui, sido recebidos sem hostilidade não os impediu de praticar o seu miserável comércio, como nota Jacques Heers:

Estes homens de confiança, que entrão se misturavam com os indígenas, foram formando aqui e ali focos de populações mestiças. Praticavam estritamente o islão, dedicavam-se a converter os vizinhos e mantinham relações com as cidades e os embarcadouros da costa, conduzindo em caravanas, ao longo de inúmeras estradas, centenas ou milhares de homens e mulheres acorrentados. Foram eles que, estabelecidos na terra dos «negros», muito precariamente, é certo, mas de forma estável, já familiarizados com o território, com os homens e com as línguas, deram, desde cedo e muito rapidamente, já a partir dos primeiríssimos anos do século ix, um estímulo considerável ao tráfico muçulmano do Oriente.

Os árabes misturaram-se com as mulheres locais e difundiram a religião muçulmana ao mesmo tempo que a sua cultura. Esta espantosa mestiçagem com as línguas e culturas locais, marcada por sotaques indianos, ia dar origem a uma «civilização» dita suaíli. Esta cultura é praticamente comum a todos os povos da costa leste de África. É possível que o termo tenha vindo do plural da palavra árabe *sahel*, que significa «costa» ou «fronteira». Estes povos vêm de quadrantes diferentes, mas apresentam as mesmas características, a saber: uma população de origem afri

cana banto, com influências árabes, indianas e persas de Xiraz. Todos os habitantes das cidades-Estado costeiras de Mombaça, de Gede, de Malindi ou dos arquipélagos de Zanzibar, das Comores, de Quíloa ou de Lanou formam hoje uma unidade de cultura suaíli próspera e de renome, vivendo do comércio de mercadorias africanas destinadas aos mercados orientais. Falam uma língua próxima e partilham um certo número de valores próprios. A cultura suaíli é, antes de mais, uma cultura urbana, africana e muçulmana desde a islamização.

Depois de terem vivido relativamente em paz, sem ser perturbados nas suas diferentes actividades comerciais e excessivamente negreiras, os primeiros colonos árabes da região ficaram sob domínio português no início do século xvi (em 1503). Zanzibar tornou-se progressivamente o principal entreposto comercial da África Oriental. Era por Zanzibar que se acedia à região do Alto Nilo e havia laços estreitos a ligar os pequenos Estados da África Oriental ao grande mercado de Zanzibar. A ocupação portuguesa não dura muito. No final do século xvii, ao fim de numerosos confrontos, os portugueses são expulsos por outra vaga de invasores árabes, vindos da parte oriental da Arábia, mais precisamente do sultanato (ou melhor, imamato) de Omã. Foi assim que, a partir de 1698, o sultão de Omã governava Zanzibar a partir da capital, Mascate, por meio de príncipes da família dos Said. Ele estabeleceu a sua soberania ao longo de todo o litoral, do mar Vermelho às possessões portuguesas de Moçambique, bem como sobre toda a região compreendida entre a costa e os Grandes Lagos. É por esta razão que o nome «Zanzibar» se aplicava de forma indistinta à costa, à ilha e à sua capital: «Quando se toca flauta em Zanzibar, toda a África dos lagos se põe a dançar», dizia um provérbio árabe. Para consolidar o seu controlo da região, o sultão mandou construir um forte em Zanzibar, no ponto onde havia

uma igreja portuguesa. Por volta de 1710, encontravam-se ali 50 soldados omaneses em guarnição. Eis como estes conquistadores, essencialmente vindos de Omã, do Iémen, do Hejaz, de Meca, da Pérsia e da Índia, conseguiram ocupar toda a costa oriental de África. A seguir, o sultão de Omã decide fixar definitivamente a capital de todas as suas possessões em Zanzibar, em Dezembro de 1840. Esta metrópole torna-se, assim, capital de Omã, e Said passa a sultão de Zanzibar e de Omã. Nomeou um dos filhos governador de Omã, enquanto o outro geria os assuntos locais em Zanzibar. Também detinha o controlo do comércio e dos negócios internacionais de toda a região. Alguns anos mais tarde, durante o declínio do Império de Omã, Zanzibar prosperou ainda mais, tendo-se instalado aí numerosos mercadores influentes.

Demasiado mediatizada por certos historiadores, a ilha de Goreia, ao largo de Dacar, tornou-se o símbolo do tráfico europeu. Quando ali implorou pelo perdão dos povos africanos martirizados, o papa João Paulo II qualificou tal infâmia como «crime contra a Humanidade». Isto enquanto a ilha de Zanzibar — para não falar de Uidá, no Benim — foi durante mais de um século o epicentro de um tráfico maior do que a sangria transatlântica. Milhões de cativos transitaram por esta região, sobretudo por Stone City, a cidade das belas casas de coral. Quanto ao combate para pôr fim ao tráfico, a análise dos factos prova que, voluntariamente ou não (imperativos da geopolítica...), os países ocidentais encarregados de tal missão no século XIX foram hesitando durante muito tempo perante os horrores do mal árabe, antes de, é certo, lhes pôr termo. Ao longo de anos, vários oficiais ingleses fecharam os olhos quando se tratava de visitar os navios a caminho da Arábia ou da Turquia para lhes tirar dos porões as cargas humanas que ali poderiam encontrar-se. Desta forma, os negreiros agiam na mais completa impunidade.

Os ingleses, que se tinham tornado senhores de Zanzibar, esforçavam-se por evitar travar seriamente este comércio de tráfico entre África e o mundo árabo-muçulmano. Desculpavam-se com a imensidão das costas que era preciso vigiar e com os múltiplos recursos que a cobiça fornecia aos negreiros. Esta hábil mascarada não enganava ninguém. Na realidade, o tráfico continuava florescente em Zanzibar e ali era perfeitamente legal. Nas tarifas alfandegárias, entre outras mercadorias, até se encontrava inscrito o «negrito». O pagamento das taxas de exportação de cativos era feito à luz do dia, de tal forma que o cônsul britânico era capaz de fornecer estatísticas acerca desta actividade corrente.

O marquês de Salisbury afirmou descaradamente no parlamento britânico que Soukím não tinha sido abandonado pelo Egipto como o resto do Sudão. Isto, alegava ele, para impedir o tráfico de cativos africanos, que ali eram frequentemente embarcados para serem vendidos na Arábia. Tanta hipocrisia espantou o correspondente inglês destacado em Jidá (Arábia), que lhe perguntou de onde vinham então todos os sambucos árabes carregados de madeira de ébano, que acostavam diariamente em inúmeras enseadas do Sul depois de terem escapado à vigilância dos cruzadores ingleses. Além disso, se o mercado de escravos de Zanzibar fora realmente extinto, como explicar que Livingstone ainda tenha podido escrever o seguinte, a 2 de Março de 1866, quase 20 anos após o Grande Pacto de Abolição do Tráfico de 1848?

Hoje visitámos o mercado de escravos. Encontravam-se à venda quase 300 indivíduos: a maioria proveniente do Chire e do Nyassa. Com excepção das crianças, todos pareciam envergonhados da sua situação: observam-lhes os dentes; levantam-lhes as roupas para examinar as pernas; depois, são lançados paus para que, ao buscá-los, os escravos possam mostrar a sua velocidade. Há quem atravesse a

multidão a gritar incessantemente o preço desejado. A maior parte dos compradores era constituída por árabes e persas.

David Livingstone entristeceu-se com as condições de vida na ilha: «Aqui ninguém goza de um bom estado de saúde. O mau cheiro dos depósitos de lixo na praia é atroz [...]. Devíamos chamar a isto Stinkibar, e não Zanzibar.» Este homem, embora já muito tivesse viajado, visto e descrito horrores, mostrou-se escandalizado com o que encontrou em Zanzibar. As más condições de higiene propiciavam as epidemias de disenteria, de malária, de cólera, de varíola, etc. As de 1858 e de 1869-70 mataram um sexto da população da cidade e 35 mil pessoas em toda a ilha. Quanto a Stanley, que também andou por Zanzibar entre 1871 e 1872, observou o seguinte:

Zanzibar é a Bagdade, a Ispaão, a Istambul da África Oriental, é o grande mercado que atrai o marfim, o copal, a azeda, as peles, as madeiras preciosas, os escravos da região; é para lá que se levam, para serem vendidas ao ar livre, as negras belezas do Ouhyou, do Ougogo, da Terra, da Lua e do país dos Gallas [...]. As classes trabalhadoras são compostas por africanos escravos ou homens livres.

Assim, com a cumplicidade passiva dos ingleses, os árabes de Zanzibar continuavam a enviar os seus caçadores de homens para os cantos mais remotos do continente. Verdadeiros exércitos de predadores punham-se em campanha no âmbito de expedições que duravam um ano, por vezes dois. Atravessavam toda a África, arrastando atrás de si milhares de cativos até à costa, sob os olhares de testemunhas europeias que viviam em Zanzibar. Desta forma, quando o sultão faleceu, em 1856, o seu sucessor, Barga-che, quis instalar a nova capital num local afastado da costa, Dar Es Salam, para escapar aos olhares e à frouxa pressão política dos britânicos. Frouxa porque o maior senhor do tráfico nas costas

orientais africanas era, nestes meados do século XIX, um bom «amigo» dos ingleses, Hamed ben Mohamed ben Juma ben Rajad el Murjebi, mais conhecido pela alcunha de *Tippu Tip*.

Este bandido controlava todo o comércio com o oceano Índico. Isto, seguramente, não se podia fazer sem a passividade complacente dos ingleses. Tippu Tip exportava marfim e recebia armas para levar a cabo as suas razias. Tráfico negreiro e tráfico de marfim estavam estreitamente associados. O facto de Londres se ter tornado em 1873 a praça mundial do mercado do marfim é suficiente para explicar a atitude ambígua dos ingleses na luta contra o tráfico. O sinistro Tippu Tip, que sabia tirar proveito de tudo isto, tentava, no entanto, justificar-se com os seguintes argumentos:

Se compramos homens, é porque a sua venda nos é proposta e porque não poderíamos obtê-los de outra forma. E é muito melhor para eles que venham parar às nossas mãos do que às das tribos inimigas [...], que os massacram, os esgotam e os embrutecem

E, por mais incrível que possa parecer, o próprio Stanley esboçará um retrato elogioso deste malfetor:

É um homem alto de barba negra, de fisionomia negróide, um modelo de energia e de força. O seu rosto é inteligente, e anda acompanhado por um grande séquito de jovens árabes que o tratam como chefe. Com o seu ar de árabe culto e os seus modos cortesões, recebeu-me na aldeia de Mwana Mamba, rodeado pelos seus escravos. É o homem mais espantoso que alguma vez encontrei entre os árabes, os suaílis e os mestiços de África.

É sobejamente conhecido que Stanley era um belo crápula, da mesma raça de salteadores de estrada que Tippu Tip. Certamente, uma coisa explica a outra. Porém, podemos ficar estupefactos perante a política dos ingleses se tivermos em conta o facto de, quando morreu, Tippu Tip — que progressivamente se tornara

senhor de todo o tráfico de escravos e que, ajudado pelos seus irmãos e tenentes, enchera a região de sangue e ruínas — ter recebido as honras do *Times*. Na verdade, desde sempre que os britânicos deram prioridade às coisas temporais. É uma das suas características, pelo menos sempre que se trata de ganhar dinheiro. Na época colonial, nunca tiveram escrúpulos em usar de violência, nomeadamente contra os escravos das Índias Ocidentais. Uma das razões que explicam o facto de fecharem igualmente os olhos ao tráfico conduzido pelos árabes em África era, de início, eminentemente mercantil. Com os benefícios obtidos em todas as situações em que faziam um jogo duplo, podiam apresentar-se descaradamente como filantropos noutros locais.

Os ingleses sempre se posicionaram como defensores da abolição. Contudo, esquecemo-nos demasiado frequentemente que a sua abolição da escravatura se devia mais à economia do que à moral. Eles pensavam que era mais vantajoso reduzir os africanos à escravidão na sua terra do que exportá-los para o Novo Mundo. Não só eram mais rentáveis ali (dadas as evoluções industriais do momento) como também custavam caro (apesar de tudo, era preciso alimentá-los!). Embora o discurso oficial situasse a abolição num plano moral, ninguém se deixava iludir. O sistema escravagista era cada vez mais ineficaz e improdutivo, como observava o economista Adam Smith. A Inglaterra tinha simplesmente sabido antecipar todas estas mudanças. No início do século XIX, a Revolução Industrial propiciava a reciclagem da economia produtiva, o que fez emergir um novo sector em detrimento da agricultura, em total perda de velocidade. Esta alteração, em que o realismo económico se sobrepunha ao resto, ia beneficiar o movimento antiesclavagista inglês.

Assim, algumas personalidades abolicionistas eminentes, como Thomas Clarkson e William Wilberforce, da Seita de Clapham,

puderam contar com o apoio do mundo dos negócios. A conjunção objectiva de interesses destes dois meios tornou determinante a acção dos abolicionistas no parlamento britânico. O que tinha sido criado por razões económicas viu-se simplesmente desfeito com a ajuda das mesmas razões. Um observador bastante angló-fobo dizia deles: «Uma das características mais curiosas da política inglesa é esta engenhosa combinação da sua tripla inclinação pela exploração das 'raças' que eles julgavam inferiores, pelo comércio e pela filantropia.» Assim, o tráfico árabo-muçulmano só existia no mar das Índias, no mar Vermelho e no Egipto graças à cumplicidade passiva e hipócrita dos britânicos, que não puseram realmente fim à ocupação árabe de uma parte do continente negro, ainda que estivesse sob a sua autoridade. E a África continuava a estar submetida ao medonho flagelo do tráfico, com as suas populações agitadas e esmagadas pelas batidas sanguinárias dos caçadores de homens. Estes mártires deixavam atrás de si os seus campos arrasados, as suas aldeias destruídas e as suas famílias massacradas. Ao colonizar a costa oriental africana, os árabes também introduziram o tráfico, a desumanização e a escravização, ou então desenvolveram-nas quando encontravam algumas destas práticas já estabelecidas.

Que longa e triste sucessão de desgraças para os povos negros, esta conquista árabe de África...

4

Após a conquista, a islamização e as cumplicidades africanas

Se os meus relatórios a propósito do terrível comércio de escravos que se faz em Ujiji puderem conduzir a supressão do tráfico de homens, considerarei este resultado como muito superior a descoberta de todas as nascentes do Nilo.

DAVID LIVINGSTONE

Foi nos primórdios do islão que os árabes converteram as populações da Península Arábica, antes de conquistar as margens meridionais e orientais do Mediterrâneo. Depois de terem multiplicado os saques, ao mesmo tempo que impunham a escravidão nestas regiões, conquistaram o norte do continente africano, como já vimos. A seguir, sob o comando de Tarik, começaram por estender o seu domínio à Península Ibérica, substituindo o reino visigodo em 711. Então regressaram a África para islamizar os povos. Inauguraram, assim, um longo e doloroso tráfico negreiro que ia fazer sangrar a África até ao século xx.

De facto, desde a Alta Idade Média, o mundo muçulmano tornara-se um grande importador de escravos. Porém, como a lei islâmica proibia a escravização de fiéis, após a conversão em massa dos escravos brancos foi, portanto, preciso importar africanos das regiões situadas a sul do Sara. Este islão, que ia desenvolver-se na junção de três continentes (África, Ásia, Europa), é, sem a menor dúvida, um dos maiores fenómenos da história da Humanidade. Tal expansão fulgurante fará entrar numerosas áreas geográficas na esfera do mundo muçulmano. Os árabes desenvolverão uma civilização brilhante em Espanha, simbolizada pelos emirados e califados de Córdoba. Por outro lado, a sua chegada a África foi o ponto de partida do primeiro tráfico negreiro em grande escala. É a partir das suas posições na costa oriental e a norte que encaminharão os recém-raziados para o Golfo Árábico e a Turquia, para os vender como gado.

No começo deste tráfico, antes da chegada de forças militarmente organizadas e conquistadoras, os primeiros negreiros árabo-muçulmanos não precisaram minimamente de cumplicidades locais. Praticavam o «rapto», procedendo por perseguições e razias de populações mais ou menos isoladas dos grandes centros ou aglomerações. Atacavam as populações da costa sem se aventurar pelo interior das terras. Isto é confirmado pela *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, redigida em meados do século xv pelo português Gomes Eanes de Zurara.

Os negreiros árabo-muçulmanos também recorriam a ardis, como relata Idrisi (1100-1165). De acordo com este cronista, os zanjis temiam tanto os árabes que, se encontrassem um mercador ou um viajante, inclinavam-se até quase ao chão e tratavam-no com grande respeito, dizendo na sua língua: «Saudações, ó povo da terra das tâmaras!» Isto porque os primeiros árabes que andavam pela África Oriental «raptavam» as crianças atraindo-as com tâmaras, para as conduzir de um lado para o outro até que

pudessem prendê-las, fazê-las sair do país e transportá-las para a Arábia.

Já antes da colonização árabe de Zanzibar, o chefe da ilha de Kich, no mar de Omã, enviava barcos em expedições à terra dos zanjis, onde fazia numerosos cativos. Ferraghit, um antigo escravo que foi resgatado pelos Padres Brancos e se tornou secretário da Sociedade Antiesclavagista, relata as circunstâncias do seu «rapto» por árabes e tuaregues:

Um dia, a minha mãe dirigia-se comigo, com a minha irmã e com alguns membros da nossa tribo a uma povoação vizinha de Kaffouan, quando nos vimos de súbito cercados por mercadores tuaregues, que nos assustavam mostrando-nos punhais e paus. Um negro que estava connosco lembrou-se de gritar: «Socorro!» Foi imediatamente derrubado e assassinado com uma violenta paulada. Um velhote negro do nosso grupo quis defender-se, pelo que disparou sobre os tuaregues uma flecha que trazia consigo, mas a arma não foi eficaz e isto só aumentou a cólera dos mercadores, que apunhalaram o velho negro e o deixaram a morrer. Por fim, depois de terem matado os que gritavam ou que queriam defender-se, os terríveis corsários conduziram-nos a todos até à tribo dos bambas. Alguns árabes comanditários compraram aqueles de entre nós que pareciam mais fortes. A minha mãe, considerada boa e sólida para o trabalho, foi imediatamente posta ao serviço. Um árabe cruel tirou-nos a nossa pobre mãe sem que tenhamos podido sequer despedir-nos.

Os árabes rapidamente renunciaram a estas capturas, praticadas na maioria das vezes por meio de ardis, para passarem a dedicar-se ao tráfico dito «volante» ou «itinerante», ou seja, pelo fogo e pela caça ao homem. E de tal forma que em pouco tempo conseguiram impor o islão a inúmeros chefes locais, que decidiram associar à ignomínia do seu projecto de tráfico a grande escala.

Os missionários do islão, já no século IX, tinham logo identificado, corrompido ou vencido e convertido alguns destes chefes locais. Teremos oportunidade de voltar a este ponto, pois houve monarcas de vários reinos — sem que o fenómeno se generalize a todo o continente — que participaram, de facto, no tráfico árabo-muçulmano. Boubacar Barry comenta, aliás, no seu trabalho *A Senegâmbia do Século XV ao Século XX*:

Assim, as teocracias muçulmanas, tal como os regimes ceddo, acabam por participar no tráfico negreiro, cujo impacto agrava em todos os domínios a estagnação económica e os conflitos sociais na Senegâmbia. [...] O tráfico negreiro permaneceu durante séculos como monopólio das aristocracias no poder, pertencessem aos regimes ceddo ou aos regimes teocráticos. O comércio dos escravos é um monopólio real na medida em que a aristocracia é a única fonte da força militar susceptível de guerrear com os vizinhos para obter escravos ou dominar os próprios súbditos. A aristocracia é a única a poder encaminhar em segurança as caravanas de escravos desde o interior até à costa, para os vender aos negreiros.

Os predadores árabes, berberes e mouros não vão contentar-se com inaugurar a era da caça ao homem: serão também os agentes mais ofensivos.

À medida que aumentou a procura de escravos, os conflitos intertribais tornaram-se mais frequentes e as razias contra as povoações multiplicaram-se. Esta situação, encorajada e explorada pelos árabes, ao mesmo tempo que «islamizavam» os povos, perdurará até à chegada dos negreiros europeus. Estes últimos, imitando os seus predecessores, vão, por seu turno, selar um contrato durável com os mesmos chefes traidores, nomeadamente os dos reinos da costa de Daomé (actual Benim), de etnia fon, que abriram caminho ao arrasar as aldeias iorubás ou mahis para vender um número incalculável de crianças, mulheres e homens.

Após a partida dos almorávidas, a marcha contínua do islamismo foi assegurada, entre outros, pelos peúles e pelos seus primos tuculores — muitas vezes preciosos auxiliares dos mouros —, entre o golfo da Guiné e o Baixo Níger. Estas tribos «puulares» infiltraram-se ao longo do Níger para ali fundar, a ferro e fogo, grandes Estados prosélitos. Depois, a sua acção junto das populações era prolongada de forma mais «pacífica», graças aos alufás (ou marabus).

Durante muito tempo, esta personagem foi simultaneamente sacerdote e professor. Ensinava a ler e a escrever as letras do alfabeto árabe e alguns versículos do Alcorão, fazendo igualmente que as populações convertidas odiassem tudo o que não fosse muçulmano. Era perfeitamente identificável: andava sempre com um turbante na cabeça, sandálias nos pés e vestido com um traje chamado *owon*. Na maioria das vezes, encontrava-se armado com um sabre ou uma arma de fogo, para a eventualidade de encontrar o pior cenário. Ou seja, o pau e a cenoura. Se estes marabus não cometiam abertamente actos de violência por si mesmos, demasiadas vezes eram os seus instigadores. Principalmente contra os infiéis. E quando se tratava de obter cativos. O séquito de um alufá era sempre numeroso, mas ele só se deslocava a cavalo, o que tinha como efeito impressionar os pagãos e outros fetichistas. Muitos notáveis africanos converteram-se porque se sentiam fortemente atraídos pelo islão, que, segundo eles, se reflectia na própria imponência do alufá.

Se a islamização da África Negra só começou realmente no século IX, foi apenas a partir do século XI que certas elites das cheferias e dos impérios do oeste africano se converteram. A islamização, no entanto, não terá abarcado mais do que estas elites durante séculos. A sua expansão é recente. Antes da colonização europeia, o islão era bastante minoritário na África Negra. Inicialmente, compreendia exclusivamente alguns povos e as respectivas

elites, mas acabou por atravessar o Sara para chegar aos grandes centros de comércio da África Ocidental e do Sudão. A Núbia e o Alto Nilo converter-se-ão muito mais tarde, com o cristianismo a praticar-se meramente em certas regiões da Etiópia (terras do Preste João).

As colónias muçulmanas multiplicaram-se e, enquanto o islão e a cultura árabe se difundiam em África, desenvolviam-se também as técnicas de caça ao homem, de prática de razias e de escravização das populações. Isto ia durar: em 1870, Schweinfurth estimava em 2700 o número de árabes mercadores de escravos estabelecidos no Alto Ubangui e em Bahr el-Ghazal. No movimento de islamização de África, a maior parte das conversões de chefes ou de populações era, de início, simplesmente estratégica.

Estas conversões são ambíguas: Assim, certos cronistas mostram Sundiata Keita*, imperador do Mali, vestido «com trajes de grande rei muçulmano», mas praticando ritos de magia negra. De facto, embora convertidos ao islão, eram raros os monarcas locais que renunciavam aos seus costumes ancestrais e a outras crenças animistas. Quanto às populações, basta ler o que observava, não sem desprezo, o cronista e grande viajante árabe Ibn Jobayr, quando, durante uma peregrinação a Meca, teve de atravessar a terra dos bujas:

Esta tribo de negros é mais desvairada que os animais, e menos ajuizada. Na verdade, de uma religião esta gente só tem a proclamação da unicidade de Deus para provar a sua fé no islão, mas, de resto, nada nas suas falsas condutas e nas suas doutrinas é satisfatório ou lícito. Os homens e as mulheres circulam quase nus, com um pano para dissimular o sexo, mas a maioria deles nada oculta! Em suma, trata-se de gente sem moralidade, pelo que não será um pecado desejar-lhes a maldição divina. Nem será pecado persegui-los até às suas aldeias para delas trazer escravos.

Porém, a prazo, com a conversão muito mais sincera das massas africanas ao islão, o Deus de Maomé tornar-se-á o dos fetichistas de Segu, dos peúles do Massina ou dos ceddo do Senegal. Muitas destas sociedades conservaram, todavia, a sua independência. Algumas delas tornaram-se grandes entidades políticas, reinos ou impérios, como os do Mali, do Songai e do Canem. É preciso dizer que o islão partilhava com os africanos alguns valores e comportamentos: fecundidade, família, supremacia masculina, casamentos precoces e poligamia. Mas nem sempre foi o caso: durante milénios, a maior parte das sociedades africanas funcionaram, com efeito, baseadas num modelo matriarcal, sem generalização da poligamia. A organização social do matriarcado não se deve, como pensaram em determinada altura certos etnólogos, a uma influência exterior, nomeadamente árabe. A islamização dos povos do continente negro é, na verdade, recente em relação ao matriarcado e à prática da poligamia. Os árabes não conseguiram introduzi-la nos impérios da África Ocidental, muito menos noutros pontos. Em vez disso, a islamização operada pelos árabes orientou para o patriarcado muitas sociedades do continente negro.

Numa das primeiras sociedades africanas a converter-se para esta religião, o viajante e cronista Ibn Battuta, que passou algum tempo com o povo malinqués, registava:

Eles [os negros] têm o nome do tio materno e não o do pai; não são os filhos que herdam dos pais, mas os sobrinhos, filhos da irmã do pai. Nunca encontrei tal costume, excepto na terra dos infiéis de Malabar, na Índia.

Sem ter sido fonte de conflitos, o matriarcado sempre foi vivido como uma associação harmoniosa e complementar entre homem e mulher. Esta organização social contribuiu para o bom funcionamento destas comunidades tradicionalmente sedentárias. E

isto, como observou o professor Ki Zerbo, devido ao facto de as actividades da vida quotidiana serem, de forma perfeitamente natural, divididas de acordo com a constituição física de cada um. Na sociedade zulu, por exemplo, este sistema é uma antiga herança dos antepassados bantos. Havia séculos que estes últimos determinavam a filiação segundo uma ordem matrilinear (a adopção de certas variantes bantófonas emigradas de um sistema patrilinear pode ser considerada um epifenómeno). De forma mais geral, a evolução das sociedades africanas para o patriarcado, que hoje rege a maioria delas, deve-se em grande parte à chegada dos árabes e, mais tarde, dos europeus. Através do canal das religiões islâmica e cristã, estes «visitantes» foram progressivamente impondo o patriarcado, ao mesmo tempo que uma legislação colonial pouco favorável às mulheres.

Quanto à poligamia, a sua prática em África não diferia em nada da poligamia da maioria das outras sociedades do mundo. Contrariamente a certos preconceitos, segundo os quais ela é uma especialidade africana, a poligamia não é específica a nenhum povo em particular. Não é mais apanágio dos povos árabes que dos europeus, e ainda menos dos africanos. A poligamia sempre foi generalizada na Ásia, por exemplo. Também a encontramos na Grécia, na época de Agamenão. Era uma prática corrente na aristocracia germânica no tempo de Tácito.

Em África, durante muito tempo — da Alta Idade Média ao século x —, a poligamia foi um privilégio das classes sociais superiores, estando o povo submetido à regra da monogamia. A disparidade de privilégios nesta matéria é idêntica à observada em terras gregas e germânicas.

É com a difusão do islão que veremos grandes alterações em tal domínio. Os árabes — sem a terem introduzido — acabarão por generalizar esta prática em todos os povos que converteram. Foi

o caso do Senegal, onde Burdo observava: «Os uolofes conhecem o casamento, mas têm brio em ser polígamos. É lhes permitido ter quatro mulheres legítimas.»

Numerosas sociedades africanas foram durante muito tempo guerreiras. Todavia, apenas três reinos enviavam mulheres para as batalhas. No Daomé, para mobilizar todas as forças do reino, o soberano Guezo (1818-1858) teve a ideia de criar companhias femininas de cavalaria e infantaria. Serão baptizadas «As Amazonas Virgens do Daomé». Estas unidades começarão por combater nas inúmeras guerras de secessão que opuseram os daomianos aos iorubás. Mais tarde, o rei Béhanzin utilizou-as contra as tropas coloniais francesas. No Senegal, o reino de Cayor enviava as suas *linguères* (irmãs e primas dos soberanos) para as diferentes batalhas contra os mouros trarzas. Mas, muito antes disso, o Império Zulu tinha já inovado ao formar *impis* (regimentos) de raparigas combatentes ou encarregadas de logística. Todavia, trata-se de casos excepcionais. Na grande maioria das sociedades do continente negro, as mulheres recebiam tarefas mais pacíficas. A guerra era sempre um assunto masculino. Assim, a taxa de mortalidade dos homens, geralmente combatentes, sempre foi superior à das mulheres. Isto explica, em parte, a generalização da poligamia nestas sociedades: atribuir um novo quadro de vida às viúvas e aos órfãos de guerra. Era já uma forma bastante antiga de recomposição familiar.

Esta instituição perdura, sem dúvida graças a outro argumento mais hipocritamente avançado pela casta masculina das sociedades africanas modernas, a saber: a monogamia condenaria muitas mulheres ao celibato durante toda a sua vida. Mas quanta generosidade, e que belas almas! É difícil superar tanta má fé...

Contrariamente ao cristianismo, o islão foi difundido por africanos que receberam o testemunho dos árabes. Disto resulta que alguns consideram que esta religião é africana, ao passo que o

cristianismo costuma ser associado à colonização e ao Ocidente. O islão teve igualmente a vantagem da oralidade, que é o suporte das culturas tradicionais. Quanto à simplicidade da sua doutrina, um erudito dirá: «O islão deve a sua rápida difusão em África à clareza dos seus dogmas, à facilidade dos seus preceitos e à equidade das suas leis.» Paradoxalmente, eis como, em África, o islão — uma religião de nómadas — se impôs aos chefes e aos mercadores sedentários. Estes chefes teriam, ao que parece, sido sensíveis ao prestígio da força (sobretudo com a passagem fulminante das forças almorávidas), da riqueza, e aos princípios de liberdade e igualdade enaltecidos por esta religião.

O despertar foi doloroso. A terrível desilusão não tardou a chegar para as populações, pois esta islamização ia engendrar e «legalizar» o medonho tráfico negreiro. O sinal de riqueza viu-se muito mais ligado do que antes ao número de cativos. A indústria mais frutuosa passará a ser a guerra santa e as caças ao homem. Quanto mais o tráfico se desenvolvia, mais o continente africano mergulhava nas trevas e era esvaziado da sua força vital. Este caos empobrecia as comunidades agrícolas. Os reinos e os impérios foram aos poucos dando lugar a tiranias efémeras e à dispersão. De resto, como observou Aminata Barry, «o islão está na origem das guerras fratricidas e dos primeiros soluços da África Negra. Desde então, os negros nunca mais encontraram a unidade perante o agressor comum, fossem os árabes ou os negreiros brancos. Esta incapacidade de união foi-lhes fatal».

O tráfico árabo-muçulmano que sangrava África era quase exclusivamente controlado pelos magrebinos, aliados, nessa circunstância, a comerciantes árabes. Estes últimos pagavam o dízimo aos régulos africanos dos Estados por onde passavam as suas caravanas.

O tráfico e a escravidão existiam muito antes do islão, que os herdou. Mas esta religião, ao mesmo tempo que convidava os

senhores a mostrar uma maior benevolência aos seus escravos, não deixou de aprovar e validar a possibilidade de escravizar seres humanos. De facto, desde tempos imemoriais, do judaísmo ao cristianismo, passando pelo islão e por outras religiões monoteístas, todas elas tinham avalizado a prática da escravidão, alegando a lei natural ou algum obscuro decreto divino.

A escravidão foi abençoada e legalizada por São Paulo, por Santo Agostinho e por Aristóteles. É apenas a partir do século XIX que a própria Igreja Católica dará início a uma campanha antiesclavagista, mas especialmente dirigida contra os árabes. Como se costuma dizer, cada um puxa a brasa à sua sardinha!... No mundo muçulmano, a lei islâmica (ou *charia*), que se baseia no Alcorão e nos hádices, autoriza a escravização de quem quer que não seja muçulmano. No entanto, se um escravo acabasse por se converter, não se tornaria realmente livre. Embora os muçulmanos, como os cristãos da Alta Idade Média, fossem obrigados a não escravizar os seus correligionários, esta regra sofria inúmeras transgressões. Por exemplo, os árabes muçulmanos não desdenhavam escravizar muçulmanos negros, usando pretextos como o facto de a sua conversão ser recente. O marroquino Ahmed al-Wancharisi, numa singular interpretação dos textos, decretava: «Só um infiel pode ser reduzido à escravidão. Porém, se houver dúvidas quanto à data em que um homem se tornou escravo e quanto à data em que se converteu ao islão, não se pode questionar a sua venda ou a sua posse.» Acrescenta que «a conversão ao islão não conduz obrigatoriamente à alforria, pois a escravidão é uma humilhação que se deve à impiedade presente ou passada». Argumento que também utilizarão os «soldados de Cristo» no Novo Mundo, a respeito dos povos de pele queimada que, certamente, se encontravam «demasiado cozidos na matriz» (Ibn al Faqi). Segundo al-Wancharisi e muitos outros, incumbia ao senhor decidir se desejava ou não emancipar o escravo. No entanto, a lei islâmica —

que só trata de crentes e não-crentes — não reconhece nenhuma forma de discriminação ligada àquilo a que era forçoso chamar «raça» naquela época. E, contrariamente aos gregos (nomeadamente Aristóteles), os primeiros juristas muçulmanos rejeitavam a própria ideia segundo a qual a Humanidade apresentava raças predispostas pela Natureza, ou votadas pela Providência, à condição de escravos.

Assim, o tráfico negreiro não é justificado pelo Alcorão, que não faz nenhuma menção a raças e cores em particular. Mas, quando se tratava de muçulmanos de pele negra, os árabes e os magrebinos — no seu sistema escravagista racista e cheio de desprezo — tentarão justificar o injustificável por meio de argumentos largamente baseados num registo religioso interpretado de forma hábil. Reduziam à escravidão inúmeros povos negros convertidos? Bastava fazê-los passar por idólatras. Isto é confirmado por dois grandes viajantes do norte do continente, o general E. Daumas e A. de Chancel, que tinham por missão recolher informações acerca dos povos do sul do Sara.

Em 1856, tinham se juntado a uma caravana de negreiros árabes que partiu de Metlily, na Argélia, com direcção a terras haúças. Publicaram os seus relatos de viagem no final do mesmo ano:

No centro da praça, no chão, encontrava-se um enorme tambor que um vigoroso negro tocava energeticamente com uma baqueta. [..] É o tambor do sultão, que só é usado para convocar o exército. [...] «É esta a vontade do serki: em nome do sultão Bellu, o *Vitorioso*, abençoado seja por Deus, todos vós, povo do Mutanin, sois chamados a encontrar-vos aqui amanhã ao nascer do dia, armados e a cavalo, com provisões suficientes para ir, uns para o Zenfa, outros para o Zender, à caça dos koholanes idólatras, inimigos do glorioso sultão nosso senhor. Que Deus os amaldiçoe!» «Tudo o que o sultão ordena é bom», responderam os soldados. «Que seja feita a vontade do nosso senhor!»

No dia seguinte, efectivamente, os mekhazenia, que apareceram pontualmente, dividiram-se em dois *goums*, um dos quais se dirigiu para leste e o outro para sudoeste, tendo por missão atacar os pontos sem defesa e deles tirar os habitantes pagãos ou idólatras. Na realidade, não passavam de camponeses ocupados com a cultura dos seus campos. Ao mesmo tempo, davam-se ordens para se perseguir no interior os koholanes, que também eram qualificados como idólatras. A seguir, os cativos eram vendidos, com o negociante a dar ao comprador as maiores facilidades para os examinar. E dispunha de três dias para voltar atrás na sua decisão.

Como vimos, o islão faz uma distinção clara entre crentes e não crentes. Permite aos primeiros guerrear com os segundos e escravizá-los. Este princípio arbitrário fazia de uns senhores absolutos e dos outros miseráveis mercadorias, privados de qualquer espécie de direitos. Inúmeros chefes africanos convertidos iam ter isto como um princípio sagrado, para «servir» os negreiros árabes. É com a caução do islão, apresentado como um monopólio dos senhores, que uma liberticida pseudolei divina foi instrumentalizada para justificar a escravização do homem, perpetuar o domínio dos senhores e reprimir qualquer veleidade de revolta. Impunha-se ao cativo a ideia de que a sua salvação dependia do senhor e de que o seu acesso ao paraíso estava ligado à obediência ao mesmo senhor. A submissão foi, assim, elevada ao estatuto de dever religioso.

Livingstone, grande pioneiro da civilização, dizia das populações africanas: «Qualquer indivíduo que, sem preconceitos, não os veja aviltados pela escravidão terá pela sua inteligência, pelo seu trabalho e pelo seu carácter uma estima bastante diferente da daqueles que os viram desonrados pela servidão.» Com a chegada dos árabes, estas populações iam guerrear entre si sem fazer distinções étnicas. A tomada de cativos para venda rapidamente

se tornou uma das principais causas destes conflitos fratricidas. Os africanos faziam raptos recíprocos de mulheres, crianças e homens, para a seguir os vender nos mercados de Kankan, de Dialakoro, de Keniera, etc.

Os árabes islamizaram e influenciaram vários impérios cujos limites de segunda variaram, devido às guerras santas que acompanhavam este processo. Por exemplo, num dos reinos mais islamizados da África Ocidental, o de Wassoulou, que tinha uma grande densidade populacional, os habitantes eram uma mistura de bambaras e peúles. Todos estes impérios, do Bornu à Abissínia, passando pelo Darfur, pelo Wadai, pelo Sokoto e por Wassoulou, tornar-se-ão palco de um tráfico feroz e dos mais odiosos, ao serviço dos mercadores árabes.

Em todos os países africanos cujos chefes se tinham convertido ao islão, a servidão tradicional foi geralmente substituída pelo tráfico e pela escravidão, praticados em virtude de um princípio religioso segundo o qual todos os infiéis se transformavam em foras-da-lei. E os recém-convertidos, outrora vencidos e humilhados, já só aspiravam — também eles — a fazer novas conquistas: os seus compatriotas fetichistas ou pagãos. Após a islamização dos habitantes do Gana pelos almorávidas, os «novos muçulmanos», aliados aos de Fouta Toro e de Silla, operavam razias para se abastecerem de *lamlam* (ou «tribos infiéis»), qualificadas como animistas. De seguida iam vendê-las nos *zéribas* constituídos pelos mercadores árabes. Estes postos implantados em África para o tráfico abrigavam habitações e comércios rodeados por paliçadas. Ali viviam alguns *fakis* (sacerdotes muçulmanos) que eram grandes mercadores de escravos. Viam o tráfico de negros como uma banal extensão das suas competências. O seu empreendimento era dos mais criminosos, como constatou Stanley. Em menos de um ano, 300 traficantes árabes saquearam a região do tamanho

da Irlanda —, que se estende do Congo ao Lubiranzi. Fizeram 2300 cativos. Durante o transporte, as idosas capturadas cediam sob os cestos de carvão ou os sacos de caçava e de bananas. À volta do pescoço os jovens tinham golilhas que eram presas a outras através de anéis. As crianças de mais de dez anos tinham as pernas presas por anéis de cobre que lhes atrapalhavam os movimentos. As mães tinham correntes que lhes afestoavam os peitos e ali mantinham os bebês. Era assim que os cativos se iam escoando pelo Sara e pelo Nilo na direcção da Arábia.

Tal era o destino dos povos africanos desde a chegada dos árabes. Estes invasores perverteram os costumes e transformaram num inferno povoados outrora tranquilos, como a capital do Bornu, Kuka, que, no seu tempo, era o mais antigo e maior mercado de escravos da África Ocidental, com o seu sultão negro a tornar-se, ele próprio, após a conversão, um grande mercador de negros ao serviço dos árabes. Ali não existiam restrições orçamentais. O soberano e os seus funcionários viviam do comércio de cativos, os quais iam ser procurados nas fronteiras do império entre as populações ditas pagãs, por meio de grandes razias, mas também entre os seus próprios súbditos, enquanto estes não se tivessem convertido ao islão. Que potencial tão confortável! Em 1825, quando Clapperton desembarcou na laguna de Lagos, não encontrou muçulmanos que não fossem árabes de passagem, ou seja, alguns pregadores ou negociantes. Em 1861 e 1862, Burton encontrou em Lagos uma mera dezena de muçulmanos. Em 1865, havia 1200. Em 1880, o seu número chegava aos dez mil, com 27 mesquitas.

O Bornu era, no entanto, um dos mais antigos impérios do continente. O seu solo era de uma maravilhosa fertilidade e oferecia com profusão colheitas das mais variadas. Esta terra, na qual se enraizavam as tradições dos povos da região e a sua filosofia de

vida, era um terreno propício ao desenvolvimento das culturas. Antes da chegada dos árabes, os mercados deste país ofereciam produtos bastante apreciados pelos visitantes estrangeiros, como marfim, penas de avestruz, esteiras, olaria, couro e tecidos de algodão azul ou branco. No primeiro milénio antes de Cristo, já existiam nesta região, nomeadamente na Nigéria, tribos que praticavam a agricultura e a olaria, as quais receberam o nome de «civilização Nok». Mil anos mais tarde, surgiu outra civilização nas margens do lago Chade, enquanto uma terceira, certamente mais tardia, a de Ifé, se desenvolveu no sul da Nigéria.

O país apresentava o espectáculo de uma população activa, inteligente e industriosa. Os iorubás, que se agruparam no seu centro, começaram por migrar para oeste. Inicialmente, muito poucos deles foram tocados pela religião muçulmana. A maioria manteve as suas crenças ancestrais, segundo as quais todos os seres e coisas eram dotados de um espírito. A nordeste do domínio dos iorubás, o islão chegara ao Canem no século xi e às margens do rio Chade três séculos mais tarde. Entre o lago Chade e o Baixo Níger viviam os haúças, agricultores e hábeis artesãos, seleiros, fundidores e tecelões que se deixaram lentamente conquistar pela pregação muçulmana. De seguida, a *jihad* de Ousmane Dan Fodio submeteu vários Estados haúças no seio do califado cuja capital é Sokoto.

Apenas dois Estados haúças nunca foram submetidos e convertidos. Trata-se de Katsina (capital: Maradi) e de Gobir (capital: Tibiri), que mantiveram as suas antigas crenças animistas. Outra zona povoada por haúças era Arewa, que permanecera livre de influências islâmicas vindas tanto de leste quanto de oeste. Na Nigéria Oriental, em terras ibo, desenvolvia-se nos séculos ix e x uma civilização conhecida pelos seus cobs e bronzes com chumbo modelados por martelagem a quente. A civilização ibo,

que não pode ser associada a nenhuma outra da região, incluindo a de Nok, mostrava refinamento e resplandecia em todo o sudeste da Nigéria. Porém, a hedionda praga do tráfico árabo muçulmano veio rapidamente ensombrar o vigor moral de todos estes povos que se entregavam à indústria do ferro e à agricultura.

A chegada dos árabes foi o prelúdio de um eclipse total de todas estas civilizações. Estes povos pacíficos começaram a perder-se no caos. Os predadores árabes excitavam a cobiça e a avidez dos chefes locais convertidos. As razias eram organizadas legalmente pelo sultão, de modo a abastecer os negociantes árabes que trabalhavam para a exportação. Os príncipes dos Estados vizinhos do do sultão do Bornu (Canem, Wadai, Baguirmi e Sokoto) também se dedicavam ao tráfico de cativos. Todos estes chefes muçulmanos, longe de quererem suprimir um tráfico com que lucravam, só pensavam em impor taxas de passagem quando não assaltavam directamente as caravanas. Na terra dos fellatas, as caças ao homem eram conduzidas por Ahmadou, filho e digno herdeiro de El Hadji Omar Seydou Tall, na senda da *jihad*.

No interior do continente, com os monarcas daomianos, o empreendimento foi ainda mais repugnante. Aqui, a islamização não explica a cumplicidade: na sua maioria, tratava-se de animistas. Estes usurpadores sanguinários, agarrados aos seus privilégios, estavam sobretudo preocupados com o poder e o prestígio que só o veredicto das armas podia assegurar nestas paragens. Começaram a «colaborar», primeiro com os árabes muçulmanos, depois com os negreiros europeus. Beneficiaram do sangue, do suor e das lágrimas dos seus povos. Querendo ganhar eficácia, todos precisaram cada vez mais de meios tão sofisticados quanto mortíferos.

Para aumentar o seu armamento e o número dos seus cavalos, garantes de poder, foram obrigados a vender ainda mais cativos,

portanto, a criar mais conflitos com os reinos vizinhos. Depois, estes chefes africanos foram surpreendidos pelos mecanismos de troca do tráfico. Não tardou a haver um excedente de cativos, resultante das guerras intestinas provocadas pelos incentivos que oferecia o tráfico árabo-muçulmano. É a chegada dos navegadores foi providencial para o comércio destes Estados demasiado afastados do Sara.

Apresentava-se uma enorme oferta de cativos, em troca de armas, cavalos, têxteis ou caurins (pequenas conchas de gastrópodes que serviam de moeda nesta parte da África pré-colonial). Outros chefes vendiam homens capturados para obter gado, armas, tecidos ou qualquer outro benefício. A responsabilidade destes régulos e outros traidores não é objecto da menor dúvida. Nesta tragédia, é forçoso reconhecer a colaboração de potentados autóctones que, para tirar proveito deste mal, pouco se preocupavam com o destino ou com a morte dos seus compatriotas. Não foram apenas os negreiros berberes, egípcios e outros crápulas e escória das nações a dedicar-se a este comércio criminoso. A cumplicidade de certos monarcas e dos seus ajudantes africanos é um dado objectivo. Após os «raptos» isolados realizados pelos árabes, alguns monarcas convertidos e toda uma corja de cortesãos e intermediários vendiam descaradamente os prisioneiros, com que muito lucravam. Para os seus semelhantes, o homem tornava-se, então, uma «boa mercadoria», sobretudo quando o incentivo do ganho ou o desejo de vingança subjugavam os espíritos. Os monarcas implicados foram co-responsáveis pela triste sorte reservada a estes súbditos, visto que eram depositários da autoridade que devia protegê-los.

Assim, a triste realidade é que, efectivamente, negros foram vendidos por negros. Porque nenhum povo é diferente do outro nas virtudes ou no crime. Quando os caçadores de homens árabes não faziam eles próprios o trabalho, a maioria dos bate

dores que entregavam cativos negros aos negreiros era de raça negra.

Em todas as guerras, como em todos os países ocupados, os vencedores contaram largamente com a colaboração de notáveis locais e de uma parte da população, que entregaram os seus «irmãos» às forças ocupantes. Ao longo deste tráfico árabo muçulmano, a África encontrava-se realmente ocupada pelos árabes. Não só estava colonizada nas suas regiões norte e oriental, como também o restante território se encontrava colonizado espiritualmente pela islamização das elites e dos povos. Como sabemos, sempre que se instalam relações dominadores/dominados ou carrascos/vítimas, os primeiros encontram cumplicidades voluntárias ou forçadas entre as vítimas.

Tal fenómeno é intemporal. Ainda nos nossos dias, as populações negras do Darfur são literalmente exterminadas por milícias janjawids. Ora, neste empreendimento de limpeza étnica dos negros, a maior parte dos mercenários janjawids a soldo dos árabes também é negra. Aliás, durante a ocupação romana da Judeia, os cobradores de impostos eram judeus. Muito mais recentemente, quando da Segunda Guerra Mundial, os nazis também beneficiaram de algumas cumplicidades judaicas. Mas nenhuma mente sã se atreveria a implicar o povo judeu no sinistro projecto do seu próprio extermínio, imaginado por cérebros doentes. Tanto mais que, em França, o general De Gaulle (que dizia que o seu país era uma dimensão espiritual da História) e o presidente François Mitterrand nunca quiseram reconhecer a responsabilidade do povo francês nos crimes de Vichy. Os dirigentes franceses e os seus auxiliares «colaboracionistas» da época só se comprometiam a si mesmos. Vichy, com os seus 38 milhões de renegados, não era a França. Era, porém, um sistema numa França em que a República — e os seus valores democráticos, que excluía o

sexismo, o racismo e o anti semitismo — tinha sido posta em suspenso por um bando de oportunistas, fascistas e criminosos.

Assim, convém ter em conta, reconhecer e aceitar um postulado evidente relativamente à implicação dos africanos no capítulo doloroso da sua história que foi o tráfico árabo-muçulmano: só pode ser objectivamente considerada a responsabilidade dos monarcas despóticos e sanguinários (longe de ser maioritários naquela época) que se constituíram cúmplices dos negreiros — e não a dos povos. Caso contrário, seria como tentar encontrar desculpas para perdoar aos romanos o facto de terem crucificado Cristo porque houve cumplicidade e traição do seu «irmão» e compatriota Judas. Estes chefes e ajudantes militares ou civis foram os únicos aliados objectivos dos traficantes. De resto, os efectivos que compunham este bando de renegados «colaboracionistas» são numericamente incomparáveis com as dezenas de milhões de mortos ou deportados. As principais vítimas são, antes de mais, os povos africanos levados das suas terras ou massacrados, numa tragédia sem precedentes à escala de um continente. Quaisquer que tenham sido as cumplicidades, e além de uma contabilidade das vítimas tanto incerta quanto sórdida, a ética e a moral exigem que comecemos por nos inclinar perante a abominação deste genocídio e o sofrimento destas crianças, mulheres e homens, cuja vida mergulhou irremediavelmente no horror e na desolação. E, contrariamente à tese de certos autores que tentam pôr ao mesmo nível carrascos e vítimas, é preciso sublinhar que numerosos chefes africanos e respectivos súbditos resistiram violentamente a semelhante infâmia.

5

Resistência africana

África perde o seu sangue por todos os poros. Um continente fértil, que só exige trabalho para se tornar um dos maiores produtores do mundo, via os seus habitantes, já demasiado raros, serem diariamente exterminados pelo tráfico de homens e pelas guerras intestinas.

VERNEY-HOVETTE CAMERON

Alguns chefes carismáticos e respectivos súbditos ergueram-se contra os negreiros árabo-muçulmanos e os seus cúmplices, que arrasavam o continente negro. De facto, além das elites muitas vezes islamizadas e a soldo dos negreiros, sempre houve chefes resistentes — muito mais numerosos —, que nunca perderam a fé nas suas civilizações ameaçadas. Estes homens sabiam que à noite sucede sempre o dia. Foi nestes chefes — construtores de impérios, religiosos místicos ou grandes senhores em busca de aventura — que as populações frequentemente depositaram a sua confiança.

Estes homens que se opuseram ao tráfico e depois à conquista colonial eram de um carácter excepcional. No vale do rio Senegal,

quando da chegada dos árabes, alguns soberanos foram tentados a vender os próprios súbditos. Isto ia provocar, como reacção, já no final do século XVII, a «guerra dos marabus» (ou *toubena*, que significa «converter-se ao islão»). Este movimento era bastante nebuloso de início, visto que certas tribos vindas de Marrocos e que diziam pertencer à *toubena* esmagaram cruelmente ou razia-ram populações negro africanas. Porém, um certo Nasir al-Din, que também se apresentava assim, dizia querer conduzir as populações a uma rigorosa ortodoxia religiosa para desencadear um vasto movimento de resistência contra os monarcas negreiros e os invasores. No entanto, retrospectivamente, podemos interrogar-nos acerca das suas verdadeiras motivações. Não queria ele, na verdade, expulsar os franceses de Saint Louis e pôr fim à sua ocupação para beneficiar o tráfico árabo-muçulmano? Tanto mais que os seus antigos aliados islamitas peúles viriam a fundar, no Futa Jalom, um poderoso reino que devia servir de entreposto para o tráfico árabo muçulmano. O certo é que Nasir al-Din proclamava de forma solene: «Deus não permite aos reis pilhar, matar nem fazer cativos os seus povos, os quais lhos deu para manter e proteger dos inimigos. Os povos não são feitos para os reis, os reis é que são feitos para os povos.»

Efectivamente, tudo começara a norte do Sara, dominado pelo maciço do Atlas. Ali, os tuaregues dispunham de acampamentos, a partir de onde enviavam expedições para conquistar oásis do deserto às tribos negro-africanas. Estas últimas tiveram de recuar até ao Níger. Trata-se de um êxodo maciço de populações que já não aguentavam estas razias sanguinárias. De tanto fugir, tornaram-se estrangeiras nas suas próprias terras e foram despojadas da sua história. Assim, em toda a região do Sara, os povos negros quase desapareceram, deixando para trás raros testemunhos das suas antigas civilizações. Por outro lado, informados disto, certos chefes de tribos, nomeadamente tubus, do

Sara Oriental, souberam resistir com os seus povos e manter se senhores das terras, repelindo as invasões dos negreiros ao impedir a passagem das caravanas.

Na África Ocidental, a conversão de alguns régulos ou chefes de tribos e respectivos súbditos provocou mudanças inesperadas. O islão foi até, de forma involuntária, o suporte espiritual de certos grandes movimentos de resistência. Em pleno século XIX, o tráfico árabo-muçulmano prosseguia a sua devastação e as nações europeias combatiam oficialmente o flagelo. Mas, paradoxalmente, a «desconfiança» dos colonos e dos homens da Igreja quanto ao islão contribuiu para a sua profunda expansão. Alguns eruditos muçulmanos, como o guia religioso senegalês Cheikh Ahmadou Bamba, não só não fizeram parte da infâmia do tráfico árabo-muçulmano como também lhe resistiram ferozmente, graças ao islão. Bamba tinha começado por separar o espiritual do temporal, no qual vários chefes ou guias africanos se perdiam com preocupações vilmente existenciais e eminentemente corruptoras. Cheikh Ahmadou Bamba incitava os fiéis a voltarem-se para Deus, num trabalho santificador, para melhor superar os valores materialistas do mundo. Afastou-se dos jihadistas (negreiros, na sua maioria), ao mesmo tempo que combatia a ocupação colonial quando os franceses se instalaram em força no Senegal. Os abusos do sistema colonial e a falta de respeito pelos princípios humanistas (embora nascidos da Revolução Francesa) tinham acabado por lançar uma grande parte das massas senegalesas na religião do mouridismo, cujo fundador é precisamente Cheikh Ahmadou Bamba. Este pacifista representará muitos problemas para as autoridades coloniais, e isto a dois títulos. Primeiro, porque o mouridismo, religião de inspiração islâmica, obtinha a adesão de milhões de fiéis e sobretudo dos camponeses que controlavam a cultura de aráquide,

produto de exportação colonial e enorme fonte de rendimentos para os «visitantes». Segundo, Cheikh Ahmadou Bamba, muçulmano devoto, não era um adversário clássico que se pudesse combater pelas armas.

Muito tempo antes de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King, Bamba, inspirando-se nos preceitos mais pacíficos do islão, decidira opor-se ao poder colonial por meio de uma resistência não violenta. Ele próprio lhe chamava «a resistência espiritual pela não-violência». Perante o sistema colonial, com tudo o que comportava de ardis, de subterfúgios, de meios de retaliação e de empreitadas de desculturação, este homem opor-lhe-á uma fé religiosa sem falhas, num combate inteligente e sem armas. Cheikh Ahmadou Bamba era, acima de tudo, um místico incorruptível e indiferente às coisas materiais. O projecto de sociedade deste resistente religioso assentava na fraternidade e na entreaajuda social, excluindo relações de força ou constrangimentos. Contestava que qualquer autoridade pudesse dispor da vida de um ser, uma vez que isto era um privilégio do Todo-Poderoso. Este anti-racista dizia que a maior ignorância era odiar um homem porque este nascera negro, branco ou amarelo, o qual, como reacção, poderia rejeitar os outros nas mesmas bases, igualmente absurdas.

O mouridismo, ainda que de inspiração islâmica, é a primeira grande religião negro-africana — transcendendo as barreiras étnicas — que contém desde a origem, na sua própria essência, uma forma de resistência espiritual e militante contra qualquer tentativa de alienação vinda do exterior. Tratava-se de uma renovação islâmica, vivificadora da identidade negro africana e que acabaria por irritar seriamente as autoridades coloniais. Assim, o governador francês mandá-lo-á prender. Bamba será deportado para uma ilha do Gabão. O resistente religioso ali terá longas conversas com

um dos seus companheiros de desterro, Almamy Samory Touré, resistente guineense mas notório escravagista que terá conduzido uma longa guerra santa na África Ocidental. Se este último se servira do islão à semelhança de vários outros chefes muçulmanos — como Elhadji Omar, Ousmane Dan Fodio e outro Mahdi —, Cheikh Ahmadou Bamba trabalhara para poupar os seus fiéis à tentação da corrupção e para que eles se realizassem unicamente por meio do trabalho pessoal.

Após oito anos de cativeiro no Gabão, este guia espiritual regressará ao Senegal apenas para ser mantido em prisão domiciliária, até à sua morte, em 1927. As suas últimas palavras serão: «Perdoo a todos os meus inimigos. Eles foram afastados de mim.» O seu mausoléu encontra-se em Touba. Esta Meca africana tornou-se — junto com Lalibela, na Etiópia — um dos mais importantes lugares santos do continente negro. Afinal, o combate do papa do mouridismo constituiu um dos raros exemplos de que a islamização do continente negro não perverteu todos os guias ou chefes locais para abusar dos respectivos povos.

Outro resistente religioso, tornado uma referência graças ao seu carisma e erudição, foi o sábio Ahmed Baba (1556-1627), de Tombuctu*. Embora fervoroso muçulmano, refutou a maldição de Cam em todo o Império Songai e denunciou vigorosamente o tráfico transariano e oriental praticado pelas nações árabo-muçulmanas. Este jurista africano assimilava tal empreendimento criminoso a uma «calamidade». Ele próprio chegara a ser preso pelos marroquinos. Uma ambiguidade na sua postura nunca deixará de ser o facto de, como quase todos os eruditos ou juristas muçulmanos, ele não pôr em causa a instituição da escravidão. Isto porque, em vez de erradicar este flagelo, que durante muito tempo arrasou o continente negro, alguns chefes convertidos aparentemente se preocupavam mais com construir um edifício jurídico e religioso

susceptível de o legitimar, para melhor o explorar em benefício próprio. Ahmed Baba escrevia:

Mesmo que admitamos que Cam é um antepassado dos negros, Deus é demasiado misericordioso para castigar milhões de seres pelo pecado de um só. É a falta de crença e não a raça que é a fonte da escravidão. Qualquer não-crente, branco ou negro, pode ser escravizado; nenhum muçulmano, negro ou branco, pode sê-lo.

Foi assim que este erudito, muito respeitado pelos seus compatriotas, elaborou uma espécie de «etnografia religiosa» que distinguia, no seio dos próprios povos negros, os muçulmanos dos pagãos. Correlativamente, proibia a captura de homens entre os primeiros e autorizava-a entre os segundos. Durante quase 200 anos, nos séculos XVIII e XIX, esta distinção servirá de pretexto a líderes africanos, como Ousmane Dan Fodio ou Elhadji Omar, para levar a cabo guerras santas sangrentas, como a de Sokoto, no norte da actual Nigéria.

Muitos camponeses africanos convertidos foram raziados e deportados para o Brasil, que aboliu a escravatura já tardiamente. Pertenciam às etnias fulah, peul, mandinga, iorubá, hauça ou uolofe. Estes deportados eram herdeiros de grandes civilizações, nomeadamente os impérios do Gana, do Mali, de Songai e o reino de Segui. Muitos deles tinham conhecido no seu país de origem uma organização militar, política e cultural. Tal como todos os muçulmanos do oeste africano, eram letrados e tinham sido educados na escola corânica, daí a sua superioridade intelectual relativamente a senhores portugueses frequentemente analfabetos. Esta superioridade manifestava-se — tanto no plano cultural quanto no plano técnico — pelo seu perfeito domínio da criação de gado e do trabalho com metais.

Quando da insurreição na Bahia, em 1835, o Dr. Francisco Gonçalves, chefe da polícia local, foi obrigado a informar os supe-

riores de que «a maioria dos negros revoltados sabe ler e escrever, numa língua desconhecida para mim mas que se parece com o árabe». Neste dia — 25 de Janeiro de 1835 —, em apenas algumas horas, escravos iorubás revoltados reduziram a cinzas a cidade de São Salvador da Bahia. Na verdade, muito antes desta sublevação, a maioria dos escravos resistia espiritualmente. Buscavam a sua inspiração no islão, pregando a superioridade desta religião relativamente à dos senhores portugueses. Viam estes últimos como *yéffers* («infiéis» ou «pagãos impuros»), *pakhés* («incircuncisos») e facínoras. Assim, a desculturação, que funcionou relativamente em muitos deportados africanos dos Estados Unidos e de certas ilhas das Caraíbas — pela «desnegrificação» ou através de políticas falsamente assimilacionistas —, confrontou-se no Brasil com uma resistência espiritual mais eficaz, graças ao islão. Certamente porque, nestes locais de escravização, o opressor não era árabe. Aliás, tal como no Iraque, terra islâmica, os revoltados africanos (*zenjs*) recorrerão a outros valores.

No sul do continente, Shaka Zulu sempre se opôs violentamente a que os mercadores de escravos penetrassem no seu império. Todos os que lhe sucederam o imitaram. A tradição dos povos da África do Sul não conhecia a escravatura. Apesar de várias tentativas, os portugueses nunca conseguirão impor naquele local o seu ignóbil tráfico.

Num espírito de unificação, os chefes sul africanos reuniam à sua volta, numa confederação económica e política, os clãs mais fracos para lhes oferecer assistência e protecção. Os chefes africanos das diferentes confederações assimilavam socialmente os prisioneiros de guerra ou libertavam-nos em troca de gado. Foram os colonos europeus instalados na Cidade do Cabo que, já no final do século xvii, importaram maciçamente escravos do Golfo da Guiné, de Madagáscar, de Angola e de Java.

O viajante Richard Brenner relata, numa carta de 1868, rumores segundo os quais as rotas de escravos, em direcção ao lago Niassa, tinham sido cortadas por chefes de tribos em revolta, tendo se tornado intransponíveis para os negreiros árabes. Com efeito, na mesma época, os massais (um povo de pastores nómadas, vizinhos dos gallas e estabelecidos no sul do Dana) eram considerados grandes guerreiros. Por isso, constituíam uma ameaça às possessões costeiras dos árabes. Quanto aos vadoes, tribo localizada mesmo em frente de Zanzibar, também tinham abandonado as terras que cultivavam para se juntar aos gallas e, ao seu lado, levar a cabo uma guerra implacável contra os negreiros árabes. Os quimbandas contam que, nestes movimentos de resistência, muitas acções costumavam ser espontâneas. As populações nem sempre esperavam por uma ordem ou pelo comando de um chefe para defender a sua liberdade. Muitas mulheres e homens resistiram, frequentemente em condições dramáticas.

A norte do Senegal, na Mauritânia, viviam, como vimos, populações mouras arabizantes que, quando não traficavam no comércio da goma, operavam razias nas regiões circundantes para obter cativos. A este propósito, o padre Labat relatava o seguinte:

O Sr. Brue fora informado de que, com regularidade, ocorriam desordens consideráveis durante o tráfico da goma, porque os mouros, que são grandes ladrões por natureza, roubavam de dia a goma na balança enquanto era pesada e, de noite, através das cubatas nas quais era guardada; e os funcionários, para não terem problemas com eles, permitiam que os descarregadores cortassem os sacos de pele nos quais se carrega a goma; e não lhes permitiam recuperar aquela que tinha saído. Todos os anos, os mouros operavam razias às terras dos negros. Iam surpreender e pôr a ferro e fogo aldeias do Walo, de Cayor e de Djolof, e regressavam à escala com o seu saque vivo. Viam-se cavaleiros a trazer crianças nos braços ou à sua

frente na sela, com as mãos logo atrás, presas aos rabos dos cavalos, caso elas não tivessem perecido no fogo.

Conhecendo a extrema ferocidade destes negreiros mouros, no Senegal, durante o mês de Novembro de 1819, várias mulheres sacrificaram-se colectivamente para não caírem vivas nas mãos deles.

Estas heroínas foram avisadas por uma mulher que, desvairadamente, gritava: «Os mouros! Os mouros vêm aí! Estão quase a chegar! Eu estava à beira do lago de Guers e vi-os através dos caniços. Um exército de mouros! Trazem consigo uma tropa de tuculores conduzidos pelo chefe Amar Ould Mokhtar! Preparam-se para atravessar o rio e vir à nossa aldeia!» As outras mulheres decidiram de imediato organizar a resistência contra os cavaleiros de turbante vindos do deserto.

No seu livro *Reines d'Afrique et héroïnes de la diaspora noire*, Sylvia Serbin relata a emocionante história destas mulheres que mandaram os filhos para os campos das redondezas, conduzidos pelos mais velhos, de modo que pudessem esconder-se entre os milharais, e que a seguir se precipitaram para as palhotas e de lá saíram vestidas de túnicas e calças largas, ora dos maridos, ora dos pais, ora dos irmãos, com o cabelo escondido sob barretes masculinos. Tinham-se munido de tudo o que pudesse servir para a sua defesa, machetes, lanças, mocas e até verdadeiras armas de fogo, que se preparavam para usar pela primeira vez. Sylvia Serbin descreve-nos como estas súbitas Amazonas se bateram por meio da energia do desespero. Servas, camponesas, aristocratas, jovens, idosas, todas participaram, movidas pela coragem, num terrível confronto contra os negreiros.

Nos cantos em que celebram a memória destas mulheres excepcionais, os quimbandas, ilustradores das páginas da história africana, asseguram que, nesse dia, as corajosas resistentes mataram

mais de 300 mouros. Embora humilhado por ter sido derrotado por mulheres, o chefe mouro sabia que elas não poderiam resistir por muito tempo, apesar da sua bravura: o combate era desigual. Como não desejava arriscar se a danificar a «mercadoria», contava voltar mais tarde, de modo a apanhá-las vivas, para obter bom lucro nos mercados de escravos. As mulheres do Walo, que se tinham dado conta disto, sentiram-se perdidas. Já quase sem forças, não poderiam resistir a um segundo ataque.

Muitas das resistentes tinham sucumbido, e o mensageiro, que se precipitara em busca de socorro, chegaria certamente demasiado tarde. Assim, quando se perderam as esperanças, uma voz ergueu-se sobre os clamores, os lamentos e os gritos de dor. Era a voz de Mbarka Dia, uma grande líder das mulheres da comunidade. Apoiando-se contra a árvore central da povoação, porque ela própria fora ferida, dirigiu-se às companheiras:

Mulheres de Ndar! Dignas filhas do Walo! Erguei-vos e recomponde-vos! Preparemo-nos para morrer! Sim, minhas irmãs. Devemos morrer como mulheres livres, e não viver como escravas. Sigam-me até à cubata do Conselho dos Sábios todas aquelas que assim pensam. Ali entraremos todas e atearemos o fogo...

No interior da cubata, as mulheres abraçadas, apertadas umas contra as outras, entoaram, como se para ganhar coragem, canções de embalar e antigas cantigas que, desde a infância, tinham ritmado todas as suas actividades. Os cantos começaram a perder força e logo foram substituídos por violentos acessos de tosse. Foi então que uma delas, grávida, guiada pelo instinto de sobrevivência, abriu violentamente a porta com um pontapé e, inspirando profundamente, precipitou-se para o exterior, onde desmaiou na terra batida. Aquelas que ainda se encontravam vivas não se moveram. Algumas ainda tiveram tempo de murmurar: «Deixemo-la. Como testemunha da nossa história, há de transmiti-la aos nossos

filhos, que a contarão aos seus próprios filhos, para a posteridade.»

Na história da resistência dos cativos africanos, a insurreição mais dura e mortífera foi a dos zenjs deportados para o mundo árabo-muçulmano. Os homens roubados às suas terras nem sempre deixaram de reagir. Ao chegarem aos locais de calvário, muitas vezes se revoltaram.

Devemos a Alexandre Popovic uma das fontes históricas mais antigas que se conhece acerca da revolta dos zenjs. Este investigador revela-nos que em 689, 690 e 694 os escravos africanos se insurgiram na Mesopotâmia. Estes homens, na sua maioria zenjs, oriundos da África Oriental, eram destinados à construção de cidades como Bagdade e Basra. Eram considerados sub-humanos pelos árabes e tinham a reputação, uma vez reduzidos à escravidão, de rapidamente se contentarem com a sua sorte. Por outras palavras, a sua inércia primitiva fazia-os aceitar sem rebelião e em silêncio a nova condição que lhes era imposta.

Os árabes empregavam a palavra «zenj» com um matiz pejorativo e desdenhoso: «Com fome, o zenj rouba; sem fome, o zenj viola.» Ali, os africanos recebiam as tarefas mais penosas. Encerrados nos seus locais de trabalho e em condições miseráveis, recebiam como único alimento alguns punhados de sêmola e tâmaras. Dezenas de milhares de escravos africanos eram obrigados a drenar os pântanos. Eram fustigados, açoitados, infectados com o paludismo e morriam como insectos. Estes escravos permitirão que a sua ira se manifeste, tendo como objectivo, no ano de 869, destruir Bagdade, aos seus olhos a cidade que simbolizava todos os vícios. Mas sublevaram-se já em 689, armados com simples mocas ou sacholas e formados em pequenos grupos. Esta primeira insurreição ocorreu sob o governo de Khâlid ibn 'Adballah, sucessor de Mus'ab ibn al-Zubayr.

* * *

Os revoltosos que se organizaram tinham conseguido obter armas. Fortificaram-se em campos inacessíveis. E, a partir de diferentes pontos, começaram a lançar ataques. Ser-lhes-á favorável um grande número de emboscadas e batalhas. Conseguiram apoderar-se de grandes cidades do sul do Iraque e do Khuzistão, como al-Ubulla, Abbâdân, Basra, Wâsit, Djubba, Ahwâz, etc. As tropas abássidas iam, todavia, reocupar com facilidade todas as cidades que os zenjs tinham tomado, pilhado e, depois, abandonado. Serão facilmente vencidos: os prisioneiros ver-se-ão novamente escravizados, ou então decapitados, com os seus cadáveres em exibição. Isto não os dissuadirá de fomentar uma segunda revolta, mais bem organizada.

Tal insurreição teve lugar cinco anos mais tarde, em 694, e parece ter sido mais importante do que a primeira, e, sobretudo, mais bem preparada. Desta vez, aos zenjs juntaram-se outros negros, desertores dos exércitos do califa, escravos que guardavam rebanhos vindos de Sindé, na Índia, e muitos outros, oriundos do interior do continente africano. Os rebeldes infligiram, num primeiro momento, uma pesada derrota ao exército do califa. Os exércitos árabes precisaram de várias ocasiões para os esmagar.

Quanto à terceira revolta dos zenjs, trata-se da mais conhecida e relevante. Abalou fortemente o sul do Iraque e o Khuzistão, provocando enormes prejuízos materiais e centenas de milhares de mortos — se não mesmo mais de dois milhões de baixas, segundo algumas fontes. É no dia 7 de Setembro de 869 que, sob as ordens de um chefe carismático, Ali Ben Mohammed, apelidado de Sâhib al Zandj («O Senhor dos Zenjs»), os africanos se sublevam. Este homem era de origem obscura, mas, pelos vistos, conseguira contactar com as classes dirigentes da época. Era igualmente um poeta talentoso, instruído, versado nas ciências ocultas e social-

mente comprometido em acções de ajuda às crianças. Ensinava-lhes a ler e a familiarizar-se com disciplinas como a gramática e a astronomia. Ali Ben Mohammed já alimentara várias sublevações em outras regiões do país, antes de conseguir, à frente dos zenjs, constituir a mais memorável insurreição de escravos da história do mundo muçulmano.

Tal período era, na verdade, favorável à expansão e ao êxito dos rebeldes. O poder central não era capaz, por razões de política interna ou externa, de os combater de forma eficaz. Bagdade, a capital, estava entregue a uma anarquia indescritível após o assassinio do califa al-Mutawaki. Os oficiais turcos da guarda pretoriana tinham imposto de seguida, entre 870 e 874, quatro califas sem um verdadeiro poder e inteiramente à sua mercê. Em várias províncias, as populações pobres e muitas vezes com fome desafiavam episodicamente a autoridade dos governadores. No que diz respeito às regiões situadas nos altos planaltos do Curdistão, na província de Fars, no sul do Irão e em Sínde, à beira do Golfo de Omã, tinham-se simplesmente declarado independentes do califado e passado a ser dirigidas pela dinastia de Ya qab al Saffas (863-902). Também é preciso referir que a zona pantanosa do sul do Iraque, chamada Khuzistão, era praticamente impenetrável. Os seus numerosos canais impediam o acesso de grandes embarcações capazes de transportar tropas. A região oferecia igualmente refúgio aos revoltosos, que podiam aparecer tão facilmente quanto recuavam perante um adversário confundido.

Ali Ben Mohammed não era zenj, mas um aliado providencial dos africanos. Era um chefe árabe que defendia a igualdade entre todos os homens, sem distinção de cor. Este antigo escravo branco confraternizara por muito tempo com escravos de várias origens. É, portanto, sob o seu comando que os zenjs tornam a sublevar-se, no quadro daquilo que a memória árabe reteve como sendo

«a terrível guerra dos zenjs». Vão pilhar inúmeras povoações, massacrar os habitantes e pôr em debandada as tropas enviadas para combater a insurreição. Um poderoso exército que partiu de Bagdade sob o comando do general Abu Mansur foi desbaratado pelos africanos. Estes últimos vão igualmente enfrentar e afugentar os quatro mil homens do exército comandado pelo general turco Abu Hilal. Serão massacrados cerca de mil soldados, enquanto inúmeros prisioneiros feitos pelos zenjs também acabarão por perecer. Os rebeldes apoderaram-se de 24 navios de alto mar que se dirigiam para Basra. A revolta acabara por ser popular. Os zenjs conseguiram granjear a simpatia de muitos camponeses livres e até de peregrinos de passagem.

Depois de se terem libertado, organizaram um embrião de Estado com uma administração e tribunais. Nesta nova entidade autónoma, aplicavam a pena de talião aos árabes vencidos e aos soldados turcos, que se viram escravizados e objectos de tráfico. Em três frentes, os zenjs atacarão de surpresa Basra, que derrubarão, na sexta-feira, 7 de Setembro de 871, na hora da oração. De seguida, fixaram a sua capital na cidade próxima de Al-Muhtara, sede do seu comando militar e administrativo. Solidamente instalados, cunharam uma moeda própria e organizaram o seu Estado, ao mesmo tempo que tentavam criar relações diplomáticas com outros movimentos, como os dos carmatas, de Haçane Carmate, e dos safáridas, de Ya'kûb ibn al Layth.

Os zenjs resistirão durante quase 14 anos, antes de serem esmagados em 883 por uma coligação de tropas enviadas pelos califas locais, pois tinham-se tornado, no mundo árabe, a principal preocupação do califado de Bagdade. Este decidirá agir metodicamente, destruindo tudo à sua passagem para obrigar os zenjs a fazerem reduto na região dos canais. Ali serão submetidos a um longo cerco dirigido por al Muwaffak e pelo seu filho, Abû

l'Abbâs (o futuro califa, al Mu'tadid). Apesar de uma resistência feroz durante mais de dois anos de cerco, a energia dos combatentes africanos começou progressivamente a desaparecer, visto que Ali Ben Mohammed, que se proclamara Mahdi, descendente do profeta, acabara por criar estruturas muito hierarquizadas e particularmente desiguais. Rompendo com os princípios que ostentava no início da aventura, relegou os negros para o fundo da pirâmide social. De facto, Ali Ben Mohammed (certamente animado pelo desprezo árabe quanto aos negros) fará que, na sua organização social, as riquezas e os títulos sejam reservados unicamente aos companheiros brancos. Isto explica o facto de o zenjs terem acabado por já não saber por que motivo se batiam, ao passo que, do outro lado, as tropas inimigas acolhiam os desertores de braços abertos, com honra, enchendo-os de presentes à vista dos cercados. Nesta guerra psicológica, para minar ainda mais o moral dos rebeldes, lançavam na sua direcção embarcações repletas de cabeças dos companheiros mortos.

Por fim, após numerosos assaltos das forças coligadas, Ali Ben Mohammed, líder dos rebeldes, foi morto. Todo o seu estado-maior e oficiais serão igualmente assassinados, ou então feitos prisioneiros e transferidos para Bagdade, onde serão decapitados. A maioria dos resistentes africanos preferirá a morte em combate à rendição. Muitos daqueles que foram capturados vivos serão degolados um por um, enquanto outros sofrerão suplícios atrozes. Entretanto, al-Muffawaq, irmão do califa al-Mutamid que por tanto tempo lutara contra os zenjs, decidiu indultar muitos deles, os quais serão incorporados nos exércitos do califa, numa homenagem à bravura e à combatividade dos africanos.

Na verdade, contrariamente às teses de certos autores, esta guerra dos zenjs não foi uma série de confrontos obscuros mal conhecidos e sem datas. Tal sobressalto dos escravos negros con-

tra a servidão, que durou 14 longos anos, entre 869 e 883, terá provocado em terras islâmicas, de acordo com os historiadores árabes, de 500 mil a dois milhões de vítimas. As diferentes revoltas de escravos africanos terão chamado a atenção geral para a exploração maciça da mão-de obra negra no mundo árabo-muçulmano. De resto, permanecem na memória árabe como os maiores acontecimentos que abalaram seriamente os próprios fundamentos do que restava do império da Mesopotâmia e que marcaram o início do seu declínio, muito antes do golpe de misericórdia dado pelos invasores mongóis no século XIII. De igual forma, sérias revoltas entre 1576 e 1598 abalaram violentamente o sistema das plantações de cana-de-açúcar em Marrocos, cuja mão-de-obra era, na sua maioria, constituída por africanos. O resultado destas numerosas revoltas, sobretudo no Iraque, foi o desaparecimento dos locais que tinham sido palco do martírio dos africanos, com o abandono das empresas de dessalgação de terrenos alagadiços. No seguimento disto, a cultura da cana de-açúcar praticamente desapareceu do mundo árabo-muçulmano.

6

Bestialização, razias e perseguições, ou a África a ferro e fogo

*O sangue negro escorre para norte. O equador
cheira a morte.*

STANLEY HENRY MORTON

Com a ajuda da *Jihad*, a expansão árabe era comparada por Ibn Khaldun «a sentinelas que não poupam sequer as florestas». Este erudito assegurava que os seus compatriotas, à semelhança de Átila, semeavam a ruína e a desolação por onde quer que passassem, desde a terra dos negros até às margens do Mediterrâneo. Em pleno século XIX, os eruditos europeus iam revolver as cinzas dos faraós, interrogar as ruínas de Tebas ou de Persépolis. Enquanto isso, os negreiros árabo-muçulmanos arrasavam o continente negro e continuavam a transportar homens agrilhoados, capturados durante assustadoras caças ao homem nas costas orientais de África, na bacia do Nilo e nas regiões do Sudão. Isto

apenas para que se perpetuasse o luxo insaciável dos notáveis do Egipto, da Arábia, da Pérsia e da Turquia. Eram sete os territórios africanos que, no Alto Nilo, forneciam nesta altura o objecto do tráfico:

1. A região dos gallas, a sul da Abissínia (hoje, Etiópia), entre o terceiro e o oitavo graus de latitude norte. Os cativos eram abundantes e muito apreciados pelos árabes muçulmanos.
2. A região entre os dois Nilos, onde as capturas eram operadas pelos bertas e pelos dinkas.
3. O distrito dos agaws, no coração da Abissínia, entre Tigré e Amhara e a fronteira noroeste das terras altas abissínias.
4. O Alto Nilo Branco, incluindo as margens dos lagos.
5. O Alto Bahr El Ghazal, que fornecia principalmente bongos, bakoukes e mitlous.
6. O Dar-Fertit.
7. Por fim, as terras altas situadas a sul do Cordofão. Os núbios desta região eram apreciados devido à sua beleza, inteligência e destreza.

Para os árabes, cada cativo era um título ao portador, que se descontava ou até constituía um penhor. Como os africanos se tornaram presas comuns, desumanizados e reduzidos à condição de ferramentas de trabalho, a sua aparência não era suficiente para fixar um preço. Também era preciso ter em conta a origem étnica e a idade, portanto, poucos velhos havia, e não sem razão... Já se enviavam suficientes jovens para se esgotarem, destruírem e morrerem longe de casa.

Todos os anos, mais de um milhão de indivíduos eram tirados às suas famílias e tribos. De todas as práticas de tráfico, a dos negreiros árabo muçulmanos era a mais mortífera. Com a sua chegada a África, as razias e outras «colectas bélicas» foram

sendo cada vez mais estudadas e aperfeiçoadas. Eis uma destas «técnicas de caça»: depois de ter cercado uma aldeia em plena noite e eliminado as sentinelas, o cabecilha fazia sinal para que os seus cúmplices acendessem as respectivas tochas. Os aldeões, surpreendidos enquanto dormiam, não estavam em condições de se defender, pelo que os idosos eram massacrados. Os restantes eram amarrados, como preparação para o longo trajecto que tinham à sua frente. Às vezes, alguns fugitivos refugiavam-se na savana, que os traficantes incendiavam para os desemboscar. De seguida, os que se encontravam indemnes começavam a longa marcha em direcção à costa ou ao Norte de África, através do impiedoso deserto. As perdas, estimadas em cerca de 20 por cento das cabeças, eram inevitáveis.

A progressão das caravanas de cativos através do oceano de areia podia durar meses. Imaginem-se as condições de sobrevivência, com os adultos do sexo masculino emparelhados por meio de uma forquilha de madeira e presos por uma coleira de ferro (que marcava a carne) durante o seu interminável e torturante trajecto. O frio das noites, o calor dos dias, a fome, as injúrias, as chicotadas e as doenças... As crianças não eram poupadas. O explorador, médico e naturalista alemão Gustav Nachtigal deixou-nos um testemunho:

As pobres crianças dos países negros parecem encontrar a morte aqui, na derradeira etapa de uma longa, desesperante e penosa viagem. O longo trajecto realizado com pouca comida e ainda menos água; o contraste entre, por um lado, os ricos recursos naturais e a atmosfera húmida da sua pátria e, por outro, o ar seco e anemiente do deserto, a fadiga e as privações impostas pelos senhores e pelas circunstâncias nas quais se encontram — tudo isto foi minando, pouco a pouco, as suas jovens forças. A lembrança da pátria que ficou para trás, o medo de um futuro desconhecido, a viagem interminável sob os golpes, a fome, a sede e o esgotamento mortal paralisaram as suas

últimas faculdades de resistência. Se as pobres criaturas carecem de forças para se erguer e voltar a andar, são simplesmente abandonadas e o seu espírito vai-se lentamente apagando sob o efeito destruidor dos raios do sol, da fome e da sede...

Quanto a Livingstone, quando se deslocou pela primeira vez até ao Tanganica, afirma ter ali encontrado populações pacíficas, dispostas a receber de braços abertos qualquer aventureiro que se aventurasse por aquelas paragens. Este povo colhia sorgo, tecia panos e trabalhava o ferro. Quando o célebre explorador regressou ao Tanganica alguns anos mais tarde, a felicidade e a prosperidade que encontrara ali antes já não existiam. Desaparecera tudo o que tinha admirado. Os campos, abandonados, haviam sido invadidos pelo mato e pelos arbustos. A ceifa deixara de ser feita. Os animais selvagens tinham tomado o lugar dos animais domésticos. Um silêncio de morte apoderara-se das povoações, cujas casas tinham sido incendiadas pelos negreiros árabes. Por vezes, no meio do matagal ou entre os caniços à beira dos rios, alguns sobreviventes erguiam a cabeça e, vendo que não se tratava de um árabe, estendiam a mão para pedir alimento. É neste universo que teve lugar o encontro, profundamente simbólico, entre o vício e a virtude.

Em 1867, com a ajuda da Royal Geographical Society, Livingstone, aos 58 anos, lançara-se à aventura de explorar o lago Tanganica, onde esperava encontrar as lendárias fontes de Heródoto que estavam na origem do Nilo, rio majestoso. Então, depois de adoecer numa região arrasada pelas epidemias e pelo tráfico de cativos, acabou por se refugiar em Ujiji. Do seu lado, tendo partido de Zanzibar, Stanley ia encontrar Livingstone após uma marcha de 3500 quilómetros e 411 dias. A 10 de Novembro de 1871, chegou a Ujiji, uma pequena povoação africana na margem oriental do lago Tanganica. Enquanto a população o rece-

bia em festa, um homem branco, de rosto emaciado e com uma barba enorme, saiu de uma cubata e dirigiu-se a ele lentamente. Stanley tirou o chapéu e lançou-lhe esta apóstrofe tão lacônica quanto célebre: «*Dr. Livingstone, I presume?*» O missionário David Livingstone, que explorava a África Oriental, não encontrava europeus havia cinco anos e era tido como desaparecido... Nesse dia, foi encontrado pelo jornalista e aventureiro americano sem escrúpulos, na povoação onde se estabelecera tranquilamente. Stanley ficou extremamente perturbado com este encontro com o generoso missionário.

Em conjunto, explorarão durante cinco meses as margens do lago Tanganica. Stanley afirma que, ao descer o Congo pela primeira vez, visitara um país tão grande quanto a Irlanda e povoado, segundo o explorador, por um milhão de habitantes. Quando regressou a esta região poucos anos mais tarde, encontrou-a destruída. Testemunhas oculares asseguraram-lhe que já não havia mais de cinco mil habitantes: os negreiros árabo-muçulmanos tinham passado por ali. Os caçadores de homens chegavam perfeitamente preparados, com os seus cavalos, burros, camelos, longas vestes, armas de fogo e mercadorias destinadas às trocas. Se encontravam uma forte resistência, esforçavam-se por semear a discórdia no seio das tribos. Estas últimas destroçavam-se em lutas intestinas desencadeadas por líderes manipulados pelos negreiros, que compravam cativos ao lado vencedor.

Stanley verificará que, em certas regiões de África, após a passagem deles, não restava mais de um por cento da população. No Tanganica, as imagens do horror do tráfico eram omnipresentes. Nachtigal, que ainda não conhecia a região, quis avançar até à beira do lago. Porém, ao ver os inúmeros cadáveres espalhados ao longo do caminho, parcialmente devorados pelas hienas ou pelas aves de rapina, recuou, horrorizado. Perguntou a um árabe

porque os cadáveres eram tão numerosos nas proximidades de Uji e por que razão eram deixados tão próximo da povoação, tendo em conta o risco de uma epidemia. O árabe respondeu-lhe num tom casual, como se se tratasse da coisa mais simples do mundo: «Antigamente, costumávamos deitar neste sítio os cadáveres dos nossos escravos mortos, e todas as noites as hienas vinham buscá-los. Mas, este ano, o número de mortos foi tal que os animais já não chegam para os devorar. Ficaram enjoados de carne humana.»

Tais eram os horrores do tráfico árabo-muçulmano em todo o lado onde operavam os seus predadores. E isto passava-se num período relativamente recente, ou seja, em pleno século XIX. Consciente da dimensão económica deste odioso tráfico, de 1840 a 1855, Mehmet Ali, paxá do Egipto, regulamentou-o com o objetivo de o tornar um privilégio exclusivo do seu governo. Enviou expedições ao norte do Vale do Nilo para praticamente despovoar a Núbia e fundar a cidade de Cartum, um dos maiores entrepostos de escravos da região. Nos *Anais do Comércio Exterior*, podia ler-se este comentário cínico: «A colónia europeia de Cartum deve a sua origem à descoberta do rio Branco em 1840. O governo egípcio começara por monopolizar o comércio lucrativo deste rio e empregara no tráfico de marfim e de escravos alguns europeus, que se puseram a explorar o Nilo por conta própria.»

Nesta região, o corsário dos egípcios, e não menos célebre traficante e negreiro da época, foi por muito tempo o sinistro Ahmed Agad. O governo egípcio fizera-lhe um contrato à medida, com o direito exclusivo de exercer o comércio de cativos numa superfície de 230 mil quilómetros quadrados. Esta vil personagem, porém, nunca conseguirá obter a exclusividade, visto ter a concorrência dos mais poderosos árabes nómadas caçadores de homens: os baggaras de Senar. Estes intrusos, dizem alguns exploradores, eram

identificáveis pelas tranças no cabelo, e montavam cavalos de raça ou bois carregadores. Quando não trabalhavam nas colheitas ou no comércio da goma, dedicavam-se à caça aos autóctones. Tais predadores faziam emboscadas e semeavam o pânico junto das populações locais. Era à noite que se faziam as suas operações contra os negros, a quem chamavam *el-mal*, isto é, «o capital». Consideravam o homem negro uma espécie de ganha-pão que era preciso evitar estragar antes da venda. Quando foi informado dos enormes lucros desta espécie de mercenários, o governo egípcio lançou contra eles os temíveis *chaguiés*, para os obrigar a partilhar os ganhos. Então, nos vastos territórios sob controlo egípcio ou dos seus novos mercenários aliados, serão organizadas ferozes batidas e, de forma mais metódica, o incêndio de centenas de aldeias. Os criminosos eram egípcios ou turcos e viam-se frequentemente ajudados por aventureiros austríacos, italianos e ingleses, que vieram trazer para este inferno a mais recente novidade das armas modernas.

Estes homens hediondos pouco se importavam com a honra e com as leis oficialmente abolicionistas dos seus países. Dissimulavam os seus crimes sob o disfarce de um comércio honesto, mas ajudavam os negreiros árabo-muçulmanos neste empreendimento homicida. De forma oficial, eram comerciantes de ouro ou marfim. Foram os primeiros mercenários a atrever-se a «lançar-se» ao interior. Eram descritos como «a semente do inferno», «tudo o que há de mal», «assassinos», «dissolutos», «ladrões». Partindo do Sudão, estes abutres desesperados levavam as suas expedições até bem longe no interior do continente, para roubar às populações locais o seu marfim, que elas já não desejavam vender. Para isso, dividiam-se em dois grupos. O primeiro ia matar elefantes na floresta e o segundo encarregava-se de massacrar as populações resistentes e capturar os que sobrevivessem. Concluído o

saque, precisavam de carregadores. Obrigavam os aptos a assumir esse papel, sem se preocupar com o que fariam deles mais tarde. Quando chegavam aos primeiros entrepostos árabes, vendiam-nos aos traficantes. Alguns deles pensavam mesmo que isto era mais humano do que enviar os infelizes de volta para as terras deles, cujos campos tinham sido arrasados e cujas casas haviam sido incendiadas. A seguir, depois de obtido este «duplo lucro», podiam continuar a ajudar tranquilamente os negreiros árabes nas suas actividades não menos criminosas. Enquanto durou o tráfico árabo-muçulmano, o sofrimento não constituía uma excepção: era o estado normal e contínuo das populações negro-africanas.

Os relatos de Livingstone vieram expor a história de todas estas infâmias. É verdade que, após as abolições ocidentais, foram assinados tratados para erradicar semelhante ignomínia. Porém, nunca foram muito bem aplicados no terreno. Já nos congressos de Viena, em 1815, e de Verona, em 1822, o horror do tráfico negreiro foi denunciado como «um flagelo que por muito tempo desolou a África, degradou a Europa e afligiu a Humanidade». No entanto, não há dúvida de que é a publicação dos relatos das viagens de Livingstone e de Stanley que incitou o rei belga, Leopoldo II, a agir. Como o tráfico árabe já não conseguia encontrar saídas para o oceano Índico, o soberano belga propôs-se a extirpar-lhe as derradeiras raízes no leste do Congo. Assim, lançou a iniciativa de realizar em Bruxelas a Conferência Internacional de Geografia. Organizada por Émile Banning, este encontro ocorreu de 12 a 19 de Setembro de 1876 e reuniu personalidades tão eminentes quanto Schweinfurth (Alemanha), Cameron (Grã-Bretanha) e o vice almirante De La Roncière Le Noury (França). Foi criada a Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central (ou AIA). Delimitou-se uma zona de acção no interior do continente africano, tendo a norte o Sudão egípcio,

OS HORRORES DO TRÁFICO ÁRABO-MUÇULMANO



1



2

1. Razia de escravos na África Central
2. Negros do Sudão abatidos por terem resistido durante uma razia



3



4

3 Mercador de escravos árabe conduzindo uma caravana no deserto africano

4 Negreiros a guiar uma caravana de escravos à chicotada

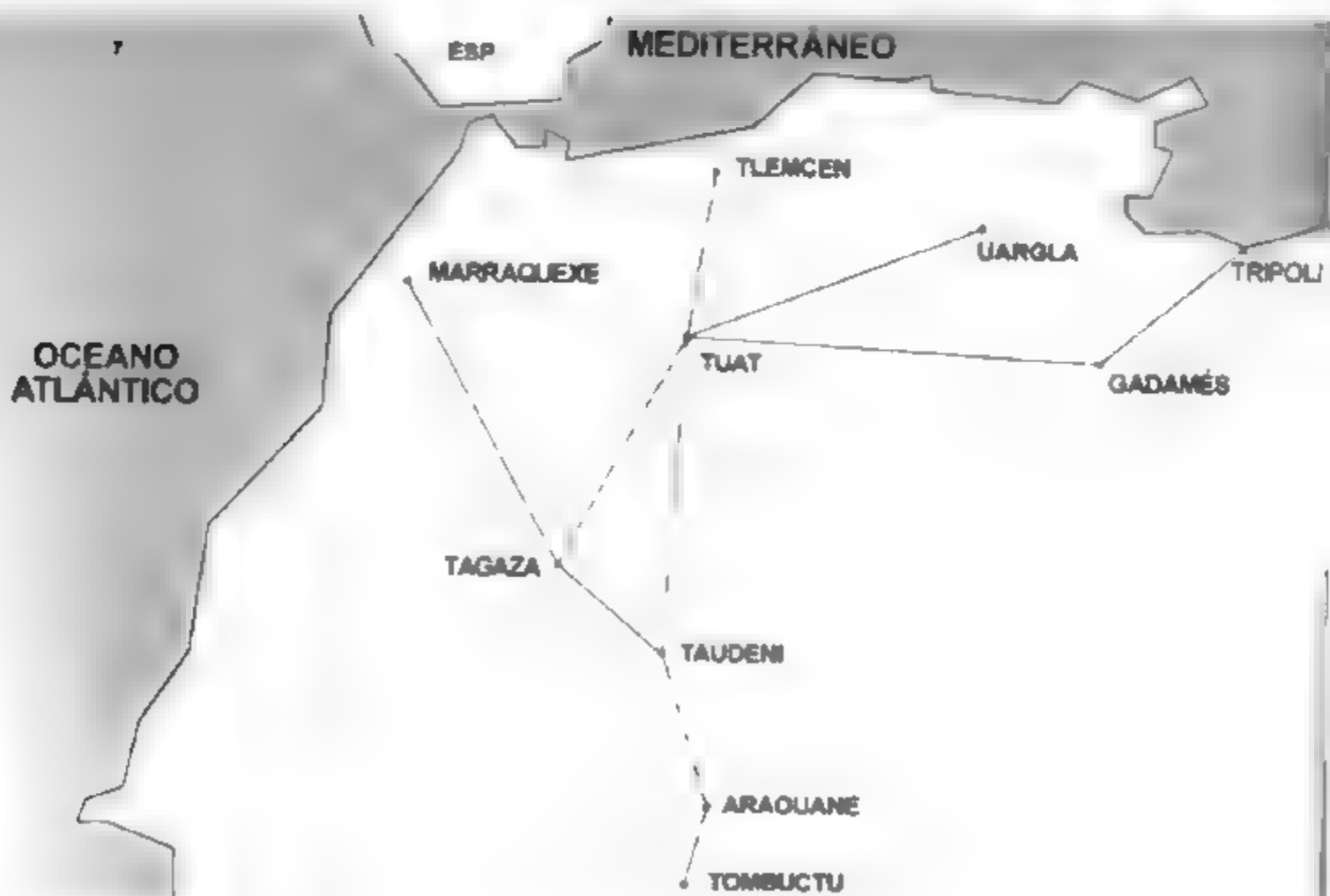
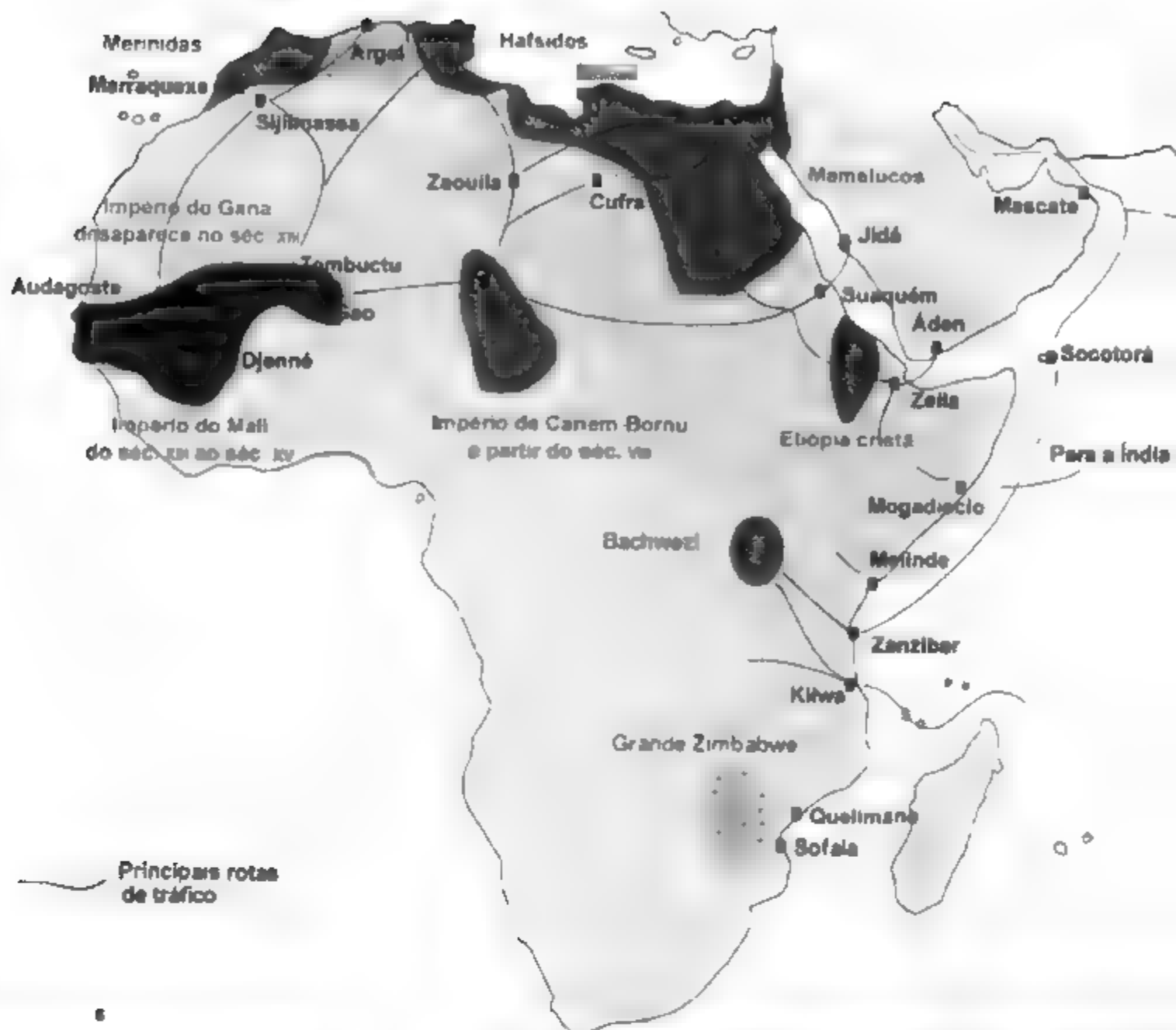
LA TRAITE DES NOIRS



Les traitants à cheval ou à dos de chameau frappent à grands coups de fouet
sur les nègres pour les faire embarquer. (V. 2 pages)

8

- 5 O tráfico dos negros: negreiros em cavalos e camelos a chicotear os escravos





7



8

6. A escravatura em África

7. Rotas transarianas
do tráfico de negros

8. Embarque de escravos
africanos num navio
negreiro

■ Escravos (crianças e
adultos) libertados, a
bordo do *HMS London*,
por volta de 1880

AS CUMPLICIDADES AFRICANAS



10

10. Samory Touré (1834-1900), imperador do Wassoulou e célebre esclavagista

11. Béhanzin (1844-1906), último rei do reino de Abomey (Daomé), mais do que cúmplice, participante activo

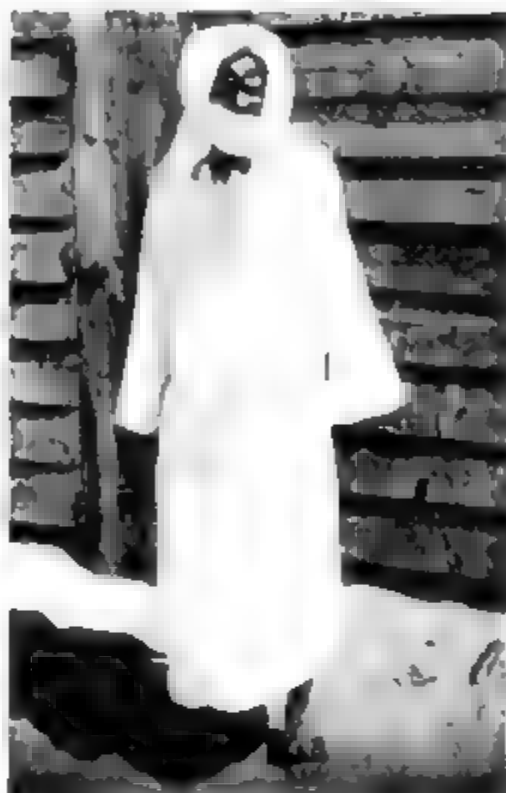


11

A RESISTÊNCIA AFRICANA



12



13

12 Chaka, rei dos zulus

13. Cheikh Ahmadou Bamba,
resistente religioso

14 Mansa Kankan Muça I,
chamado *O Leão do Mali*,
rei do Mali, século xiv
(gravura de Angus McBride)



14

COLÔNIA ÁRABE DE ZANZIBAR



15

15. Tippu Tip (1840-1905), celebre
mercador de escravos de Zanzibar

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS E FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

1: Heritage Images/Leemage (in *The Graphic* 1888) 2, 8: Roger-Viollet 3: TopFoto/Roger-Viollet
4: Michael Nicholson/Corbis 5: Coleção Jonas/Kharbne-Tapabor 6: DR 7: Baseado em Atj para
Asselar 9: Michael Graham-Stewart/Bndgeman Graudon 10: Coleção Kharbne-Tapabor
11: FA/Roger-Viollet 12: TopFoto/Roger-Viollet (in Nathaniel Isaacs, *Voyages et aventures en Afrique
de l'Est*) 13: DR 14: Look and Learn/Bndgeman Graudon 15: Bojan Brezely/Corbis

a sul a bacia do Zambeze, e a leste e a oeste os oceanos. Oficialmente, o objectivo era relançar a exploração do continente negro e lutar contra o tráfico dos negros pelos árabes. Intenção certamente louvável, mas naquele tempo a prioridade para as nações europeias era hastear as suas bandeiras no máximo de territórios possível.

A iniciativa de Leopoldo II devia, entretanto, forçar os próprios notáveis congolezes a mostrar o caminho, agindo contra os elementos arabizados. Após os primeiros compromissos de 1886, a instalação de entrepostos comerciais provocou a reacção de Sefu, filho do célebre negreiro árabe Tippu Tip, que lançou a ofensiva à frente de dez mil guerreiros. Este bandido e filho de negreiro desenvolveu uma violenta campanha árabe de 1891 a 1894, a qual recorreu a quatro colunas militares. Os belgas enfrentá-las-ão, embora mais preocupados com os seus interesses económicos do que com a erradicação rápida e definitiva do tráfico árabo-muçulmano. Os árabes, no entanto, serão vencidos e expulsos do Congo. Do lado turco, a 22 Rabi el Akker 1307 (isto é, a 16 de Dezembro de 1889), o sultão Abdulamide II, para não ficar atrás, assina um *iradé* (decreto) a abolir o tráfico de escravos e as mutilações em todos os territórios sob domínio otomano.

Este decreto, que proibia a venda de seres humanos e, quanto aos homens, a sua transformação em eunucos, devia igualmente permitir aos cruzadores turcos e ingleses inspeccionar sistematicamente qualquer embarcação suspeita de proceder ao transporte de cativos. Em princípio, tais disposições deveriam ter conduzido ao fecho definitivo dos dois grandes mercados de escravos que eram a Tripolitânia e as costas da Arábia. Contudo, a antiga rivalidade entre França e Inglaterra ia exercer a sua influência. Os conflitos entre ambas iam mesmo ser amplificados pela abertura do canal de Suez. Os franceses apoiavam o Egipto, ao passo que

a Inglaterra protegia a Turquia. Ainda que todas estas boas almas afirmassem querer o fim do tráfico negreiro árabo-muçulmano, a questão não deixava de estar repleta de considerações económicas e, portanto, de interesses difíceis de contrariar.

Na verdade, as potências europeias dedicavam-se a África, mas sobretudo para a desmembrar. Reuniam-se em congressos para traçar linhas em mapas e desenhar impérios. No que diz respeito à partilha de África, o cínico Lord Salisbury confessará: «Demos uns aos outros montanhas, rios e lagos, sendo que, por mais incrível que possa parecer, nunca soubemos exactamente onde ficavam tais montanhas, rios e lagos.» Assim, sob pretexto de alcançar uma imensa realização e de trabalhar para a emancipação da Humanidade, as principais potências coloniais tinham abusivamente — com consentimento mútuo — reconhecido e proclamado direitos sobre o continente negro. Ora, isto comprometia-as moralmente a reconhecer também deveres para com este continente destroçado pelo tráfico árabo muçulmano. A prazo, acabariam por erradicar o fenómeno, mas, enquanto isso não aconteceu, apenas a voz do interesse pareceu fazer-se ouvir. Aos horrores que ensanguentavam África, tinham sido subsidiariamente associadas questões de ordem económica e de política internacional, no quadro de tratados assinados por gente de bom trato. Assim, o efeito de algumas combinações diplomáticas vai favorecer o tráfico, e não combatê-lo. As rivalidades entre as grandes potências farão que, durante várias décadas, continuem a correr em África muitos rios de sangue.

Relativamente à ambiguidade da posição inglesa, não podia ser mais evidente. Os vassalos de Sua Majestade que dragavam o mar Vermelho também vigiavam o Eufrates, enquanto deitavam o olho à Pérsia, vizinha da sua pérola indiana. Os ingleses intervinham nos assuntos internos do Estado de Omã, grande importador de

escravos africanos, mas abstinham-se de lhe impor a supressão do tráfico. Adoptavam tal atitude com todos os seus «amigos». Tratava-se, em suma, de um subtil jogo duplo, como tão bem sabem fazer os ingleses. Denunciavam e combatiam oficialmente o tráfico, mas fechavam os olhos ao comportamento dos negreiros árabo-muçulmanos. Esta ambiguidade agravava o mal, em vez de o atenuar. Os franceses não ficavam atrás. Os seus compatriotas traficantes, baseados nas ilhas do oceano Índico, não aplicaram a abolição de 1848. Para continuar a alimentar o comércio com Zanzibar, optaram por se instalar em Quíloa, onde as trocas se faziam a partir de Moçambique. Assim, de Quíloa e de Bagamoyo, os cativos eram levados para bordo de pequenos navios árabes, com destino ao Médio Oriente ou à ilha de Zanzibar. Nestas pequenas embarcações munidas de uma ou duas velas, várias fileiras de cativos — entre cem e duzentos homens — eram transportadas em condições abomináveis. Os infelizes tinham de ficar acorados, de queixo colado aos joelhos, por cima das pedras que formavam o balastro. À chegada a Zanzibar, fazia-se o sinistro cálculo. Os mortos eram lançados à água e os moribundos ficavam abandonados na praia. Apenas os homens válidos constituíam lucro, pela venda aos traficantes. Enquanto homens da Igreja e certos administradores civis lutavam incansavelmente nas colónias francesas para erradicar o mal, houve graves violações desta nobre missão, sobretudo da parte dos militares franceses.

Édouard Guillaumet reconhecia-o em 1895, no relato que fez em *L'esclavage au Soudan*:

As diferentes tentativas de abolir a escravidão tinham exaurido a boa vontade dos conquistadores. Foi então que se passou algo extraordinário: como não conseguíamos suprimi-la, passámos a tirar proveito dela. Criámos, como para os negros, uma moeda com que pagamos aos nossos soldados, criados, carregadores, à semelhança de

Samory e Ahmadou. Quando tomamos uma povoação à força, estamos a seguir a tradição. Assim, por exemplo, na nossa mais recente campanha contra Ali-Kari no Mossi, em Bossé, cercámos a povoação, abrimos uma brecha no *tata* [muro fortificado] e matámos durante o assalto tudo o que se encontrasse à nossa frente, cerca de 700 a 800 fanáticos. No final, restavam aproximadamente 200 seres humanos. Era este o espólio do vencedor, e fizemos a partilha dos cativos. Os oficiais tiveram direito a um certo número, seis, julgo eu, dos quais dois terços eram para os seus homens; os soldados da Legião Estrangeira também receberam a sua parte. Por fim, pagámos aos atiradores, aos carregadores e aos palafreiros com esta mercadoria humana.

Tudo isto impedia, portanto, uma repressão verdadeiramente eficaz e leal do mal árabe. No entanto, os ingleses tinham oficialmente oposto a esta calamidade a mesma missão que haviam assumido contra a escravidão no Novo Mundo. Em África, porém, os próprios cônsules europeus eram muitas vezes traficantes de marfim. Expunham-se ao denunciarem o tráfico e verem a acusação ser-lhes devolvida. Além disso, os negreiros compravam com presentes ou lotes de escravos o silêncio dos paxás. E, visivelmente, a consciência destes últimos não tinha suficiente delicadeza para se espantar com tal prática, quanto mais para a denunciar. Assim, as autoridades turcas ou inglesas destas regiões não costumavam ser temidas pelos negreiros. Como a maior parte das instâncias europeias, preferiam fechar os olhos e não ser curiosas até à indiscrição, e isto muitas vezes por razões pessoais. Todavia, a 1 de Agosto de 1890, os ingleses incitaram oficialmente — como os franceses no Norte de África — o sultão de Zanzibar a promulgar um decreto a proibir o tráfico e a escravidão. Os árabes reagiram bastante mal e organizaram uma grande manifestação à frente do palácio do sultão, onde a proclamação foi feita em pedaços. Outras proclamações, afixadas em árabe e em inglês, foram postas sob a guarda de soldados. Ao mesmo tempo, para se proteger, a

imprensa britânica relatava que a venda de escravos nunca fora tão florescente na África Oriental como desde que certas regiões se viram sob domínio alemão. Nestes tempos de rivalidades coloniais, era bastante cómodo acusar a concorrência...

Os jornais berlinenses replicavam afirmando que o governo de Guilherme II nunca tivera a intenção de abolir imediatamente a escravidão sob todas as suas formas. E que, pelo contrário, ele declarara no Reichstag que se propunha mudar gradualmente a situação, com respeito pelos usos e costumes locais, para evitar uma revolução dos árabes de Zanzibar. Em suma, todas as partes tinham avançado os argumentos mais falaciosos para, no final, nada mudar.

Entretanto, a Inglaterra e a Alemanha fingiam operar o bloqueio marítimo da costa oriental africana. Os seus cruzadores, porém, nunca eram suficientes para impedir a acção dos traficantes. Verdadeiras frotas clandestinas percorriam o Nilo, com bandeiras europeias falsas no alto dos grandes mastros. E estas frotas, apesar dos negreiros que transportavam e dos cativos que levavam escondidos nos porões, tornavam-se invioláveis, para benefício dos mercadores e das autoridades corruptas que nunca deixavam de ter um bom pretexto para fechar os olhos. Estimava-se em 30 mil o número de cativos que em 1870 ainda chegavam ao mercado de Cartum, antes de serem encaminhados em embarcações para o mundo árabo muçulmano. O tráfico praticado no Sudão e no Vale do Nilo realizava-se nas fronteiras do Império Otomano, com a cumplicidade das autoridades e dos funcionários turcos. Era não apenas um crime odioso mas também uma violação flagrante da legislação otomana. Após a abolição oficial do tráfico e da escravidão pelo seu país, as autoridades locais mentiam e enganavam vergonhosamente a Europa e o mundo, com a ajuda, obviamente, dos cúmplices que já conhecemos. Segundo um adágio popular na

Núbia (e já a respeito de Átila), «não cresce erva onde os turcos põem os pés».

Certas iniciativas pessoais constituem uma razão para não se perder a esperança na Humanidade. Revoltada com toda esta hipocrisia, uma grande dama holandesa, intrépida e generosa, Alexandrine Tinne, conduzirá uma expedição no Vale do Nilo em 1863 para obter informações preciosas acerca da actividade dos negreiros árabes.

Um dia, testemunhou a chegada a Berber de uma embarcação carregada de cativos africanos. Estranhamente, a bordo estavam o irmão do cônsul americano de Cartum e um ajudante do governador geral. A sua investigação revelou que os 21 cativos (15 raparigas e seis rapazes) eram, na verdade, propriedade do paxá. Alexandrine redigiu um relatório com todos os pormenores necessários. Isto obrigou o governador a mandar libertar os desgraçados no seguimento das instruções recebidas por Ismail Paxá, visto que, oficialmente, a Turquia abolira o tráfico e a escravidão. Pouco tempo depois, porém, Alexandrine foi assassinada em território tuaregue.

De facto, a política ambígua dos ingleses dava prioridade à constituição de um vasto império, e não à obtenção rápida da supressão do tráfico árabo muçulmano. Entre os súbditos de Sua Majestade havia, contudo, abolicionistas heróicos e sinceros que arriscavam a vida para servir uma causa nobre e de forma eminentemente desinteressada. Algumas destas iniciativas pessoais e generosas são as do comandante Samuel Baker e do célebre general Henry Gordon. Ambos estiveram na origem de acções de força para reprimir as caças ao homem. Os horrores do tráfico, que ele testemunhara no Alto Nilo, inspiraram a Sir Samuel White Baker a ideia de uma vasta campanha de repressão por si encabeçada. É verdade que o seu pai, que era xerife-chefe, lhe proporcionara

uma excelente educação, além de um espírito de justiça e do gosto pelas aventuras e viagens. Em 1868, ele submetia ao quediva o projecto de reconquistar os territórios que se estendiam do Nilo aos Grandes Lagos. Isto para ali estabelecer a soberania egípcia, abolir o tráfico e introduzir regulamentos relativos ao tráfego das caravanas. O quediva aceitou os planos de Baker, nomeou-o paxá e pô-lo à frente de um pequeno exército munido de vapores desmontáveis e provisões em abundância. Tendo partido no final de 1869, a expedição chegou a 7 de Junho de 1870 a Cartum, onde encontrou, da parte do governador e dos ricos cobradores de impostos, uma hostilidade surda que entravou seriamente as operações.

Quando se lançou ao rio, a expedição confrontou-se com vários obstáculos naturais. O Nilo Branco encontrava-se cortado por uma longa e profunda barreira de plantas aquáticas, verdadeiro pântano pestilencial onde a maioria dos companheiros de Baker sucumbiu à febre palustre. Ele próprio chegou com dificuldade a Gondokoro, a 15 de Abril de 1871. Ali, Baker ergueu uma cidade, a que chamou Ismaília, e declarou guerra aos habitantes de Bari, que venceu. Depois de ter reprimido energeticamente um motim entre os seus próprios soldados, Baker prosseguiu viagem para o Sul, no final de 1871, com uma caravana consideravelmente reduzida. Costeou o Nilo, atravessou Madi e formou um campo entrincheirado em Fatiko, a partir de onde operava contra os mercadores de escravos. Nesta circunstância, foi até Marindi, no reino de Unyoro, lutando sempre contra os negreiros. Baker conseguiu impedir temporariamente as terríveis caças ao homem na região e anexar ao Egipto estes vastos e belos territórios.

No entanto, isto não durou muito tempo, dado que, após a partida de Baker e a morte do general Gordon, o mais importante traficante árabe da região, o místico e iluminado «Mahdi»,

passou a ter liberdade de acção nas suas iniciativas criminosas. As suas caças ao homem na região do Nilo e do litoral indiano tinham sido, contudo, largamente denunciadas e eram perfeitamente conhecidas pela Europa. Estes árabes cometiam os maiores crimes em África, mas julgavam que não deixavam de ser fiéis aos princípios do islão, que autorizam a escravidão. As suas acções eram favorecidas pelos costumes e encorajadas por tradições religiosas que, aos seus olhos, eram mais fortes do que todas as leis da terra. Portanto, só tinham de esconder os seus crimes aos cruzadores europeus, visto que os seus governos os aprovavam plenamente. Convém reconhecer que a ocupação turca causara tanta miséria e sofrimento que estas populações flutuantes procuravam recursos no roubo e nas razias. Os homens estavam prontos a vender-se por qualquer crime, e as potências europeias sabiam-no perfeitamente. Se, no interior do continente, as razias conduzidas pelos negreiros só tinham como testemunhas as vítimas e os carascos, o caso era diferente na região do Nilo, onde as potências europeias tinham agentes e cônsules para as informar. Contudo, todos os funcionários do governo egípcio (primeiro implicado no tráfico) consideravam este mal uma instituição útil.

Também é verdade que, junto de certos intelectuais europeus, os países árabo-muçulmanos não tinham tão má reputação. Michelet, por exemplo, chegava a lamentar a vitória de Carlos Martel em Poitiers. Segundo ele, a França teria beneficiado de se tornar muçulmana. Quanto a Basil Davidson, que, no seu tempo, não dispunha de informações suficientes sobre os horrores dos empreendimentos árabes em África, simplesmente minimizava os choques provocados pelos predadores:

A escala do tráfico de escravos além-mar supera tudo o que foi feito no género ou o que o foi desde que ele é perfeitamente distinto, no seu choque sobre África, tanto do tráfico por via terrestre

longamente praticado pelos árabes e muitos Estados negros quanto da escravidão doméstica da feudalidade africana na Idade da Pedra. Era muito mais que a ferida superficial representada pelo tráfico terrestre. Era completamente diferente, nos seus efeitos catastróficos, da submissão de povos fracos pelos mais fortes, que era consequência das guerras e das conquistas africanas.

Ainda mais recentemente alguns persistiam nesta via, como H. Brunschwig, que afirmava:

O antigo tráfico asiático ou transariano, independentemente da sua importância, parece ter feito figura de emigração a conta-gotas se comparado com o fluxo regular e contínuo que levou durante mais de três séculos os africanos para as Américas.

Infelizmente, enquanto se exibiam estas grandes ideias, infinitamente distanciadas da realidade, o calvário dos africanos continuava muito real, como o sol do meio-dia. Já nenhuma região era poupada. O Níger, por exemplo, viu-se no cruzamento das rotas comerciais que ligavam a África Negra ao Magrebe e ao Bornu, de que era vassalo, e aos mercados das diferentes povoações haúças, como Kano.

Os soberanos locais também participavam no tráfico em direcção do Norte de África. Aqui fica o testemunho pungente de Richardson, citado por A. Salifou:

Uma longa fila de cativos, fruto da razia, dirigia-se para a cidade, conduzida por um único cavaleiro que marchava à cabeça. Não existe no mundo espectáculo mais hediondo: ao assistir a ele, senti-me mal. Vi criancinhas nuas a correr sozinhas; mães que se arrastavam penosamente com crianças de peito; depois, raparigas de idades diferentes, idosos vergados, idosas de aspecto moribundo que se apoiavam em varas compridas; de seguida vinham jovens robustos, presos uns aos

outros pelo pescoço numa fila contínua. O total dos desgraçados ascendia a quase três mil.

Era assim que o soberano de Damagaram pagava as suas dívidas aos comerciantes árabes.

No século XIX, o trajecto de deportação dos infelizes cativos deslocara-se de Tombuctu para Fezão, cujo xeque, desde 1626, também pagava um tributo anual de quatro mil mitkals, metade em ouro em pó e metade em cativos (cerca de 70). Apesar dos esforços dos abolicionistas, todos os indícios convergiam para atestar que ainda seria preciso muito tempo para erradicar definitivamente o mal: além da «colaboração» imposta aos chefes africanos convertidos, os árabes muçulmanos podiam igualmente contar com a cumplicidade de viajantes europeus que faziam a apologia do seu sistema escravagista. Os negreiros árabo-muçulmanos passavam até por benfeitores dos pobres africanos. Não sem um certo cinismo, um destes homens, o inglês J. F. Kean, que visitou a Arábia em 1881, observava:

O negro encontra-se ali [na Arábia] no seu devido lugar, o de um trabalhador útil e fácil de controlar. Os negros são porteiros, carregadores de água e realizam o essencial do trabalho em Meca. Felizes, em boa forma, bem alimentados, bem vestidos [segundo as normas de Meca], são escravos orgulhosos dos seus senhores, num país em que «só se honra o escravo em função do senhor». A escravidão no Oriente tem uma influência que eleva o espírito de milhares de seres humanos. Não fosse por esta influência, centenas de milhares de almas passariam a sua existência neste mundo como selvagens, mal distinguíveis dos animais; pelo menos ela faz deles homens, e também homens úteis, por vezes até homens superiores.

Se o comércio árabe dos escravos pudesse ser exercido livremente, poderia fazer-se de forma mais humana; e, de um ponto de vista filantrópico, seria bom para muitos membros da raça humana. Como

qualquer cidade bem estabelecida da vasta Arábia, sob domínio turco ou local, tem um mercado de escravos para abastecer, os nossos maiores esforços só fazem aumentar a procura e o preço. Prova: há quatro anos, em Meca podia-se comprar por 40 dólares um escravo masculino adulto e vigoroso; hoje vale 60 dolares. Não pretendo negar que não haja aspectos negativos na escravidão árabe, mas o negro não é afectado a partir do momento em que se torne escravo. E o próprio negro pode, por este meio, passar do estado selvagem, de uma existência de dia para dia, para o estado de membro rentável da sociedade, de operário solido e dócil, situação à qual a Natureza parece tê-lo destinado.

Obviamente, isto não passava de uma opinião. No entanto, era suficientemente perniciosa para influenciar a opinião pública ocidental e entravar a acção dos abolicionistas no terreno. Assim, enquanto estes últimos trabalhavam para a eliminação do flagelo, a exportação de africanos para os mercados do Golfo Pérsico e da Arábia continuava de boa saúde.

Entre 1864 e 1890, o tráfico árabo-muçulmano roubou mais homens ao continente negro do que aqueles que foram roubados antes pelos ocidentais durante um século. Isto apesar do facto de que um verdadeiro bloqueio marítimo das potências europeias em torno da Península Arábica teria bastado para impedir, e de forma definitiva, a introdução de cativos africanos no mundo árabo-muçulmano. A interrupção do tráfego teria muito certamente provocado uma alteração dos comportamentos. Teria obrigado o árabe desta sinistra época a aprender a trabalhar honestamente pelos seus próprios meios, sem ter de despovoar o continente negro para fazer funcionar um dos sistemas esclavagistas mais bestializadores.

7

Os negros no sistema esclavagista árabo-muçulmano

Os únicos povos a aceitar a escravidão são os negros, devido a um grau inferior de humanidade que os põe mais próximos do estadio animal.

IBN KHALDUN

Os negreiros encaminhavam as «presas» para o mundo árabo-muçulmano em milhares de caravanas, através do deserto do Sara. A travessia era feita com dromedários e requeria um perfeito conhecimento dos recursos naturais daquela imensidão. É certo que ali se encontram pontos de água e poços em número suficiente para as caravanas comerciais. Para os transportes de cativos, contudo, a provação era hedionda. Implicava uma escala para refrescar os desgraçados, para que recobrassem forças, um aspecto apresentável, e pudessem ser vendidos ao melhor preço.

Tratava-se de sobreviventes, pois muitas eram as caravanas que desapareciam, engolidas pelo deserto, antes de chegar à terra dos

berberes. As temíveis tempestades de areia, a amplitude térmica entre dia e noite, os milhares de quilómetros percorridos a pé e os frequentes ataques dos saqueadores tinham efeitos devastadores sobre as caravanas e provocavam uma grande mortalidade entre os cativos. Os negreiros precipitavam a marcha para escapar à perseguição das tribos das redondezas. Já os soberanos de Marrocos na Idade Média tinham mandado construir fortalezas nas regiões desérticas que dominavam, de modo a oferecer paragens protegidas às caravanas. Um grande número de homens sucumbia ao longo do trajecto, vítimas do cansaço, da falta de água e de privações de todos os géneros. Os exploradores Denham e Clapperton relatam que, à volta dos poços de Mekrou, situados à beira de uma das estradas que conduzem ao Norte de África, os terrenos se encontravam repletos de esqueletos de cativos. Bastava percorrer alguns quilómetros para se voltar a encontrar esqueletos. Alguns estavam parcialmente cobertos pela areia, outros apenas por um montículo criado pelo vento. Muitas vezes, uma das mãos estava sob a cabeça; mais frequentemente ainda, ambas, como se tentassem protegê-la. Ao longo destas estradas, os exploradores cruzavam-se constantemente com estes esqueletos dispersos, mutilados da forma mais revoltante; ali uma perna, acolá braços presos, ainda com os ligamentos, a uma distância considerável do tronco. Um destes corpos parecia ainda fresco. Ainda tinha barba no queixo. Os traços do rosto eram facilmente distinguíveis. De súbito, um negreiro árabe exclamou: «Era meu escravo! Há quatro meses, deixei o perto daqui!» Ainda mais abjecto é um testemunho de 1875, de um viajante inglês, a propósito da crueldade dos negreiros árabes:

A caravana chegara cinco dias antes de mim [...]. Vi mais do que o suficiente para me convencer da importância e do carácter atroz do tráfico de escravos neste sítio [...]. Duas horas antes de entrar no oásis, encontrámos quatro escravos conduzidos por um árabe em

direcção a Ozla, e, ao entrar no palmeiral, encontrámos outro árabe, que puxava uma escrava por uma corda atada à sua cintura.

Estes escravos tinham chegado com a caravana. Um pouco mais à frente, havia mais uns 10 ou 12, acocorados em volta de um poço. Dirigi-me a eles para os examinar [...]. Encontravam-se reduzidos ao estado de esqueletos, e os seus membros longos e finos, com o tamanho aparentemente anormal e proeminente dos seus joelhos, cotovelos, mãos e pés, davam-lhes o aspecto mais medonho e repugnante que se possa imaginar. Em toda a minha vida, nunca vi um espectáculo tão revoltante quanto este... As pobres criaturas que são levadas para Djalo desde o interior não dão mais de 10 a 12 libras e, se um terço delas chega viva a Djalo, o proprietário ainda consegue lucrar o suficiente para o compensar de todos os riscos incorridos, pois, em Uadai, o preço de um escravo começa a partir de três panos de algodão. Estes seres miseráveis percorrem 23 graus de latitude a pé, nus, sob um sol abrasador, com a sobrevivência assegurada por uma quantidade ínfima de água e um punhado de milho de 12 em 12 horas. Ao longo do trajecto de 14 dias necessários para ir de Tukkru a Djahuda, não se encontra uma gora de água, e a caravana prossegue a sua esgotante viagem dependente das cabaças abastecidas nos poços de Tukkru. É em vão que a fome e a sede reduzem o número de negros esgotados, é em vão que eles se deixam cair, durante esta lúgubre viagem, estafados e à beira do desfalecimento, para perecer com uma morte horrível no deserto. O mercado de Djalo deve ser abastecido e abastecido se encontra, mas a que preço de vidas humanas...

Ainda que geralmente fortes e robustos, os sobreviventes africanos não deixavam de estar sujeitos, após a sua chegada aos locais de escravização, a várias doenças.

Efectivamente, a maioria dos deportados africanos começava a definhar fora do seu país de origem. Na Turquia, por exemplo, raramente se viam duas gerações de africanos. Além das conse-

quências da sua deportação e exploração desumanas, os desgraçados estavam nomeadamente expostos a:

- constipações fortes (*saala* em árabe) ou afecções catarrais; esta indisposição tem origem na nudez quase absoluta dos escravos durante as noites, frequentemente muito frescas, trazidas pelos ventos frios; nunca apresenta complicações graves e costuma ceder perante remédios simples;
- oftalmias (*mered el ainin* em árabe) acidentais, produzidas, como as doenças referidas atrás, pela exposição nocturna dos escravos nus a todas as vicissitudes do clima; quase sempre se curam de forma espontânea e não requerem outros remédios além do uso frequente de simples lavagens com água natural e pura;
- a varíola (*jedri* em árabe), doença muitas vezes fatal para o escravo e funesta para os interesses dos negreiros; parecia menos frequente no Sudão ou na África Central do que mais a norte; era quase sempre mortífera; certas tribos africanas afirmavam que ela não ocorria nas regiões meridionais, excepto quando uma circunstância qualquer trazia para ali o germe do contágio; o que parecia fortalecer esta asserção é o facto de, entre os escravos trazidos pelas caravanas, haver muito poucos que tivessem sido contaminados no seu país de origem;
- uma afecção cutânea de que sofriam numerosos escravos quando chegavam ao Egipto, principalmente ao Cairo, onde ela era designada pelo nome de *eéch-el-medynéh* (tradução literal: «estilo de vida da cidade»); esta doença, geralmente confundida com a sarna, não era, no entanto, contagiosa; podia durar vários meses e resultar num aspecto horrendo.

No Norte de África, os cativos chegavam a Gadamés, que era uma grande cidade comercial, cujos negociantes tinham entrepos-

tos nos mercados vizinhos do Sara. A seguir, uns eram entregues aos compradores das redondezas, outros eram reexportados para o Egipto pelos tuaregues, que costumavam trabalhar para mercadores árabes. Os cativos provinham, na sua grande maioria, do Bornu, de terras haúças e de Tombuctu. Aqueles que eram vendidos no local eram usados na guarda do gado, nas caravanas e no serviço doméstico das famílias. Entre os cativos que os negreiros traziam do Alto Nilo, os mais apreciados eram os bongos. Eram considerados trabalhadores, dóceis, agradáveis e fáceis de «adestrar». Quanto aos bakoukes, gostavam demasiado da sua independência para serem procurados; por isso, os árabes desconfiavam deles. O mesmo se passava com os uolofes, os lubas e os abakas. Certos traficantes conheciam a seguinte classificação descritiva já feita pelos atlantistas:

- bambaras (cativos do Mali): estúpidos, dóceis e robustos;
- cativos da Costa do Ouro e de Uidá (actuais Gana e Benim): bons cultivadores, mas dados ao suicídio;
- congoleses: alegres e bons trabalhadores;
- cativos de Cayor (senegaleses): perigosos, rebeldes, escravos de guerra que estão permanentemente a maquinar revoltas.

No tráfico árabo-muçulmano, porém, eram as mulheres negras quem tinha mais valor. As núbias e as abissínias — de beleza proverbial — eram muito procuradas. Serviam na maioria das vezes para a escravidão sexual. Também eram apreciadas pelas suas aptidões para a vida doméstica e para os trabalhos tradicionais. As jovens nyams-nyams podiam ter um preço muito elevado devido à sua raridade. Já as mulheres dinka eram tidas como boas cozinheiras e vendidas sobretudo na Núbia. Todas estas mulheres eram sistematicamente violadas durante o percurso com origem no continente negro. O objectivo era fragilizá-las moral e psico-

logicamente antes de as pôr à venda. De seguida, eram reduzidas a um estado de dependência e de submissão total relativamente ao proprietário.

Muitas eram criadas de casa e podiam até servir de damas de companhia, como atesta Frei Diego de Haedo:

Em Argel, as principais damas que saem à rua levam consigo tantas negras (possuem várias, que custam de 25 a 30 tostões, cada) quantas brancas cristãs (de que também possuem muitas) [...]. Algumas têm um séquito de quatro, de seis e até mesmo de dez escravos.

No entanto, no Norte de África a escravidão nunca se desenvolveu a grande escala. Primeiro porque, nestes países pobres, os sistemas económicos não eram capazes de alimentar populações numerosas de escravos; faltavam poços e provisões, tanto mais que a agricultura era ali quase nula, pelo que não fornecia trabalho suficiente. Em segundo lugar, até um período recente, a guerra fazia-se ali em proporções reduzidas, requerendo no máximo algumas centenas de homens.

Os guardas e soldados negros acabaram, todavia, por ali surgir — nomeadamente na Tunísia e em Marrocos — assim que se iniciou a conquista islâmica. Em Marrocos, inúmeros escravos virão a constituir temíveis corpos de elite, temidos e respeitados. Mulay Ismail, sultão do século xvii, organizou um verdadeiro exército formado unicamente por combatentes negros. Os seus súbditos multiplicarão as razias sobre as populações africanas a partir de 1672, para capturar homens — ou para comprá los nos grandes mercados do Sudão, de Djenné e de Tombuctu —, que de seguida integravam em unidades de combate. Em pouco tempo conseguirão constituir um exército bem treinado e tão numeroso que o sultão mandou construir uma cidade para o albergar. Este

poderoso exército, que se tornara a primeira força do Estado, acabará até por decidir a manutenção ou o derrube do soberano e dos seus colaboradores. Os recrutas eram, na sua maioria, uolofes (senegaleses), depois de terem mostrado o seu valor no seio das tropas almorávidas. Eram africanos os soldados responsáveis pela vitória no assalto feito em 1541 contra a praça de Agadir, detida pelos portugueses. Um dos oficiais do lado da defesa viria a escrever: «Eles batiam-se como diabos, não como homens.» Nas unidades negras combatentes de Marrocos, os cargos tornavam-se hereditários: os soldados eram encorajados a casar-se para que os seus filhos se tornassem, por seu turno, escravos-soldados. Depois de concluírem a sua formação militar, os jovens escravos, geralmente com 16 anos, casavam-se com uma escrava negra da mesma idade. As crianças assim nascidas substituíam os pais no momento da reforma.

Porém, um século mais tarde, o sultão Sadi Mohamed, informado da iminente revolta dos seus combatentes negros, teve de dissolver definitivamente este corpo e mandar dispersar por todo o reino os homens que o constituíam, dado que se tinham tornado uma séria ameaça ao seu poder. À semelhança de Marrocos, quase todos os Estados muçulmanos tinham recrutado combatentes negros. Em determinada época, o exército otomano contou com milhares de soldados africanos nas suas fileiras.

Um documento publicado em França em 1717 mostra esta presença nas tropas otomanas recrutadas no mesmo ano para «servir contra S. M. I. na Hungria e contra os venezianos, consistindo em cavalaria e infantaria, tanto do Oriente, do Ocidente, do Sul e do Norte». Na composição pluriétnica do exército otomano, encontravam-se ao lado dos arménios, dos persas e de outros assírios inúmeros soldados africanos (egípcios, etíopes e outras nacionalidades).

No primeiro exército otomano, enviado à Hungria em 1717, contavam-se:

- na cavalaria, de um total de 105 mil homens, dez mil africanos, quatro mil etíopes, dez mil egípcios, isto é, 24 mil homens oriundos do continente africano;
- na infantaria, de um total de 251 mil homens, 20 mil africanos, 16 mil etíopes, quatro mil egípcios, isto é, 40 mil filhos de África ou descendentes de africanos.

No segundo exército otomano, enviado no mesmo ano para combater os venezianos, havia:

- na cavalaria, de um total de 62 mil homens, seis mil africanos, cinco mil etíopes, sete mil egípcios (provavelmente escravos libertos), isto é, 18 mil africanos;
- na infantaria, de um total de 116 100 homens, mil africanos, dois mil etíopes, 18 mil egípcios, isto é, 21 mil africanos.

De facto, o comando dos exércitos turcos apreciava as qualidades de combatentes dos soldados africanos. Um relatório da Marinha Britânica, datado de 25 de Janeiro de 1858, diz nos que havia muitos fuzileiros navais negros a servir na Marinha Turca. Pertenciam à classe dos escravos libertos ou dos escravos abandonados pelos mercadores que não tinham conseguido vendê-los. Continuavam a ser numerosos em Trípoli. O autor do relatório transmitiu que o governo fizera saber o incómodo que eles provocavam devido ao seu número e aos seus «excessos»: era preciso encontrar uma solução. Assim, 70 recém-chegados foram recrutados para uma companhia composta exclusivamente por fuzileiros navais africanos. Nela, encontravam-se exactamente na mesma situação que os colegas turcos quanto ao pagamento, ao

acantonamento, às rações e ao vestuário. E, tal como os outros, iriam ser desmobilizados no fim do tempo de serviço. Portanto, faziam parte do pessoal da Marinha, eram bem tratados e dormiam em quartos aquecidos, onde o carvão queimava noite e dia, prossegue o autor do relatório. Um *mulazim* («tenente») negro e alguns *tchiaouches* («sargentos») negros já ali presentes receberam a incumbência de os vigiar e instruir. No interior dos acantonamentos aquecidos, fizeram-nos aprender o manual de campanha e não lhes deram nenhuma tarefa a executar devido ao estado do tempo. Efectivamente, estava-se em pleno Inverno. Aqueles que não se encontravam bem ao chegar tinham sido imediatamente enviados para o hospital naval. No meio de tantos, apenas morreram dois. Nas casernas, os homens estavam de boa saúde e pareciam satisfeitos com a sua sorte. Por mais que se tentasse, não seria possível estabelecer diferenças entre a condição dos turcos e a condição dos escravos negros recrutados.

Ainda no mundo islâmico, os soldados negros foram muitas vezes os mais fiéis apoiantes dos sultões. Chegavam a ser objecto de ciúmes da parte das outras tropas, nomeadamente de etnia branca. As escaramuças entre os dois grupos costumavam ser frequentes. As tropas negras, cujo papel era geralmente de primeiríssimo plano, foram as últimas resistentes quando da queda dos fatímidas. Quando Saladino executou o chefe dos eunucos negros do Cairo, em 1169, teve de enfrentar todo um exército de africanos decididos a vingá-lo. Cinquenta mil combatentes negros lutaram durante dois longos dias contra o exército do conquistador árabe. Serão, porém, cobardemente traídos pelo califa fatímida al-Adid, como relata um cronista da época:

Al-Adid subira à sua torre de vigia para assistir à batalha entre os palácios. Diz-se que ordenou aos homens presentes no palácio que lançassem flechas e atirassem pedras às tropas de Saladino, e que eles o fizeram. Outros dizem que isto não foi decisão sua. Cham al-Dawla

(irmão de Saladino) enviou lançadores de tochas para incendiar a torre de vigia. Um deles estava prestes a fazê-lo quando a porta da torre se abriu e de lá saiu um adjunto do califa, que disse: «O comendador dos crentes saúda Cham al-Dawla e manda dizer: 'Cuidado com os cães que são os escravos negros! Expulsai-os do país!'»

Os negros estavam convencidos de que o califa al-Adid se congratulava pela atitude deles. Quando ouviram aquilo, foram abandonados pela força e pela coragem, e fugiram. Os raros soldados negros que conseguiram escapar à carnificina organizaram uma resistência esporádica que durou anos, até serem definitivamente vencidos.

Saladino ia incorporar nas suas unidades várias tropas de soldados brancos, rejeitando os negros. Não lhes perdoava a infectível fidelidade aos últimos fatímidas.

No âmbito da utilização de deportados africanos em terras islâmicas como combatentes ou escravos, foi no Norte de África que isto se passou de forma menos penosa. Contrariamente aos outros povos do mundo árabo-muçulmano, uma das particularidades dos berberes norte africanos é que, durante muito tempo, por temperamento, foram reticentes ao islão. Após a conversão, praticarão um islão bastante pragmático. Quando conseguiam realizar uma peregrinação a Meca, na maioria das vezes não era mais que um acto político, se não mesmo diplomático, com o objectivo de reforçar a aliança com as potências árabes da época. Em terras tuaregues, por exemplo — contrariamente ao Oriente, onde a prática da poligamia não conhecia limites, sobretudo em Constantinopla e no Egipto —, imperava a monogamia, apesar da conversão ao islão.

Os seus líderes religiosos tinham certamente uma interpretação mais correcta do Alcorão. Isto porque, no que se refere à poligamia, o versículo 3 da sura IV recomenda: «Se temerdes ser injustos

no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai-vos, então, com uma só, ou conformai-vos com o que tendes à mão.» Na realidade, não é dito nem prescrito em parte nenhuma do Alcorão que o muçulmano tem a obrigação de ser polígamo. Assim, de forma geral, na família berbere monogâmica — em que a mulher não usava véu, até ao recente advento do integrismo —, a mãe respeitável ficava no lar sem rival e partilhava a autoridade com o pai de família, ao mesmo tempo em que participava nos assuntos da cidade. Daí a ausência de haréns em grande número que teriam requerido muitos guardas escravos. Por isso, havia séculos que os negreiros do Norte operavam razias no interior do continente. Já no ano de 891, Al Yakubi escrevia:

Dirigimo-nos a um país [ou cidade] chamado Ghasr [Gana] Audaghust [Audagost]. É um oásis próspero com habitações fixas. Tem um rei sem religião e sem lei religiosa que faz razias no país dos sudões.

Todos os anos, caravanas organizadas pelos árabes e pelos mouros da região de Marraquexe, em Marrocos, traziam do Sul e punham à venda inúmeros cativos. Da mesma forma, a partir do século XVII partiam regularmente da Tunísia caravanas que iam vender as suas «presas» no mercado de Souk al Barka, construído para tal efeito entre 1610 e 1637. Durante a colonização francesa, um documento publicado pelo Ministério da Guerra e datado de 1848 estimava em cerca de oito mil a nove mil o número total de escravos negros nos territórios argelinos sob controlo militar. O mesmo documento diz-nos que, em Constantina, os escravos eram menos bem tratados pelos senhores do que no tempo dos beis. As importações tornavam-se cada vez mais raras, mas o número de escravos não se reduziu porque as grandes tribos sahari, talagghura, haractas e os Abd el Nour, para contornar as

medidas francesas, cediam os seus escravos a compradores citadinos. Na realidade, as importações de cativos africanos para a Argélia não foram tão numerosas quanto na Tunísia ou em Marrocos: a maioria deles só transitava por ali. Após a abolição de 1848, este comércio haveria de cessar oficialmente nos territórios controlados pela administração francesa.

Certas fontes relatam, no entanto, que o tráfico teria continuado mais a sul, ou seja, em Mzab e em Ouargla. Estas localidades desempenharam por muito tempo o papel de centros de redistribuição. Aproximavam-se em Touat, mas também por intermédio dos nómadas chaamba, que faziam «compras» em Gadamés. Quanto aos outros países da região, no século XIX era difícil fixar, mesmo aproximadamente, o número de escravos que ali havia, de tal forma este sistema era antigo e parecia «normal». Por exemplo, em Tunes, antes da chegada dos franceses, o mercado destinado ao comércio de escravos encontrava-se bem provido durante todo o ano. Os senhores descontentes revendiam-nos com facilidade. Uma originalidade deste sistema é o facto de os próprios escravos terem o direito de pedir que fossem postos novamente à venda caso quisessem escapar à crueldade de um senhor. Evidentemente, o consentimento do senhor era menos frequente que as pauladas. Os escravos novamente postos à venda eram obrigados a andar, correr, saltar, curvar-se, dobrar-se e contorcer-se de todas as formas para que o seu desempenho pudesse ser avaliado.

E muito tempo após a abolição oficial do tráfico e da escravidão dos negros no mundo ocidental, ainda se assinalavam casos de uma crueldade extrema. Em Julho de 1875, o jornal *Le Gaulois* publicou a seguinte carta, escrita por um certo M. Demailly:

Um indígena [ou árabe tunisino] de Manoubha, detentor de 12 escravas, para punir uma das infelizes pela tentativa de fuga, ter-lhe-á furado um olho e cortado os dedos menores dos pés.

Após a pressão das autoridades francesas, um decreto solene de Sidi Ahmed Bei, emanado em moharrem 1262 (Janeiro de 1846), proclamou em termos formais a abolição da escravatura durante a Regência. De seguida foram dadas ordens precisas às diversas autoridades tunisinas para que o decreto fosse plenamente aplicado. Os escravos cuja existência viesse a ser verificada deviam ser imediatamente libertados. Apesar disto, o tráfico clandestino não deixou de continuar a alimentar um mercado local ainda florescente.

Para uma abolição efectiva desta infâmia, foi preciso esperar pelo decreto beilical de 9 chaoual 1307 (28 de Maio de 1890) — ainda no seguimento da pressão exercida pelas autoridades francesas —, de Ali Pasha Bei, redigido nos seguintes termos:

Nós, Ali Pasha Bei, possessor do reino de Tunes, reforçamos o decreto do nosso glorioso predecessor, Sidi Ahmed Bei, de 25 moharrem 1262 [23 de Janeiro de 1846], que assenta que, pelas mais elevadas considerações de religião, de humanidade e de política, a escravidão deixará de ser reconhecida na Regência.

Apesar disto, podíamos ler no jornal francês *Le Soleil* de Maio de 1891:

A escravidão, oficialmente proscrita na Tunísia, ali floresce em segredo. Contanto que os condutores de caravanas de escravos dissimulem engenhosamente, fechando-as em sacas de alfa, as mulheres e as crianças que têm para vender; e sobretudo contanto que a gratificação dada aos empregados indígenas da alfândega tunisina seja suficiente — entra-se livremente em Tunes e expõe-se a mercadoria em certas casas conhecidas dos apreciadores.

É então que o principal destino dos cativos africanos se tornará, cada vez mais, o Oriente, via Egipto, pelo Vale do Nilo. Este rio,

imensa ponte lançada sobre o mar de areia, constitui o elo que liga o universo africano ao mundo exterior. Penetra no coração de África e afasta o deserto.

O Nilo foi a primeira grande via do comércio interno identificada no continente. Contudo, em matéria de comércio, os árabes tinham inaugurado um «negócio» sem precedentes, em condições vergonhosas e deploráveis. Em vez de uma troca honesta e benéfica com os povos negros, que teria trazido consigo as riquezas do progresso e da moral, o mais ignóbil dos tráficos só veio assolar África ainda mais. As caravanas de escravos, despachadas a partir das margens do Nilo Branco com destino ao mar Vermelho, atravessavam o Nilo Azul e contornavam a encosta setentrional do planalto abissínio. O mar Vermelho é, desde sempre, o limite entre o mundo oriental, o mundo ocidental e o universo africano. É a fronteira entre três mundos e três ideias. É o local onde, no século XIX — depois de a escravidão ser abolida em todo o lado —, se travava a batalha entre as Luzes e as trevas, entre a vida e a morte, entre a servidão abjecta e a necessária liberdade.

Era ali que se fazia a sinistra triagem de seres humanos acorrentados, levados àquela costa inóspita para abandonar África para sempre. Os desgraçados, roubados às suas terras, iam passar o resto da vida ao serviço da preguiça e do deboche orientais. Após um sofrimento indescritível, eram expedidos para serem encaminhados para o Oriente ou para as praças mercantis do Baixo Egito. Esta região abrigava o principal mercado fornecedor do mundo árabo-muçulmano, principalmente da Arábia, destinatária da maioria dos «exportados africanos».

Os mercados egípcios eram duplamente aprovisionados (de 40 mil a 50 mil escravos por ano): pelas caravanas de Fezão, via o Norte de África; e pela Núbia e pelo Sudão. O mercador de escravos costumava ser chamado *djallab*, que significa «o impor

tador», ou *nakhkhas*, que quer dizer «mercador de gado». Esta personagem sórdida levava os cativos ao mercado público, onde os clientes podiam inspeccioná-los. À chegada, a «mercadoria» era exposta aos apreciadores.

Vejam os que diz a este respeito uma testemunha europeia de tais vendas:

Há duas ou três ruas junto ao dito Cancalli [bairro do Cairo], onde se vendem os pobres escravos e onde já vi mais de 400 de uma só vez, a maioria negros — roubados nas fronteiras das terras do Preste João? São dispostos por ordem contra a muralha, todos nus, as mãos atadas atrás das costas, de modo que se possa contemplá-los melhor e descobrir qualquer defeito. Antes de serem levados ao mercado, dão-lhes banho, penteiam-nos e entrançam-lhes o cabelo bastante delicadamente, para os venderem com mais facilidade, põem-lhes pulseiras e anéis nos braços e nas pernas, pingentes nas orelhas, nos dedos e na extremidade das tranças; e assim são levados ao mercado, preparados como cavalos. As raparigas, ao contrário dos rapazes, têm apenas um pequeno pano a cobrir-lhes as partes pudendas. Já lá, todos podem inspeccioná-los e mexer-lhes à frente e atrás, fazê-los andar e correr, falar e cantar, podem analisar-lhes os dentes, sentir se têm mau hálito. Quando se está pronto a fazer negócio, se for uma rapariga, afastam-na ligeiramente e cobrem-na com um grande lençol, onde é amplamente examinada na presença do comprador por matronas incumbidas de descobrir se ela ainda é virgem. Nesse caso, valerá mais.

Depois de a Turquia ter abolido oficialmente o tráfico e a escravidão, o governo egípcio deu algumas ordens, mas sem desejar seriamente que elas fossem executadas. Os funcionários fingiam hipocritamente agir contra os negreiros. Porém, sempre que um carregamento era apanhado, em vez de serem libertados, os cativos eram enviados para casernas dissimuladas um pouco por todo o país. Isto porque o Egipto tinha uma grande necessidade de combatentes. Eram constituídos inúmeros contingentes oriun-

dos do tráfico negreiro. O Anuário de 1868 informa nos de que, com uma população de 5 125 000 habitantes, o Egipto tinha um exército de 48 600 homens, sem contar com a Marinha — o que era muitíssimo para um país com poucas riquezas e recursos naturais. À semelhança da Alemanha sob o jugo nazi, em quase todos os organismos da administração egípcia os funcionários estavam a par e participavam na gestão do tráfico e da escravidão com um zelo indefectível. Os ordenados dos funcionários civis e militares eram pagos sob a forma de cativos, que constituíam a moeda mais corrente. Os oficiais egípcios recebiam uma parte das suas compensações em cativos. Na província do Cordofão, o governador remunerava abertamente os soldados e os funcionários desta forma. Quase todas as autoridades importantes do país eram mercadores de escravos. Quando um general egípcio mobilizava um grande exército, era-lhe necessário um «fundo militar». Este último costumava ser assegurado pelo tesouro público. Porém, era sempre constituído por um número substancial de cativos. Para isso, o aprovisionamento era feito por meio de razias sangrentas realizadas sobre os vizinhos sudaneses ou núbios.

Nas populações que o Estado não empregava, como os berberinos, os indivíduos de sexo masculino propunham a sua ajuda aos caçadores de homens. Quanto à maior parte das tribos árabes da época, este mal era hereditário porque elas só conheciam a guerra e as pilhagens desde as primeiras invasões islâmicas.

Os governadores, no topo das respectivas sociedades, supervisionavam a operação dos eunucos em Cartum — antes de as desgraçadas vítimas serem enviadas para o Egipto — e as razias de populações feitas nas fronteiras da Abissínia. Enquanto isso, as caças ao homem em terras cheluks eram conduzidas pelo prefeito egípcio Mohammed-Kher. A seguir, a maioria dos cativos raziados era dirigida para o Oriente. Relativamente aos que eram comprados, costumavam custar um ou dois francos na região de

Zanzibar, mas eram revendidos a 250 400 francos na Arábia. Nos locais de escravização, como o Oriente, raros eram os africanos que sobreviviam mais de sete anos. Apenas as mulheres negras, destinadas aos trabalhos domésticos e a satisfazer as necessidades sexuais, ultrapassavam esta marca. As cativas declaradas «inaptas», porém, eram sistematicamente mortas. Então, podemos perguntar-nos, qual era a razão desta imperiosa necessidade de escravos no mundo árabo-muçulmano, e para que fins?

Tomemos como exemplo a Arábia desta época, que tinha uma necessidade premente de importar mão-de-obra servil. A terra dos uaabitas é um planalto central que domina um vasto universo de campos e desertos. Dos 2 800 000 quilómetros quadrados do seu território, 700 mil eram férteis. Mas, no século XIX, faltavam braços para os cultivar. Comparado com outros países, usando os mesmos critérios, este enorme espaço deveria ter sido povoado por 50 milhões de habitantes. Não contava com mais de oito milhões. Precisava, portanto, de trabalhadores para desenvolver a agricultura. Este despovoamento devia-se, em particular, às próprias tradições dos árabes. Segundo a abordagem mais elementar da ciência económica, a sobrevivência de uma sociedade pode ser assegurada por três fontes essenciais, a saber: a indústria, a agricultura e o comércio para distribuir os produtos oriundos das duas primeiras. Em terras uaabitas, o sistema e a diversidade das taxas eram tão complexos e onerosos que arruinavam os agricultores. O comércio e a indústria sofriam igualmente com o peso dos impostos. O resultado era que, em inúmeras regiões da Arábia, as populações fugiam perante estas penosas contribuições e outras requisições militares. Abandonavam campos e casas para emigrar para locais mais clementes.

Este sistema, portanto, não favorecia o desenvolvimento económico e social do país pelo trabalho dos seus habitantes. Condenava-os a recorrer incessantemente à mão-de-obra servil fornecida pelo

tráfico negreiro. Além disso, para um árabe desta época, um homem nunca é pobre enquanto o seu vizinho tiver alguma coisa. Os beduínos, por exemplo, eram conhecidos pelo seu ardor no combate. Muitos destes nómadas — povo generoso e acolhedor para quem a dignidade humana era sagrada — são descendentes dos napateus e antepassados dos actuais jordanos. Dizia-se que eram capazes de oferecer o seu tecto a um homem durante três dias antes de lhe perguntar em que podiam ser úteis. Mas, com a sua conversão ao islão, muitos deles rapidamente se tornaram saqueadores.

A guerra santa vinha mesmo a calhar para alguém que queria enriquecer. Como os crentes eram obrigados a fazer a *jihad*, pensavam eles, era preciso submeter e escravizar os não-convertidos. Usavam abusivamente o Alcorão como pretexto para razer os vizinhos infieis, tirando-lhes tudo aquilo que possuíam. Era assim que, com a consciência perfeitamente tranquila, e por meios tão cómodos quanto abençoados, a maior parte destas tribos árabes convertidas acabava por deixar de viver por si mesma. Aplicavam este princípio até em África. Quando uma povoação caía, principiavam por dedicar-se à pilhagem estipulada. Do chefe da tribo aos homens livres, passando pelos notáveis, pelos cativos (de casa ou de Coroa), pelas mulheres e pelas crianças, todos eram feitos prisioneiros. Despojavam os vencidos de todas as suas posses, arrancavam as jóias às mulheres, apalpavam as túnicas para procurar o ouro ou a prata que as bainhas podiam esconder. Só então as desgraçadas vítimas eram dirigidas para os mercados do mundo árabo-muçulmano.

Os árabes, portanto, só viviam com os bens alheios e só trabalhavam por meio dos braços dos vencidos: para o vencedor, o repouso permanente e a ociosidade após a luta; para o escravo, o trabalho. Assim, a constante do flagelo do tráfico negreiro e da escravidão árabo-muçulmanos em África — do século VII ao século XX — devia-se às tradições destes povos, que não podiam,

por razões de vício e de preguiça, viver sem as forças e o sangue novo de homens servis.

Certos hádices nobres do profeta Maomé, todavia, incitam a trabalhar e até a evitar a mendicidade. Diz-se que, um dia, um indivíduo fisicamente sã pediu uma esmola em dinheiro ao profeta. O homem santo perguntou-lhe se tinha alguma coisa em casa. O outro respondeu: «Apenas uma coberta e um recipiente de onde beber.» O profeta pediu-lhe que os trouxesse. «Quem compraria estes objectos?», perguntou às pessoas à sua volta. Alguém ofereceu um dirém; outro ofereceu-lhe dois. O profeta entregou o dinheiro ao homem e disse-lhe: «Com um dirém podes comprar alimentos para a tua família. Com o dirém que restar, hás-de comprar um alvião, que me trarás.» Quando regressou com o alvião, o profeta pôs-lhe um cabo; a seguir disse ao homem para ir cortar lenha para vender e regressar duas semanas mais tarde. Depois de ter ganhado dez diréns pelo seu trabalho, após os 15 dias, o homem foi ter com o profeta. Este último, erguendo os braços para o céu, disse-lhe: «Isto é muito melhor do que a mendicidade, que seria uma marca na tua fronte no dia da ressurreição.»

Parábola vã, pois o homem árabe, como contava com os braços dos escravos, acabara por esquecer o elemento essencial da humanidade, aquele sem o qual deixamos de ser humanos, isto é, a força de alma, a actividade e a vontade. É porque podia obter escravos que trabalhariam no seu lugar, que teceriam por ele ou que combateriam em seu nome que se posicionava à margem do direito mais elementar dos homens. Estes esclavagistas árabes manchavam até a dignidade do simples nome «homem». De acordo com os testemunhos de vários observadores desta triste época,

na Arábia os senhores pouco se distinguiam dos preguiçosos e dos ociosos. Costumavam passar o tempo a conversar, a comer, a fumar

e a rezar. Esta preguiça e esta despreocupação não olhavam para lá das necessidades quotidianas. Nestas sociedades, com quatro ou cinco escravos era-se rico e dispensado de trabalhar. Se o senhor não possuía propriedades ou campos a cultivar, alugava os escravos como jornaleiros, empregados ou operários.

Ainda que o islão recomende a humildade de quem vive discretamente, os traficantes árabes, aparentemente, conseguiam viver envoltos num luxo insolente, até nos locais onde praticavam os seus crimes. O explorador alemão Schweinfurth, ao chegar a Dem Békir e ser recebido faustosamente na residência do negreiro Koiurchouk, julgou estar a sonhar:

De súbito, pareceu-me que despertava. Encontrava-me numa cubata enegrecida do interior de África ou sob a tenda régia que surgira? O brilho das luzes ofuscava-me; escravos ricamente vestidos rodeavam-me. Uns depositavam junto do meu leito copos cintilantes, traziam diferentes pratos ou seguravam archotes e candeias. Outros, que tinham sob o braço guardanapos bordados a ouro, apresentavam-me ricas travessas cheias de guloseimas ou ofereciam-me limonada e sorvetes em copos de cristal diversamente coloridos. Seria a continuação do meu sonho? Esfreguei os olhos; bebi o que me era oferecido, observei, apalpei os objectos — tudo aquilo era real.

A maioria dos cativos africanos que os predadores árabes não empregavam localmente alimentava particularmente o Estado de Omã, que dispunha de uma marinha considerável. Este país, situado na extremidade da Península Arábica, é um espaço quase desértico e pouco povoado. Navegadores e exploradores, os omâneses inauguraram longos itinerários marítimos. Bons mercadores, aprovisionavam os Estados árabes do Golfo com diversos produtos importados da Índia e da costa oriental de África. A venda de escravos constituía uma parte importante das suas actividades

e era tão lucrativa quanto a exportação de tâmaras e incenso. Graças à sua situação geográfica, Omã relacionava-se com o interior da Arábia, com a Pérsia e com todo o vale do Eufrates. Esta vantagem devia-se ao facto de dominar as costas da África Oriental, tendo obtido cativos no mercado de Zanzibar até 1856. Tinha uma autoridade relativa sobre os entrepostos que operavam ao longo desta costa e sobre uma parte do sul da Somália, das Comores, de Djibouti e de Madagáscar. Os omaneses estabeleceram uma verdadeira colonização económica e política em toda a África Oriental, assim cobrindo milhares de quilómetros, de Mombaça (Quênia) até aos limites de Moçambique.

Todos os chefes africanos que residiam nesta zona pagavam um tributo ao sultão e forneciam-lhe cativos e trabalhadores livres. O sultão empregava mercenários estrangeiros, vindos essencialmente do Baluchistão e de Hadramaute, para proteger os seus serviços alfandegários dirigidos por indianos. Em 1812, Saleh ben Haramil al Bray, um árabe originário de Mascate, introduziu em Zanzibar o cravinho (produto oriundo da ilha Bourbon, actual departamento ultramarino francês da Reunião). Nesta região africana colonizada pelos omaneses, e que assimilamos ao mundo árabo-muçulmano da época, o sultão usava os cativos que não eram exportados num sistema escravagista local de produção de víveres exportáveis. As suas unidades implantadas em Zanzibar e em Pemba exploravam numerosas plantações. Primeiro produtor mundial de cravinho, Zanzibar produzia igualmente arroz, coco, batata doce e cana-de-açúcar. Entre 1830 e 1872, mais de 700 mil escravos foram usados neste empreendimento. Os negreiros árabes, que exploravam tais recursos, eram financiados por banqueiros indianos. No início do século XIX, aqueles que se encontravam escravizados neste sistema, chamado *task system* (trabalho à tarefa), viviam em condições sub-humanas e estavam sujeitos a determinado rendimento. Quanto às outras culturas, praticava-se

aquilo a que os historiadores chamam *gang labor system* (trabalho em equipa), que era igualmente penoso. De acordo com Catherine Coquery Vidrovitch, todos os anos era preciso renovar de 20 a 30 por cento destes infelizes. Morriam todos os anos entre nove mil e 12 mil escravos de Zanzibar. Na sua maioria, eram originários de Mombaça, de Pangani, de Quíloa, e outros eram «raptados» em torno do lago Malawi. Enquanto se dotava, para o seu conforto pessoal, de quatro mil escravos, o sultão atribuía de mil a dois mil escravos a cada um dos seus dignitários. A sua frota, composta por uma centena de veleiros, era simultaneamente militar e comercial, com um poder de fogo de quatro a 75 canhões. Em 1834, o cônsul britânico declarava que esta potência marítima era mais impressionante do que tudo o que navegava do Cabo da Boa Esperança ao Mar do Japão. É verdade que o sultão enviava por vezes a sua frota para águas marselhesas, inglesas e até americanas.

Em Omã, longínqua metrópole dos colonos árabes da costa oriental africana, após a morte do sultão Said em 1856, os seus dois filhos partilharam uma herança de monta, de que faziam parte as possessões africanas. O mais velho, Thoweyni, ficou com o trono, ao passo que Madjid se apoderou das unidades de produção da costa zanzibarita. Especulador dotado, o irmão que permaneceu em Omã cobrava um imposto pequeno, se não mesmo simbólico, para encorajar e facilitar a importação de escravos. Foi assim que fez de Omã um dos mercados mais florescentes da redistribuição de cativos africanos.

Uma grande quantidade de barcos ia ali depositar as suas cargas humanas, e os ingleses fechavam os olhos. Preocupavam-se sobretudo com a protecção da rota das Índias, sem perturbar os costumes locais. Após a Guerra da Crimeia, a Inglaterra exercia um controlo e uma autoridade absolutos em todas as costas do Golfo Pérsico. Depois, em 1864, França e Inglaterra garantiram a

independência dos Estados de Zanzibar e de Mascate (Omã). As cláusulas da partilha entre os soberanos de Mascate e de Zanzibar foram fixadas definitivamente sob arbitragem de Lord Canning, vice-rei das Índias. Concedia-se um tributo de 40 mil coroas ao soberano de Mascate, a cargo do sultanato de Zanzibar. Visivelmente, todos ficaram satisfeitos, pois o pacto foi ratificado em 1873 pela Inglaterra, que assim obteve uma influência preponderante sobre estes territórios. Tais interesses económicos e geopolíticos tiveram o seu peso na tolerância dos ingleses quanto ao tráfico. Uma das razões do seu laxismo era que os mercadores de Zanzibar ficariam sem dinheiro para comprar produtos europeus se lhes fossem cortados os recursos do tráfico negreiro. Para o justificar, John Kirk, cônsul britânico em Zanzibar no ano de 1866, dizia a quem o quisesse ouvir que a escravatura fazia parte do islão árabe. E que, no mundo árabo-muçulmano da época, ao lado de cada senhor tinha de haver necessariamente servidores adquiridos pela guerra ou fornecidos pelo tráfico. Foi assim que os ingleses toleraram a escravidão em Zanzibar até 1911.

As cidades inglesas célebres pelas suas manufacturas de armas opunham-se à abolição do tráfico árabo-muçulmano e à proibição do envio de armas, poderosas ajudantes do tráfico. No século XIX, o comércio internacional era aprovisionado essencialmente pelos produtos manufacturados, oriundos da Revolução Industrial europeia. O tráfico também tinha lugar neste comércio, visto que o sucesso das acções dos negreiros dependia das armas que podiam encontrar. De facto, após as Guerras Napoleónicas, revelou-se necessário dar conta de centenas de milhares — provavelmente milhões — de armas abandonadas pelos veteranos que regressavam à vida civil. Homens de negócios sem escrúpulos reciclaram-nas: fizeram delas «armas do tráfico» ao enviá-las aos negreiros do oceano Índico e da costa oriental de África. Foi assim

que, apesar das convenções internacionais para limitar o tráfico, se não mesmo para lhe pôr fim, entre 1860 e 1911 onze milhões de armas entraram em África vindas da Europa. Os negreiros, deste modo, trabalhavam eficazmente para o mundo árabo-muçulmano, que tinha um belo futuro pela frente graças aos escravos africanos, dos quais dificilmente podiam abrir mão.

Em meados do século XIX, um terço da população de Omã era africana ou de origem africana. Contavam-se cerca de 500 mil negros numa população de 2 200 000 habitantes. Toda a agricultura do país funcionava com base no trabalho dos escravos. Nestas terras férteis, onde se produzia algodão, vinho e trigo, os africanos também forneciam marinheiros e mergulhadores para recolher as ostras de pérola que constituíram, até um período recente, uma das riquezas do Golfo Pérsico. Os africanos desempenhavam, nestas sociedades árabes, um papel quase central. Sem funções precisas, davam conta da maior parte das actividades comuns, ao passo que os árabes, se não estivessem em guerra, viviam no ócio de quem manda. Segundo o provérbio árabe, «o escravo satisfaz-se com o prazer do senhor».

Nesta tragédia dos povos africanos, os predadores árabo-muçulmanos enriqueciam, sem a menor dúvida, enquanto África sofria um bloqueio económico de monta, sensível a longo prazo. Tal calamidade paralisou-lhe o desenvolvimento pela perda das suas forças vivas.

Em troca de cativos, os árabes muçulmanos não deram mais do que mercadorias de pacotilha e armas de fogo. Se houve uma troca igual em termos de valor de uso, como afirmam certos autores — dedicados a aliviar a consciência dos «agressores», pondo ao mesmo nível negreiros e vítimas —, os efeitos económicos foram realmente inexistentes para o continente negro. Os negreiros apoderavam-se de homens robustos e na flor da idade, isto é,

um capital trabalho inestimável, para desenvolver uma economia de plantio no mundo árabe. Ali, a partir do século VII, tráfico de negros e tráfico de ouro estiveram estreitamente ligados. Certos autores defenderam por muito tempo que os cativos africanos não tinham assumido nenhuma função produtiva. Na verdade, o Oriente mesopotâmico utilizou o trabalho escravo dos africanos a uma escala comparável à da América. Durante séculos, em terras árabo-muçulmanas, uma grande parte da economia mercantil, das trocas a longa distância e da fortuna das grandes metrópoles do Egito, do Iraque, da Arábia Saudita, do Iémen e de outros países asiáticos dependeu do tráfico e do trabalho dos escravos africanos. Nestes tempos áureos para os árabes muçulmanos, o açúcar consumido pela Europa cristã provinha exclusivamente do mundo árabe e era produzido pelos escravos. Graças ao seu trabalho, o mundo árabo-muçulmano desenvolveu, vários séculos antes das plantações do Novo Mundo, culturas especulativas a grande escala que fizeram a sua fortuna. Os escravos eram explorados no próprio continente africano, em inúmeros oásis do Sara. Com o seu trabalho, permitiram o desenvolvimento de sectores inteiros, como a cultura das palmeiras ou a colheita das tâmaras em abundância. Outros tratavam da manutenção dos milhares de quilómetros de *foggaras* (canais de irrigação). Isto era tanto mais vital quanto estes oásis essenciais à vida num ambiente desértico eram igualmente etapas incontornáveis do comércio transariano que ligou a África Subsariana ao mundo mediterrânico e oriental.

Em Marrocos, se o trabalho dos escravos negros estava longe de uma concentração industrial, durante muito tempo ali funcionou uma rica economia de plantação de cana de açúcar. O essencial da mão-de-obra era composto por escravos negros, originários de regiões situadas no sul do Sara. A extracção mineira — as pedras preciosas da Núbia, o ouro, o sal sariano — e a reco-

lha de pérolas no mar Vermelho funcionaram igualmente graças aos escravos africanos. Desta forma, se o tráfico enriqueceu, sem a menor dúvida, os árabes muçulmanos e alguns régulos locais que com eles colaboraram, a troca era realmente desigual. As bugigangas que serviam para comprar a cumplicidade dos renegados africanos não desempenharam nenhum papel produtivo ou comercial na organização das sociedades do continente. Tanto mais que este ignóbil sistema de troca do tráfico não fez mais do que facilitar as caças ao homem, as quais despovoaram o continente negro e arrasaram a sua paisagem. Os povos africanos roubados à sua terra continuavam no século XIX a produzir a riqueza de sociedades árabo-muçulmanas que, limitadas a si mesmas, sem uma população servil necessária ao bom funcionamento dos seus sistemas económicos e sociais, teriam sido condenadas a definhar. Era, portanto, difícil abolir a escravatura sem arruinar os próprios fundamentos destas economias. A sobrevivência delas dependia das forças oriundas do estrangeiro. A pobreza espiritual e o atraso económico que tais forças acabaram por acusar estão, nessa medida, intimamente ligados à instituição da escravidão dos negros. Estes últimos foram utilizados como trabalhadores na agricultura e nas minas, como soldados, como eunucos, ao passo que as mulheres se tornavam concubinas e criadas. Os escravos africanos deviam constituir, por si sós, os braços do homem árabe, que assim ficava dispensado de qualquer tarefa útil à sociedade. Até os *fakirs* (pobres) sonhavam possuir escravos. É basicamente por estas razões que o tráfico transariano e oriental conheceu um desenvolvimento exponencial a partir das abolições ocidentais no século XIX.

Pôr-lhe fim teria conduzido a uma revolução social, obrigando os árabes a realizar, eles próprios, uma multiplicidade de tarefas domésticas e trabalhos agrícolas que, tradicionalmente, costuma

vam desprezar. Quem o compreendeu muito bem foram os ingleses e os turcos, que por ainda muito tempo toleraram que as costas permanecessem largamente abertas ao comércio de cativos africanos. De resto, se os resultados da escravatura produtiva dos africanos nestes países foram positivos — digam o que disserem certos autores —, o sistema também provocou terríveis revoltas. De facto, parece que só a utilização dos deportados como combatentes ou criados de casa não conheceu acontecimentos particulares. Porém, ao castrar a maioria destes milhões de desgraçados, o empreendimento não foi nem mais nem menos que um verdadeiro genocídio, programado para a eliminação total dos negros do mundo árabo-muçulmano, depois de terem sido utilizados, explorados, assassinados. A palavra não é demasiado forte, pois não só a horrível operação para transformar os escravos em eunucos provocava a morte de 80 por cento dos «pacientes», como também os raros sobreviventes viam aniquilada a sua possibilidade de assegurar uma descendência, o que, a prazo, conduziu efectivamente a uma extinção étnica.

8

Extinção étnica programada por castração maciça

Era a primeira vez que eu via neve. Tinha frio. Yakup ofereceu-me a uma celebridade de Istambul. Fiquei decepcionado. Gostava de Yakup como se fosse meu pai. Ofereceu-me a Cerkez Mehmet Pasha. Poder-se-á oferecer um ser humano como presente? Nesse momento compreendi que sim. Em 1918, com o Mesutiet, fomos libertados. Compramos esta casa com uma amiga, uma dama do palácio. Vamo-nos desembaraçando. É o nosso destino.

HAYRETTIN EFFENDI, último eunuco
africano sobrevivente

Os deportados africanos foram submetidos, no mundo árabo-muçulmano, a condições de exploração e de sobrevivência comparáveis a um genocídio meticulosamente preparado.

Houve, obviamente, a privação de liberdade e o trabalho forçado. Esta deportação, porém, foi igualmente — e em larga medida — um autêntico empreendimento programado daquilo a que poderíamos chamar «extinção étnica por castração maciça».

Já a propósito do desprezo sentido relativamente aos africanos, o historiador Ibn Khaldun escrevia: «Os únicos povos a aceitar a escravidão são os negros, devido a um grau inferior de humanidade que os põe mais próximos do estágio animal.» A questão que se punha, portanto, era de saber como fazer para que estes «animais» não se reproduzissem em terras árabo-muçulmanas, pois, desde os primórdios do tráfico, os negreiros queriam impedir que eles tivessem descendência. Como não se perdiam em considerações metafísicas, a castração pareceu lhes uma solução bastante prática. Assim, neste empreendimento de degradação de seres humanos, se destinavam a maioria das mulheres negras aos haréns, os árabes mutilavam os homens por meio de procedimentos muito rudimentares que provocavam uma terrível mortalidade.

No entanto, é um facto que desde tempos muito recuados os eunucos eram um «bem» com muita procura no mundo árabe. As primeiras vítimas foram «eslavas», capturadas maciçamente por cristãos, a despeito das excomunhões; depois eram vendidas pelos venezianos ou pelos marseheses aos notáveis do Egipto. Foi na era carolíngia que tiveram lugar as razias sobre os povos instalados na maior parte da Europa Central e Oriental. O motivo era que se tratava de pagãos. A partir do século x, os monarcas saxões Henrique I, o *Passarinheiro*, e Oto I, por exemplo, não só encorajavam estas acções animais como também participavam nelas activamente. É nesta época que a palavra latina *slavus*, que designava os eslavos, vai ser progressivamente substituída por *sclavus*, que dará origem a «escravo» e designará os europeus privados de liberdade e considerados «bens móveis» no mundo muçulmano.

Isto muito satisfazia Ibn al Fakih, geógrafo e poeta árabe do século x que considerava que a escravização de povos não muçulmanos era perfeitamente natural: «Do mar ocidental chegam ao Oriente os escravos: homens romanos, francos, lombardos, e

mulheres romanas e andaluzas.» Outro erudito árabe, Ibn Haukal, autor de tratados de física, de medicina e de gramática do século XII, acrescentava:

O mais belo artigo importado de Espanha são os escravos, raparigas e belos rapazes trazidos do país dos francos e da Galícia. Todos os eunucos eslavos que se podem encontrar vêm de Espanha e, assim que chegam, são logo castrados.

E, naquela altura, alimentavam de forma maciça um comércio prolífico entre Veneza e o império árabe a sul do Mediterrâneo. Uma época e práticas imortalizadas pelo «Cais dos Escravos» em Veneza – entre os *Schiavoni* (literalmente, «Escravos Grandes»), os mouros e o gueto, a Sereníssima ia enriquecendo... Quanto aos eunucos, houve portanto, e de início, os jovens eslavos trazidos à força de Espanha para ali sofrer a amputação que os privava da sua virilidade. Esta fonte de eunucos brancos ia, porém, esgotar-se muito rapidamente com o surgimento na Europa de Estados poderosos e com a interrupção da expansão muçulmana nos Pirenéus.

De facto, foram três os factores determinantes a pôr fim ao tráfico dos brancos:

1. A Rússia, ao submeter os tártaros e controlar a Crimeia, impediu que o tráfico prosseguisse.
2. Ao colonizar o mundo muçulmano, os europeus lutaram activamente contra o esclavagismo.
3. A Turquia, sob a pressão dos europeus, abandonou o tráfico dos brancos.

O «défice branco» ia, no entanto, ser largamente compensado por um aprovisionamento acrescido de escravos vindos do continente negro. Assim, o tráfico negreiro árabe muçulmano será apenas o prolongamento genealógico do tráfico transeuropeu, pois

acabará por contar com a facilidade ao voltar-se para os povos do continente negro — povos que os árabes muçulmanos consideravam ingênuos e desprovidos de meios de defesa eficazes.

Durante séculos, será assim praticada na maior parte dos países africanos uma enorme sangria de homens e rapazes negros, destinados a tornar-se eunucos. Quando chegaram ao mundo árabo-muçulmano, muitos foram os escravos africanos destacados para a vigilância dos haréns. Estes escravos, como muitos outros entre os mais jovens, sofriam previamente o suplício da castração.

A maioria deles, contudo, eram afectos às tarefas domésticas ou então, como já vimos, incorporados em verdadeiros corpos militares. Outros adultos masculinos «inteiros» eram explorados nas minas de sal e de ouro, mas também nas propriedades agrícolas. Eram submetidos a uma violência terrível. A este propósito, numerosos escritos, com comentários de uma rara brutalidade, atestam os tratamentos abomináveis que os árabes lhes reservavam, numa sociedade escravagista, cruel e particularmente menosprezadora relativamente aos negros.

Depois dos escravos, as populações negras de África chegaram, portanto, aos mercados de Bagdade, do Iémen e do Egipto. Quanto aos primeiros eunucos negros já adultos e em número reduzido, apareceram no Império Otomano por volta de 1485. Na sua maioria, eram originários da Etiópia e da região do lago Chade. A seguir, foi a vez dos rapazes do continente negro de sofrer a terrível operação sexual. As suas hipóteses de sobrevivência eram mínimas, e a morte levava três quartos dos «pacientes». Como o objectivo deste genocídio programado era, antes de mais, estarem rodeados de escravos africanos que não podiam ter descendência, muitas vezes praticavam uma operação ligeira, visando apenas a esterilização do homem. Mas muito mais tarde, em vários países árabo-muçulmanos, exigia-se que os africanos fossem sujeitos à operação dita «à flor do ventre», que impossibilitava qualquer relação sexual

e se saldava numa mortalidade considerável. Assim, distinguiram-se aqueles que tinham sofrido a ablação dos testículos e aqueles a quem fora removida a totalidade dos órgãos genitais. Apenas os da segunda categoria eram destinados à guarda dos haréns, pois os outros conservavam uma capacidade de erecção que, segundo os rumores públicos, tinha efeitos desastrosos nos haréns.

Certas passagens da tradução de *As Mil e Uma Noites* feita por Galland, no dealbar do século XVIII, podem também explicar a necessidade de castrar os escravos negros. Esta história diz-nos que o rei Chahzaman foi visitar o irmão, o rei Chahriyar. Porém, voltou atrás para buscar algo de que se tinha esquecido. À meia-noite, ao chegar inesperadamente ao seu palácio, ali encontrou a sua mulher adormecida na cama, ao lado de um escravo negro, ele próprio adormecido depois de a ter bem «servido». Perante aquela cena, furioso, o rei matou os dois culpados e regressou ao palácio do irmão. A situação ali era ainda pior. Enquanto o rei Chahriyar caçava, a sua esposa e outras 20 mulheres do seu séquito saíram e foram «servidas» por 20 escravos negros. O tradutor vitoriano prossegue nos seguintes termos:

A mulher do rei árabe, que se distinguiu por uma elegância e uma beleza extraordinárias, acompanhou-as à fonte, onde se despiram e se sentaram em conjunto. A mulher do rei então gritou: «Ó Mas'oud!» De imediato, um escravo negro aproximou-se dela e beijou-a, ao que ela retribuiu. O mesmo fizeram os outros escravos com as outras mulheres, e todos continuaram a despir-se até ao fim do dia.

Evidentemente, a punição dos monarcas foi terrível. É certamente aqui, nestas terríveis fantasias sexuais, que também se deve procurar a explicação da castração quase sistemática dos escravos negros, futuros guardiães de haréns ou trabalhadores forçados. No que diz respeito à fidelidade dos eunucos aos seus senhores, era

equivalente à de todas as guardas pretorianas do mundo. Sabendo que o resto da sociedade os rejeitava irremediavelmente, eles só encontravam uma compensação afectiva no reconhecimento servil. Além disso, os árabes muçulmanos consideravam a mutilação dos negros duplamente positiva: não só eles lhes seriam fiéis e submissos, não deixando descendência, como também — pensavam —, como eram mais robustos que os brancos, suportariam melhor a operação. Nestas sociedades muçulmanas, o eunuco tornara-se símbolo de riqueza, visto que valia mais do dobro daquilo que valia o escravo comum. Sem ter em conta o sofrimento das vítimas, a castração era praticada após a travessia do Sara, muitas vezes no Egipto, onde os monges coptas se tinham especializado nela.

Foi assim que se estabeleceram mercados e redes especializadas, com os seus centros de castração localizados preferencialmente nas terras dos vizinhos infiéis, nomeadamente na Etiópia, dado que o islão proíbe que os verdadeiros crentes pratiquem a operação. Deste modo, os cativos zenjs, oriundos da África Oriental, os negros dos altos planaltos e até outros capturados mais longe, no interior do continente, costumavam ser encaminhados para a Etiópia. O mercador árabe Al Hajj Faraj al Funi relata o seguinte:

O soberano muçulmano de Amhara proibira que se castrassem os escravos; considerava este acto abominável e esforçava-se por reprimi-lo. No entanto, os bandidos árabes vão a uma cidade chamada Wäslu, onde vive uma população heteróclita e sem religião; e é ali que se castram os escravos. Esta gente, sozinha em toda a região abissínia, ousa proceder assim. Quando os mercadores compram escravos, trazem-nos e passam antes por Wäslu para os castrar, o que aumenta muito o seu valor. Depois, todos os que foram castrados são conduzidos a Hadiya. Lá, passam-nos uma segunda vez à navalha e tratam deles até se curarem, pois a gente de Wäslu não sabe cuidar deles, ao passo que a de Hadiya adquiriu uma destreza

particular para tratar dos eunucos. Apesar disso, o número dos que morrem é superior ao dos vivos, visto que para eles é terrível serem transportados de um local para o outro sem o menor cuidado.

Outro local etíope onde se praticava esta operação era a terra dos gallas. Em 1885, o geógrafo, explorador e etnólogo Philipp Paulitsche observava:

A castração é praticada pelos gallas, povo do sul da Etiópia, em rapazes de 10 a 15 anos, por meio da ablação dos testículos; a ferida é tratada com manteiga. Saem carregamentos inteiros destes eunucos pelo porto de Tadjoura. A fadiga do trajecto e a falta de cuidados matam de 70 a 80 por cento deles.

Era corrente neste país a mutilação genital infligida aos rapazes de oito anos para criar eunucos. Tais operações também eram praticadas no Alto Egipto.

Já o suíço arabizante J. L. Burckhardt, algo condescendente — contrariamente a Al-Hajj Faraj al-Funi e a Philipp Paulitsche —, oferece pormenores pouco credíveis acerca dos dois principais pontos (principalmente Zawiyat al Dayr, povoação copta situada perto de Assiout) onde os cativos africanos eram transformados em eunucos.

Decidimos, no entanto, dar voz ao seu relato, apenas por querermos respeitar todos os testemunhos directos, à semelhança dos trabalhos de todos os investigadores — mesmo que este não seja exaustivo — que se debruçaram sobre a questão. Isto porque nenhum investigador sério é livre de escolher as suas fontes rejeitando de antemão aquelas que não teria estudado em profundidade.

No seu testemunho, J. L. Burckhardt descreve a actividade da grande manufactura que fornecia a todos os europeus e à maior parte da Turquia estes «rapazes da virtude das mulheres». Na altura da sua estada neste país, relata ele, quem procedia às ope-

rações eram dois monges coptas, de quem se dizia que superavam em destreza todos os seus predecessores e que possuíam uma casa onde receber as vítimas. A sua profissão era desprezada até pelos mais vis dos egípcios. Contudo, eles encontravam-se protegidos pelo governo, ao qual pagavam um imposto anual. Os enormes lucros que propiciavam aos proprietários, como consequência da cruel operação, tentavam suficientemente estes últimos para que consentissem num acto que, no fundo, a muitos repugnava. A operação em si, por mais extraordinário que possa parecer, raramente era fatal. Esta testemunha afirma que sabia com certeza que, dos 60 rapazes operados no Outono de 1813, apenas dois tinham morrido no seu decurso. E todas as pessoas que ele questionara a este respeito em Siout lhe asseguraram que isto era até superior à proporção normal, visto que os mortos não costumavam ser mais de dois em cem (o que é contrariado pela maior parte das fontes credíveis). Como a maioria deles era operada imediatamente depois de as caravanas do Darfur e de Senar chegarem a Siout, a testemunha não tivera a ocasião de assistir. Ora vejam! Porém, de acordo com as suas afirmações, obteve uma descrição por parte de várias pessoas que muitas vezes a viram ser executada. Os rapazes escolhidos tinham entre oito e 12 anos porque, passada esta idade, existe um grande risco de mortalidade. Um rapaz em quem a operação fosse bem sucedida valia, em Siout, mil piastras. Tinha provavelmente custado cerca de 300 piastras ao proprietário, algumas semanas antes. E o copta recebia entre 45 e 60 piastras.

Este enorme lucro abafava qualquer sentimento de piedade que os mercadores árabes poderiam eventualmente sentir. Como o eunuco era símbolo de riqueza, produziam-se, em média, cerca de 150 eunucos por ano. Dois anos antes, o próprio Mehmet Ali Pasha mandou mutilar 200 jovens escravos do Darfur, os quais enviou como presente ao Grande Signor. No entanto, no Egipto e na Síria perdera-se muito o hábito de se ter eunucos. No primeiro

destes países, a testemunha afirma que não imaginava que, fora dos haréns do paxá, se pudessem encontrar mais de 300. E eram ainda mais raros na Síria. Nestes locais, era muito perigoso exhibir a própria riqueza. Um indivíduo que possuísse tantas mulheres escravas que precisasse de um eunuco para as guardar tornava-se um objecto tentador para a cobiça do governador.

Na verdade, ao contrário do que diz este testemunho pouco rigoroso, a castração que os árabes muçulmanos praticavam nos deportados africanos era uma operação complexa, delicada e, principalmente, muito perigosa. Quando o êxito não era pleno, nomeadamente devido à precariedade dos recursos médicos da época, a intervenção provocava hemorragias ou infecções, quase sempre fatais. Nunca era praticada em «pacientes» de menos de sete anos e raramente depois dos 12 anos. Era a assustadora taxa de mortalidade de uma tal intervenção que tornava elevado o preço dos jovens eunucos. Era necessário que fosse executada antes do início da função glandular dos testículos. Começava-se por fazer um garrote apertado na base dos testículos e do pénis; de seguida, cortava-se tudo com uma navalha extremamente afiada. A hemóstase era obtida através da aplicação de pós à base de aloé e por compressão. No Alto Egipto, este procedimento continuou a ser usado até ao século XIX para produzir jovens eunucos. Muitas vezes, as crianças negras que tinham atingido a puberdade eram castradas da mesma forma como se castravam os cavalos e os touros: limitando-se à extirpação ou ao esmagamento dos testículos.

Contudo, independentemente da idade em que se realizava a castração, esta acarretava modificações profundas no indivíduo, impedido de se reproduzir. Aqueles que eram castrados antes da chegada da puberdade destacavam-se pela sua grande altura, devida ao alongamento dos membros, em contraste com a ausência

de caracteres sexuais secundários: pénis pequeno, escroto pálido e pouco enrugado, pilosidade reduzida ou inexistente. Os que eram castrados após a puberdade perdiam os pêlos, o seu cabelo tornava-se fino, a pele mostrava-se suave e feminina, o que satisfazia os árabes, muito dos quais se gabavam de ser homossexuais activos. Assim, os árabes-muçulmanos transformarão a maioria das crianças africanas em eunucos.

«Eunuco» provém de uma palavra grega que significa «cama» (de mulher) e de outra que significa «ter». Na Bíblia, o termo parece aplicar-se a homens que foram emasculados (frequentemente para evitar problemas com as mulheres nobres). No entanto, também alude a eunucos de cortes reais que não eram necessariamente castrados. Nem todos os eunucos de que se fala no Génesis, em Isaías, em Jeremias, em Daniel ou no Novo Testamento tinham sido privados da sua virilidade. «Eunuco» é igualmente um termo genérico que inclui as mulheres estéreis, os oficiais estrangeiros de uma corte, os mágicos e os sacerdotes, além dos homens castrados. Estes últimos eram geralmente homossexuais. O sentido de «eunuco» será alargado a muitas funções, como a de criado de casa.

Atribui-se a origem dos eunucos à lendária rainha Semíramis. Também consta que Cleópatra gostava de se rodear de eunucos. Todavia, de início, certos povos praticavam a castração nos prisioneiros de guerra para lhes reduzir a força muscular, lhes diminuir a combatividade e evitar que se reproduzissem. Este castigo foi-se progressivamente estendendo aos criminosos e aos condenados por violação. Na Turquia e na China, a castração total era corrente. Embora proibida pelo Alcorão, era tolerada no mundo muçulmano. Como a poligamia e os seus haréns precisavam de vigilância, era necessário que os responsáveis por ela fossem inofensivos.

Na Pérsia e na Arábia, a castração era obrigatória para os escravos destinados a guardar as mulheres do sultão. Os eunu-

cos tinham a vantagem de ser mais fáceis de domesticar e mais dóceis na execução de tarefas penosas. Mais tarde, nem sempre constituíram uma categoria desprezada ou marginalizada. Em Bizâncio, por exemplo, não só ocupavam todas as funções do Estado como também podiam ter cargos de enorme importância. Podia acontecer que filhos de imperadores ou membros da mais alta aristocracia se tornassem voluntariamente eunucos para evitar que as funções mais importantes fossem confiadas a estrangeiros. Ser eunuco em Bizâncio era uma das melhores formas de abraçar uma bela carreira de governador, embaixador, primeiro-ministro, estratega, almirante ou patriarca. Inicialmente, a corte otomana ia procurar alguns eunucos africanos no Egito. Depois, os negros acabaram por suplantar definitivamente os eunucos brancos na função pública. A partir do ano de 1550, os haréns das personalidades turcas eram vigiados e protegidos por uma legião de eunucos negros. Eram, na sua maioria, abissínios e tinham sido enviados ao sultão pelo paxá do Egito. Na Arábia, muitos eram destinados aos lugares santos, onde alguns deles fizeram enormes fortunas. No que diz respeito à domesticidade, os eunucos negros povoaram o imaginário ocidental. Se nem todos os eunucos eram negros no mundo árabo-muçulmano, parece que acabaram por ser a maioria. A partir do século IX, o seu número multiplicou-se nos palácios. O califa Al Muqtadir terá tido 11 mil eunucos, dos quais sete mil seriam negros. O chefe dos eunucos negros, Kızlar Agasi, chegará mesmo a obter o estatuto de paxá. Disporá de 300 cavalos e exercerá a sua autoridade sobre os alabardeiros do palácio, sobre vários ministros e sobre o tesoureiro mor.

Enquanto os rapazes eram castrados, as mulheres negras preenchem os haréns. As escravas negras, compradas ainda muito jovens, entre os sete e dez anos no máximo, constituíam a maior parte do contingente que lhes era destinado. Estas futuras concu-

binas ou servas de sultões ou outros vizires eram postas em locais chamados «grandes haréns», propriedade das mulheres encarregadas de as educar antes de serem levadas para os haréns privados. A sua educação regia-se em função das aptidões que revelavam. Se fossem desprovidas de encanto, juntavam-se à massa das guardadoras de rebanhos e das criadas «para todo o serviço». Já as mais belas aprendiam os talentos de diversão e de utilidade. Estes seres tornados «mulheres-objectos» eram escolhidos pela sua aparência para aprenderem a satisfazer todos os gostos do homem a quem se destinavam. Após a formação, podiam ser postas em qualquer harém, desde o do sultão até aos dos rapazes ricos a quem as mães ofereciam uma escrava no dia do seu aniversário. No Magrebe, por exemplo, nas famílias abastadas, era costume oferecer-se uma escrava negra como presente de casamento. No século xv, muitas mulheres africanas serviram de concubinas em inúmeras casas marroquinas, sobretudo em Fez.

As mulheres negras tinham junto dos árabes uma reputação de beleza e de desempenho físico que os faziam procurá-las sem olhar a preços. Este assunto está envolto em grande mistério, tanto acerca do número de mulheres concubinas quanto sobre o secretismo dos haréns. Sabe-se, todavia, que elas foram muito numerosas, por terem contribuído para a mestiçagem de uma parte das populações que viviam num espaço que vai da zona dos oásis, na latitude de Warghla, aos centros de redistribuição de Sidjilmassa e de Fez. Porém, de forma geral, estas mulheres não deixaram uma descendência importante no mundo árabo-muçulmano — ainda que um relatório do *Anti-Slavery Reporter*, órgão da Sociedade Antiesclavagista Britânica, criada em 1 de Setembro de 1856, afirme que em Constantinopla qualquer homem respeitável tinha várias concubinas negras. Apesar disto, era extremamente raro encontrar-se um mulato, dado que as crianças nascidas destas relações costumavam ser vítimas de infanticídio. As mulheres negras

eram sistematicamente submetidas ao aborto ou os seus filhos viam-se reduzidos à escravidão; se estes fossem do sexo masculino, frequentemente eram tornados eunucos. Nalguns casos, as crianças nascidas acidentalmente eram mortas pelas concubinas árabes. Tratava-se de uma prática corrente que toda a gente considerava «normal».

Em certas sociedades islâmicas, os mulatos podiam ser mais desprezados do que os negros. Al-Abchihi (1338-1446), um cronista egípcio, escreve a propósito dos escravos:

Haverá algo mais infame do que os escravos negros, algo menos bom e mais perverso do que eles? Quanto aos mulatos, se manifestarmos bondade a um deles durante toda a nossa vida e sob todas as formas, ele não sentirá gratidão, e será como se não tivéssemos feito nada por ele. Quanto melhor o tratarmos, mais ele será insolente; quanto pior o tratarmos, mais ele será humilde e submisso. Tentei inúmeras vezes e, como tão bem diz o poeta, «honremos aquele que é honrado e ele será nosso; honremos o infame e ele tornar-se-á insolente».

Todos os deportados africanos em terras árabo-muçulmanas foram utilizados durante 13 séculos como «mão-de-obra sexual», escravizados e humilhados ao longo de toda a sua existência. A publicação em 1998 de um livro em turco pelo Dr. Hifzi Topuz veio oferecer-nos informações preciosas acerca da vida quotidiana dos últimos eunucos negros do Império Otomano no século xx. Estes últimos só se tornaram livres a partir de 1918, ano em que foi proclamado o *Mesutiet* (a abolição da escravatura na Turquia). O capítulo viii do livro deste autor turco apresenta um relato comovente do sofrimento vivido por estes desgraçados: o afastamento violento das suas famílias, do seu país natal, a dolorosa operação de castração a que poucas crianças sobreviviam, a transferência final para a Turquia. Eis um excerto desta obra,

intitulada *Meyyale*, com o testemunho (na sua integralidade nas páginas 213-214 do presente livro) de Hayrettin Effendi, último eunuco negro do último sultão:

Recordo-me da minha infância como se tivesse sido ontem. Sou oriundo do Habeshistan. Sou um galla. [...] Vivíamos numa pequena aldeia. Éramos muito felizes. Eu tinha sete ou oito anos. Brincava com crianças da minha idade na praça da aldeia. [...] Então, um dia, apareceram uns cavaleiros. Não se pareciam com os homens da nossa terra. Tinham o rosto mais claro. Vinham armados. Apanharam-nos. Um deles fechou-me a boca à força e quase asfixiei. Os meus olhos saíam das órbitas. Apanharam todos os meus amigos e levaram-nos. Eu não compreendia a língua deles. Foi só mais tarde que soube que falavam árabe. Chegados a uma aldeia, puseram-nos num pátio. Ali havia outras crianças como nós. Falavam a nossa língua. Soluçavam. Não compreendíamos porque nos tinham levado. Todos partilhávamos a mesma infelicidade. Ficámos três dias sem beber nem comer. Estávamos assustados.

Alguns dias mais tarde, fomos castrados em Massaua, península da costa etíope ocupada pelos turcos. Durante vários anos, não esqueci a dor e a tortura sofridas. [...] Um oficial otomano, Yakup, em missão em Áden, escolheu-me e levou-me para Istambul. Era Inverno. Era a primeira vez que eu via neve. Tinha frio. Yakup ofereceu-me a uma celebridade de Istambul. Fiquei decepcionado. Gostava de Yakup como se fosse meu pai. Ofereceu-me a Cerkez Mehmet Pasha. Poder-se-á oferecer um ser humano como presente? Nesse momento compreendi que sim. Em 1918, com o *Mesutiet*, fomos libertados. Comprámos esta casa com uma amiga, uma dama do palácio. Vamos-nos desembaraçando. É o nosso destino.

Aqueles que sobreviviam a tal mutilação, relata um viajante inglês, conheciam condições de vida tão penosas que seis a sete anos bastavam para eliminar toda uma geração de escravos. Revelava-se necessário um novo «reabastecimento». Os recém

-chegados tinham um futuro ainda mais curto do que aqueles que pereceram na desolação provocada pelos negreiros em África. E os sobreviventes escravizados que atingiam determinada idade eram assassinados ou abandonados para morrer, considerados bocas sem serventia.

Não há muito tempo, em 24 de Julho de 1927, Antoine de Saint-Exupéry, chefe da base aérea de Cap Juby, no sul de Marrocos, escrevia a seguinte carta à mãe:

Viva, minha mãe.

Encontro-me bem. A vida é pouco complicada e pouco fértil em acontecimentos. Empregamos como mão-de-obra alguns mouros e um escravo. O infeliz é um negro roubado há quatro anos em Marraquexe, onde ficaram a sua mulher e os seus filhos. Como aqui a escravidão é tolerada, ele trabalha por conta do mouro que o comprou e a quem entrega o seu salário todas as semanas. Quando estiver demasiado cansado para trabalhar, deixá-lo-emos morrer, como é o costume. Não me importaria de o fazer embarcar secretamente num avião com destino a Agadir, mas seríamos todos mortos. Por vezes o escravo negro, acorado à porta, goza o vento nocturno. Naquele corpo pesado de cativo, as lembranças já não vêm à superfície. Já mal se lembra do momento do rapto, da violência, dos gritos, dos braços de homem que o lançaram na escuridão presente [...]. Um dia, no entanto, será libertado. Quando for demasiado velho para valer a sua alimentação ou a roupa que veste, receberá uma liberdade desmesurada. Durante três dias, oferecer-se-á em vão de tenda em tenda, a cada dia mais fraco, e por volta do final do terceiro dia, sensatamente ainda, sentar-se-á na areia. Já vi alguns em Juby morrer assim, nus. Os mouros presenciavam a sua longa agonia, mas sem crueldade, enquanto as crianças brincavam junto àqueles destroços sombrios, e, a cada amanhecer, corriam para ver se ainda se mexiam, mas sem se rir dos velhos servos. Era a ordem natural das coisas

[...]. Iam-se misturando progressivamente com a terra. Secos pelo sol e recebidos pela terra.

Foi assim que cruelmente se caçou, bestializou, mutilou e desonrou a dignidade humana de seres dinâmicos que só queriam viver e ser felizes. Assim, apesar das massas enormes de populações africanas importadas, só uma minoria pôde deixar uma descendência no mundo árabo-muçulmano. Era este o objectivo desde o início: evitar que se reproduzissem. É certo que o racismo, o desprezo, as condições desumanas de exploração, o infanticídio e a prática generalizada da castração são os principais factores deste quase-desaparecimento. E os raros sobreviventes que asseguraram uma descendência — essencialmente filhos de concubinas negras — hoje são discretamente marginalizados nestas sociedades. Tal genocídio foi programado com cinismo por povos cujos descendentes continuam a guardar silêncio acerca do maior mal que o homem pode fazer ao seu semelhante.

9

«Síndrome de Estocolmo à africana», ou a amnésia por solidariedade religiosa

A mão tremeu, mais uma vez, quando se tratou de falar dos crimes cometidos pelos árabes [...], ao passo que o inventário dos crimes cometidos pelos europeus ocupa, e com toda a razão, páginas inteiras...

MARC FERRO

As desgraças, a pobreza, a longa estagnação demográfica e os atrasos de desenvolvimento actuais do continente negro não se devem apenas às consequências do comércio triangular, como muitas pessoas imaginam — longe disso. É verdade que ao longo dos séculos ocorreram guerras e sangrentas represálias entre tribos e até entre etnias africanas. O «rapto» dos mais fracos, a feitiçaria e o canibalismo ritual foram igualmente crimes correntes em África. Porém, todas estas calamidades, embora não sendo raras, não eram generalizadas nem suficientemente numerosas

para constituir um flagelo comparável à infâmia que ia arrasando as populações africanas quando os árabes chegaram e inauguraram o tráfico negreiro a grande escala. Quanto à exploração descarada dos povos africanos — exploração motivada por razões essencialmente económicas e de «salubridade» —, a partir do século XVII, os europeus, muito depois de Veneza e de Bizâncio, com portugueses e ingleses à cabeça, seguidos de perto por franceses e espanhóis, começaram por concorrer alegremente com os predadores árabe muçulmanos no âmbito das caças ao homem e do comércio *ad hoc*: falamos do tráfico transatlântico, de sinistra memória. Porém, embora não existam graus no horror nem monopólio da crueldade, podemos afirmar, sem risco de equívoco, que o comércio negreiro e as expedições guerreiras lançadas pelos árabes muçulmanos foram, para a África Negra e ao longo dos séculos, muito mais devastadores do que o tráfico transatlântico. Da mesma forma, a islamização de vários povos negro-africanos — e tudo o que isto provocou, como as *jihads* — não deixou de originar inúmeras implosões.

Tal como a única guerra santa levada a cabo por um chefe árabe sudanês, místico iluminado que se julgava um *Mahdi* (descendente do profeta), na qual todo o Sudão, desde o oceano até ao Egipto, englobando todos os planaltos de África — do Nilo ao Zambeze —, se encontrava entregue às caças ao homem e à venda de cativos. No século XIX, alguns exploradores avaliavam a população deste espaço imenso, duas vezes o tamanho da Europa, em cerca de sete milhões de almas. Para se ter uma ideia do mal, é preciso saber que estes mesmos observadores tinham estimado que, para caçar e raptar 500 mil indivíduos por ano, era necessário que morressem quase dois milhões (resistentes ou fugitivos). Assim, se os nascimentos tivessem cessado naquela época, em menos de 50 anos as regiões do interior africano não seriam mais do que um vazio de desolação.

Estas implosões pré-coloniais arrasaram inegavelmente os povos africanos, que nunca mais tiveram descanso desde a chegada dos árabes. A conquista do continente negro inaugurara a era da devastação permanente das povoações e de terríveis guerras santas conduzidas pelos convertidos, para obterem cativos em terras vizinhas qualificadas como pagãs. Quando isto não bastava, raziavam outros supostos «irmãos muçulmanos» e confiscavam-lhes os bens. Durante este tráfico árabo-muçulmano, os povos africanos conheceram uma sangria permanente.

Então porquê, podemos perguntar-nos, muitos autores desejam ignorá-lo, restringindo o campo das suas investigações sobre os tráficos negreiros ao que foi praticado pelas nações ocidentais? E quando alguns raros investigadores de coragem — sobretudo africanos — ousam abordar o tráfico árabo-muçulmano, subestimam-lhe a importância e sobrestimam a do tráfico transatlântico. Este último é-nos bem conhecido e tem sido largamente debatido desde há décadas. Os estudos e as sínteses sobre o tráfico transatlântico são abundantes. Enquanto, no mundo árabo-muçulmano, um silêncio culpado tem sempre ocultado o martírio dos povos negros, nasciam no Ocidente, durante o longo período que precedeu a abolição do tráfico e da escravatura, violentos protestos, discussões animadas, apaixonadas, e lutas ardentes a este respeito. A questão da escravização de seres humanos agitava o público, provocava debates nos jornais e nos livros na terra de Montaigne, para quem «se cada homem traz em si a substância da humana condição, não há mais hierarquia possível entre os seres do que entre os povos».

A própria Igreja, cujo papel é conhecido desde a Controvérsia de Valladolid, tomou uma posição muito clara. Os seus mais eminentes representantes lembraram-se de que, outrora, os seus antepassados também se viam expostos nos mercados de Argel e da Tunísia. Tal como os cativos africanos, eram despidos e exa-

minados como se fossem animais, dos pés à cabeça, para serem vendidos a quem pagasse mais. Até São Vicente de Paulo foi tratado desta forma desumana e degradante. Em Dezembro de 1839, Gregório XVI, recordando os esforços dos seus antecessores e os pregadores do Evangelho, concluía uma carta apostólica nos seguintes termos:

Em consequência e em virtude da nossa autoridade apostólica, reprovamos todas estas coisas como indignas do nome cristão e, pelo poder desta mesma autoridade, proibimos aos eclesiásticos e aos leigos que considerem o comércio dos negros permitido, sob qualquer pretexto que seja, ou que preguem e ensinem, seja em segredo ou em público, de qualquer maneira que seja, uma doutrina em contradição com esta carta apostólica.

No terreno, os missionários lançaram-se de corpo e alma numa generosa cruzada antiesclavagista. Alguns chegaram mesmo a comprar escravos — como atesta uma carta do padre Moinet, dos Missionários de Argel — para lhes restituir a liberdade. Este religioso relata que, quando da passagem de uma das horríveis caravanas,

[o] chefe árabe nos deixa comprar, entre as vítimas da caça desta tarde, as mulheres e as crianças cujo preço podemos pagar. Gastamos tudo o que temos. Imagine-se a alegria dos eleitos que podem voltar aos seus lares, mas também o desespero dos pobres desgraçados que não podem participar na libertação e que são levados à força, acorrentados às cangas, entre gritos de desespero! Oh, que infelicidade, não podermos libertá-los a todos.

Notem-se igualmente os esforços da Liga Antiesclavagista, cujo apóstolo mais brilhante foi o cardeal Lavigerie. A sua acção tenaz — além da grande influência sobre o papa — e os relatórios dos missionários permitiram que Leopoldo II desse ao início da

sua acção uma orientação mais humanista que «colonialista», quando lançou a iniciativa de realizar em Bruxelas a Conferência Internacional de Geografia, para tentar pôr termo ao sofrimento dos povos negros. A questão também ocupou a opinião pública norte americana — ainda que uma grande parte da sua economia assentasse no trabalho forçado dos negros —, suscitando a mais nobre dedicação e belos actos de generosidade. E isto, como sabemos, ia resultar numa das mais sangrentas guerras civis dos tempos modernos: o país do grande humanista Abraham Lincoln haveria de nela perder mais homens do que no conjunto das duas guerras mundiais.

Um pouco por todo o mundo ocidental, outros humanistas e filantropos protestavam, denunciando o destino dos povos africanos roubados às respectivas terras, as crianças separadas das mães e a terrível dor destas últimas. Se tiveram lugar no Ocidente todos estes movimentos abolicionistas para pôr fim ao tráfico transatlântico e, mais tarde, contra o crime transariano e oriental, não se encontram resquícios de iniciativas equivalentes no mundo árabo-muçulmano, nem nenhum arrependimento até aos dias de hoje.

Como a escravatura é validada e institucionalizada pelo islão, teria sido ímpio que os árabes a pusessem em causa. «A escravidão em terras islâmicas continua a ser um assunto simultaneamente obscuro e hipersensível; uma única menção a esse respeito costuma ser vista como sinal de intenções hostis», observou o historiador Bernard Lewis.

A ignomínia imposta aos povos africanos não foi objecto de nenhuma contestação por parte dos intelectuais árabes. No entanto, durante os períodos abássida, andaluz e fatímida, os árabes muçulmanos, para não dizer o islão, tiveram a sua época das Luzes. Foi graças aos árabes, nomeadamente aos califas de Bagdade e da Andaluzia, os quais generosamente financiaram institui-

ções de tradução, que grandes pensadores cristãos ou judeus — e até, de forma mais geral, o pensamento medieval — tiveram acesso à filosofia grega: Aristóteles, mas também Hipócrates, Euclides e Ptolomeu, entre outros. Os enciclopedistas árabes do século x fizeram avançar as ciências naturais, a química, as matemáticas e a física. Durante a idade de ouro do islão, ou seja, no século xi, outros sábios, como Averróis e Ibn Tufayl, enriqueceram diversamente o nosso património universal. (Guarda disto uma marca a língua francesa, que utiliza três vezes mais palavras de origem árabe — 391 — do que palavras de origem gaulesa.) Foi também, infelizmente, sob o comando dos mesmos califas mecenas e benfeitores que o mundo árabo-muçulmano deste tempo recorreu a combatentes que diziam travar uma guerra santa justificada pelos seus teólogos. *A contrario*, é interessante recordar que, quando se converteu, a título pessoal, ao cristianismo, o imperador Constantino não o impôs aos súbditos, dos quais 95 por cento eram pagãos. Não conduziu nenhuma cruzada contra os povos adeptos de outras religiões. Assim, se houve mártires cristãos, sobretudo sob Nero, não houve nenhum mártir não-cristão sob Constantino.

No mundo árabo-muçulmano, contudo, nunca se privilegiou a tradição crítica, e ainda menos a de autocrítica, uma vez que se trate de práticas não refutadas pelo islão.

Os intelectuais, filósofos e outros livres-pensadores, e até alguns raros monarcas provavelmente tão tolerantes quanto Constantino, foram marginalizados num universo em que os adeptos da razão raramente se puderam fazer ouvir perante os doutrinários da fé. Desta forma, relativamente à causa dos negros, as Luzes árabes foram, no máximo, um mero fio de luz obscurantista num mundo de trevas. Mesmo nos piores momentos do tráfico transariano e oriental, enquanto homens como Livingstone e monsenhor Lavignerie manifestavam a sua confiança no futuro dos povos negros, os

árabes condenavam-nos, antecipada e irremediavelmente, a uma condição sempre inferior.

Eruditos como Al Dimeshkri afirmavam, referindo-se aos negros:

Nenhuma lei divina lhes foi revelada. Nenhum profeta se lhes apresentou. Assim, são incapazes de conceber as noções de comando e de proibição, de desejo e de abstinência. A sua mentalidade não está distante da dos animais. A submissão dos povos do Sudão aos seus chefes e reis deve-se unicamente às leis e às regras que lhes foram impostas como se faria com animais.

Isto explica por que razão o movimento abolicionista ocidental contra o tráfico e a escravização dos negros foi visto como uma ideia ocidental, se não mesmo como uma verdadeira tentativa de colonialismo cultural. Certos monarcas, entre os quais o de Marrocos, recordavam — e com quanto obscurantismo! — que o Alcorão (XVI, 71) diz:

Alá favoreceu, com a Sua mercê, uns mais do que outros; porém, os favorecidos não repartem os seus bens com os seus servos, para que com isso sejam iguais. Desagradecerão, acaso, as mercês de Alá?

Argumentos bastante cómodos, visto que o Alcorão não diz nem mais nem menos que aquilo que o intérprete vê nele. Assim, para muitos eruditos árabes, o que importa é a interpretação que se faz do texto.

Eis porquê, em nome do mesmo texto sagrado, os árabes realizaram grandes e belas coisas ao serviço da Humanidade durante a sua época das Luzes, sem deixar de cometer os maiores crimes, principalmente contra os povos negros.

Quando o governador de Hedjaz, em consonância com as instruções turcas quanto à abolição da escravatura, ordenou ao

governador do distrito de Meca que mandasse proibir o comércio de negros, o xeque Djamal publicou uma *fatwa* a denunciar a decisão. Segundo ele, isso era contrário à santa lei do islão. E, devido a um tal acto profano, os turcos tornavam-se apóstatas e pagãos. De acordo com esta *fatwa*, passava a ser legal matá-los e escravizar-lhes os filhos:

Os turcos transformaram-se em renegados. Devemos levar-lhes a guerra, a eles e a todos aqueles que os seguirem. Quem estiver conosco pertence ao Céu; quem estiver contra nós pertence ao inferno. É legal fazer correr o seu sangue e lícito tirar-lhes os bens.

Observamos apenas algumas raras excepções que, sem pôr em causa a instituição da escravatura, tentaram isentar dela os negros convertidos.

O historiador marroquino do século XIX Ahmad ibn Khalid al-Nasiri (1834-1897) reconhecia a legalidade da escravatura na lei muçulmana, mas denunciava a sua aplicação. Erguia-se contra o que qualificava como uma calamidade manifesta e chocante mas há muito tempo estabelecida e difundida nos países do Magrebe, isto é, a escravização sem limites dos negros e a sua importação, todos os anos, em magotes destinados à venda nos mercados citadinos e rurais, onde homens os traficavam como se se tratasse de animais ou pior. Ahmad ibn Khalid al-Nasiri reconhecia que tal excesso estava há tanto tempo enraizado que muitas pessoas comuns julgavam que a causa da sua escravização era, segundo a lei santa, o facto de serem negros e de provirem de determinado país. Afirmava que, por Deus, semelhante coisa era falsa! Aqui residia a pior das abominações contra a religião, pois — contrariamente aos pagãos, que podiam ser escravizados — aqueles negros eram muçulmanos, detentores dos mesmos direitos e dos mesmos deveres que os outros muçulmanos. E al-Nasiri concluía que, agora que a maioria — ou pelo menos uma minoria subs-

tancial — dos negros era muçulmana, e uma vez que a condição natural do homem muçulmano é a liberdade, era preciso conceder aos negros o benefício da dúvida.

Como sabemos, isto nada tinha de original. No início do tráfico transatlântico, verificou-se a cumplicidade da Igreja, mas igualmente a cumplicidade, mais passiva, dos filósofos do Século das Luzes. À semelhança de alguns eruditos árabes, Montesquieu, Rousseau, Voltaire e Diderot denunciaram a triste sorte dos escravos, mas nenhum deles pôs o sistema em causa. Como certos líderes religiosos muçulmanos adoptaram a mesma posição, o tráfico transariano e oriental prosseguiria, sem problemas de consciência, até se transformar no mais longo da História.

A Arábia Saudita e a Mauritânia só aboliram «oficialmente» a escravatura em 1962 (a primeira) e em 1960 e, depois, em 1980 (a segunda), muito tempo depois da Tunísia e da Argélia (1846) e dos países europeus, ainda sem nenhuma autocritica quanto a esta página sombria da sua história. No entanto, ao mesmo tempo, abriu-se violentamente o debate acerca dos aspectos positivos ou negativos da presença europeia em África. Não há dúvidas acerca da necessidade da recordação histórica e da denúncia de certas calamidades sofridas pelos africanos devido a tal presença. Durante a colonização, estes povos foram explorados e mantidos num estado de sujeição. Para espoliar as riquezas, destruir as culturas, arruinar as tradições, negar a história e apagar a memória, as autoridades coloniais europeias massacraram ou martirizaram inúmeros povos africanos. Exemplos não faltam: das matanças de Madagáscar às dos Camarões, sem esquecer a outra forma de escravidão que foi o trabalho forçado. Estas derivas foram largamente denunciadas por Fanon e Césaire. Não podemos, no entanto, resumir a presença europeia em África como apenas uma sucessão de crimes contra a Humanidade: o processo histórico não se veria esclarecido.

Consequentemente, se é difícil resolver este debate passional, não podemos ignorar, quanto ao que aqui nos interessa, que foi a colonização europeia que pôs um fim definitivo ao tráfico árabo-muçulmano.

É preciso recordá-lo. Antes mesmo desta colonização, os europeus por muito tempo se esforçaram por erradicar a escravidão, nomeadamente na Tunísia:

Após os três meses de reinado do seu irmão Othman, o filho de Mohammed Bei, Mahmoud Bei (1814-1824), viu-se obrigado pelas potências europeias a suprimir a escravidão, apesar das perturbações económicas que esta brusca medida haveria de acarretar em 1819.

Quando partilhou o continente africano na segunda metade do século XIX, a Europa tornava-se antiesclavagista. As suas potências aboliam semelhante ignomínia — não obstante as derivas e outras manobras dilatórias que ocultavam interesses evidentes —, atacavam os árabes mercadores de escravos e faziam cessar a exportação de cativos a partir das suas colónias. Os procuradores-gerais tinham competência para libertar quem quer que o solicitasse.

As tropas do coronel Archinard criaram «Aldeias de Liberdade» em todos os centros militares de ocupação na África Ocidental Francesa. Todos os cativos que tinham razões de queixa dos seus senhores, mesmo africanos, podiam refugiar-se ali sem o menor constrangimento.

Em Argel, os escravos iam solicitar a sua alforria junto dos magistrados franceses e pediam para ser empregados como trabalhadores livres. As autoridades davam-lhes a conhecer os termos da convenção assinada entre o marechal Bourmont e o beir de Argel, a qual garantia a todos os habitantes que as suas liberdades e propriedades passariam a ser respeitadas.

No Congo, foi em 1894, com a derrota dos escravagistas árabo-muçulmanos perante as forças coloniais europeias, que cessou a devastação do país e que os ignóbeis predadores foram perseguidos onde quer que operassem.

Na região saheliano-sudanesa, os efeitos da abolição foram evidentes, sobretudo junto dos escravos de primeira geração, capturados ou comprados. Em certas zonas, milhares abandonaram os senhores. Muitos tiveram a oportunidade de voltar para as respectivas terras. Alguns, por outro lado, optaram pelo refúgio nas «Aldeias de Liberdade».

Assim, por volta do ano 1910, o comércio de cativos encontrava-se praticamente aniquilado.

Esta realidade foi frequentemente calada devido a uma querela semântica descabida. O termo «genocídio» costuma ser empregado para qualificar o tráfico e a escravatura praticados pelo Ocidente. Convém, no entanto, reconhecer que no tráfico transatlântico um escravo, mesmo desumanizado, tinha um valor venal para o seu proprietário. Este último queria-o, antes de mais, eficaz, mas também rentável ao longo do tempo, ainda que a sua esperança de vida fosse das mais limitadas. É certamente difícil avaliar a importância da sangria sofrida pela África Negra no âmbito do tráfico transatlântico. Du Bois estima-a em cerca de 15 a 20 milhões de indivíduos. Já P. Curtin, ao realizar uma síntese dos trabalhos existentes, chega em 1969 a um total de cerca de 9 600 000 escravos importados, sobretudo no Novo Mundo, menos na Europa e em São Tomé, relativamente ao período 1451-1870. Porém, independentemente da dimensão deste tráfico, basta observarmos a dinâmica diáspora negra que se formou no Brasil, nas Antilhas e nos Estados Unidos para reconhecermos que não se encontra ali provado um empreendimento de destruição fria e metodicamente programado dos povos negros, no sentido de um

genocídio — como o dos judeus, dos arménios, dos cambojanos ou dos ruandeses.

No Novo Mundo, a maioria dos deportados assegurou uma descendência. Hoje em dia, vivem ali mais de 70 milhões de descendentes ou de mestiços africanos. É por esta razão que optámos por empregar o termo «holocausto» quanto ao tráfico transatlântico. Esta palavra refere-se, de facto, a um sacrifício de homens para o bem estar de outros homens, mesmo que isto tenha provocado um número incalculável de vítimas. Além disso, a maior parte das nações ocidentais implicadas no comércio triangular já reconheceu a sua responsabilidade e pronunciou o seu *aggiornamento*. A França, por exemplo, fê-lo através de uma lei — qualificando o tráfico negreiro e a escravatura como «crime contra a Humanidade» — votada no parlamento no dia 10 de Maio de 2001, o que marcou claramente uma mudança de atitude por parte dos franceses perante uma página da sua história até então mal assumida. Outras vozes se ergueram para apresentar desculpas pelo seu país, como a do presidente Bill Clinton, ou para pedir «perdão pelos pecados cometidos pela Europa cristã contra África», caso de João Paulo II, em 1991, na ilha de Goreia.

Ainda a propósito dos grandes crimes da História, principalmente o Holocausto judeu, até o sinistro Adolf Hitler tinha reconhecido e reivindicado a dimensão monstruosa do seu empreendimento criminoso. Este racista patológico, que se definia a si mesmo como um bárbaro, programou meticulosamente o extermínio de povos inteiros e tentou justificar se afirmando:

Nada poderá impedir o confronto final entre o espírito pangermânico e o espírito pan-eslávico, ou seja, entre a raça e a massa. Assim se me impõe o dever de cultivar de forma metódica a expansão da raça ariana superior e de limitar o desenvolvimento de raças inferiores e que se reproduzem como parasitas. Não há razões para

que um povo amorfo ocupe grandes superfícies enquanto um povo superior ocupa um pedaço de terra. Então, perguntar-me-ão, que significa «despovoamento»? Tenho eu a intenção de eliminar povos inteiros? Sim, é mais ou menos isso. A natureza é cruel, e também nós temos o direito de o ser.

Só o genocídio dos povos negros levado a cabo pelas nações árabo-muçulmanas ainda não foi objecto de um reconhecimento tão claro — embora este crime seja histórica, jurídica e moralmente imprescritível. Ainda que não haja vítimas e culpados hereditários, os descendentes dos povos implicados não podem recusar assumir uma certa responsabilidade. Poderíamos, todavia, esperar que as resoluções adoptadas pela conferência da ONU em Durban (2-9 de Setembro de 2001) fossem neste sentido. Porém, no espírito, este acto, por mais solene que fosse, não passava de um projecto orientado de forma falaciosa, reforçado por uma denúncia selectiva. Durban não deu uma visão de conjunto honesta e objectiva da terrível «tragédia negra» passada, visto que, ainda actualmente, muitos associam por reflexo o tráfico negreiro ao tráfico transatlântico organizado a partir da Europa e das Américas, que conduziu à morte ou à deportação de milhões de africanos no Novo Mundo.

A confusão deve-se ao facto de a colonização europeia da África Negra, com o seu sistema de trabalho forçado, se ter seguido ao final do tráfico transatlântico, o que incita a assimilar os dois acontecimentos. Ora, o tráfico e o trabalho forçado dos povos negros não foram uma invenção das nações europeias.

Como testemunha a História, são os árabes muçulmanos que estão na origem desta calamidade e que a executaram em grande escala.

Se a sangria transatlântica durou, aproximadamente, do século XVI ao século XIX, os árabes muçulmanos raziam os povos negros do século VII ao século XX. Do século VII ao século XVI, durante

praticamente mil anos, foram até os únicos a praticar este miserável comércio, deportando quase dez milhões de africanos, antes de os europeus entrarem em cena. Isto porque o continente negro só foi definitivamente conhecido pelos ocidentais, sob o seu nome e localização actual, a partir de 1499, quando Vasco da Gama o visitou pela primeira vez ao regressar da Índia — ao passo que a chegada dos árabes, que os precederam, não inaugurou «cem anos de solidão» para os povos negros, mas mil anos de suplícios abomináveis.

Certos historiadores afirmam que o tráfico transatlântico arruinou o tráfico transariano e oriental, sem o qual o continente africano não teria suportado uma tal sangria. Na verdade, durante 13 séculos ininterruptos, o tráfico árabo muçulmano deportou um número de africanos claramente superior ao do tráfico transatlântico, o que merece ao historiador inglês Reginald Coupland, a propósito da sangria efectuada pelos árabes muçulmanos, a seguinte declaração: «O número total de africanos importados ao longo dos séculos deve ser assombroso.» Muitos autores insuspeitos defendem esta mesma posição. Quanto às estatísticas exactas desta infâmia — pelo menos as que chegaram até nós, pois os seus agentes não mantinham registos escritos, ao contrário dos atlantistas —, revelam-se assustadoras. No entanto, certamente nunca saberemos quantos sucumbiram antes de chegar aos mercados. De acordo com alguns testemunhos, havia estradas onde as vítimas eram tão numerosas que se tornava possível seguir o rasto das caravanas pelos cadáveres que iam deixando atrás de si. De ambos os lados destas estradas, relata o viajante alemão Gerhard Rohlfs, viam-se as ossadas brancas dos cativos mortos. Alguns esqueletos tinham ainda os *katouns* (trajes de certas tribos africanas). Quem não soubesse o caminho para Bornu, prossegue ele, só precisava de seguir as ossadas espalhadas à esquerda e à direita da estrada; não tinha como se enganar.

*

Durante as razias, inúmeros homens eram mortos enquanto defendiam apaixonadamente a sua liberdade e a dos seus próximos, ao passo que os raros sobreviventes iam com as famílias perecer na miséria no meio dos pântanos. Em várias regiões africanas, todas as populações eram atacadas sem excepção: alguns homens, os mais fracos, caíam nas mãos dos caçadores árabes; outros, mais corajosos, eram mortos durante os ataques; os sobreviventes eram capturados e os feridos, abatidos, ou então abandonados à sua própria sorte. Entre estes últimos, muitos foram dizimados pela miséria, pelas epidemias e pela fome. Stanley, ao relatar uma razia no Alto Congo, concluía assim:

Nas 118 povoações mencionadas mais acima, os árabes fizeram 3600 escravos. Para isso, tiveram de matar, pelo menos, 2500 homens adultos e, além disso, 1300 dos seus cativos. Dada esta proporção, a captura de dez mil escravos feita pelas cinco expedições árabes custou a vida a, no mínimo, 33 mil pessoas.

A investigação acerca dos tráficos negreiros é sempre confrontada, obviamente, com o problema muito complexo das fontes: os raros dados estatísticos sobre a importância deste empreendimento homicida são extremamente fragmentários. Como no mundo ocidental — nomeadamente na Dinamarca e nos Países Baixos —, certos registos foram falsificados nos arquivos dos países árabo muçulmanos. Alguns fundos não foram inventariados, quando não se trata simplesmente do desaparecimento de arquivos privados ou públicos. Dito de outro modo, as fontes estatísticas do tráfico árabo-muçulmano continuam ocultas. Tal carência levou nos a trabalhar sobre hipóteses, relatos de quimbandas, comparações e testemunhos directos ou indirectos. Estes trabalhos resultaram frequentemente numa avaliação aproximativa mas que

nunca deixou de produzir uma abundância de números vertiginosos. Segundo determinadas fontes, sobretudo inglesas, só na cidade de Zanzibar foram vendidos 600 mil cativos entre 1830 e 1873.

O número exacto, porém, daqueles que foram transportados por via terrestre, com destino ao Magrebe e ao Egipto a partir de Tombuctu, Gao e Kano, permanecerá por muito tempo um mistério. O historiador Raymond Mauny, que estudou longamente a questão, chega a uma estimativa de 20 mil cativos africanos deportados todos os anos através do deserto, ou seja, dois milhões por século, do século VII ao século XIX, quatro milhões de escravos exportados pelo mar Vermelho, outros tantos pelos portos suaílis do oceano Índico. Todavia, o estudo mais credível sobre o assunto é o do historiador americano Ralph Austin. Os trabalhos deste investigador, que é indubitavelmente o maior especialista nesta questão e nunca tentou minimizar o crime dos ocidentais, constituem uma autoridade. As suas estimativas foram constantemente afinadas e permitem nos ter uma ideia suficientemente realista dos efectivos globais de cativos africanos deportados através do Sara, do mar Vermelho e do oceano Índico desde a Alta Idade Média. Com base nelas, podemos estimar em 7 400 000 o número de africanos deportados no âmbito do tráfico transariano, entre o século VII e o início do século XX. A isto é necessário acrescentar 1 565 000 cativos falecidos durante as viagens e outros 372 mil que ficaram ao longo do deserto ou nos oásis, o que dá, quanto ao Sara, o número de 9 337 000 cativos. Nas regiões próximas do mar Vermelho e do oceano Índico, teriam sido transferidos cerca de oito milhões de africanos.

Chegamos, assim, a um total de mais de 17 milhões de africanos.

Por si só, este tráfico estaria na origem de um pouco mais de 40 por cento dos 42 milhões de cativos africanos deportados. Certas fontes dizem que este número estará mesmo aquém da realidade.

Seria preciso aplicar-lhe uma margem de erro de, pelo menos, 25 por cento, num período que vai de meados do século VII ao século XX. Tendo em conta o facto de que, para um deportado «chegado a bom porto», três ou quatro teriam morrido, directa ou indirectamente, devido às consequências das «guerras santas de abastecimento», à destruição de povoações e celeiros, à fome e às epidemias, facilmente se imagina a amplitude de uma tal tragédia à escala de um continente.

Neste sentido, é difícil não qualificar este tráfico como um genocídio de povos negros através de massacres, razias sanguinárias e castrações maciças. Não deixa de ser curioso, no entanto, que haja muitos a desejar vê-lo para sempre ocultado pelo véu do esquecimento, frequentemente em nome de uma certa solidariedade religiosa, se não mesmo ideológica. É, na verdade, um pacto virtual, selado entre os descendentes das vítimas e os descendentes dos carrascos, que resulta nesta negação. Semelhante pacto é virtual, mas a conspiração é bem real. Numa espécie de «síndrome de Estocolmo à africana», toda esta gente se põe de acordo para responsabilizar o Ocidente. Tudo se passa como se os descendentes das vítimas se tivessem tornado devedores, amigos e solidários dos descendentes dos carrascos, a respeito dos quais decidem nada dizer.

Este silêncio selectivo em torno do crime árabo-muçulmano cometido sobre os povos negros, ou a sua subestimação, para melhor focar os projectores no tráfico transatlântico, é um cimento destinado a eternizar a fusão dos árabes e das populações negro-africanas, durante muito tempo «vítimas solidárias» do colonialismo ocidental. Todavia, alguns investigadores africanos muçulmanos arriscaram-se num longo e delicado empreendimento intelectual e religioso, com o intuito de desvincular o islão da cor da pele. Isto para melhor aproximar os povos negros dos

árabes e apagar uma página sombria da sua história comum. Tal trabalho foi literalmente varrido pelo reformismo muçulmano e pelo nacionalismo árabe. Estes dois movimentos, na sua própria essência, assentam antes de mais no dualismo que opõe os negros (*Sudan*), inferiores, *abd* (escravos) e assimilados a idólatras — daí uma subtil negação do islão — aos outros muçulmanos, superiores, isto é, os brancos (*Beidans*). Isto tem pelo menos o mérito de clarificar certos não-ditos prenhes de sentido e de incitar alguns investigadores africanos — por meio de artigos e alguns parágrafos em raras publicações — a tratar o crime árabo-muçulmano contra os povos negros, mas sempre de forma bastante tímida.

Qual o motivo de tal delicadeza e da tendência hipócrita de desdramatizar o papel e o impacto deste empreendimento criminoso? Pode parecer facilmente compreensível que letrados e outros intelectuais árabo-muçulmanos tentem apagar até a menor recordação de semelhante infâmia, como se nunca tivesse ocorrido. Na medida em que continuam a não se decidir a olhar a sua história de frente e a debatê-la com os seus compatriotas, esta parte da história da Humanidade permanece profundamente enterrada na memória culpada dos povos por ela responsáveis. Por outro lado, é difícil compreender a atitude de inúmeros investigadores — e até de alguns afro-americanos que se vão convertendo cada vez mais ao islão —, atitude nem sempre saudável, fortemente animada por uma espécie de autocensura. Como se evocar o passado negreiro dos árabes muçulmanos equivalesse a minimizar o tráfico transatlântico.

Ainda não se encontra francamente aberto o debate acerca da génese e das consequências apocalípticas da sangria secular de África operada pelos árabes. Se, oficialmente, o último mercado de escravos foi fechado em Marrocos no ano de 1920, esta

calamidade perpetuar se-ia até aos nossos dias, nomeadamente nos Emirados do Golfo e em certos países do Médio Oriente. Outro país «árabo-muçulmano» mantém ainda, sob diversas formas, esta hedionda instituição social: a Mauritânia. Como nota um observador:

A escravatura continua a ser um assunto tabu. Nem as autoridades tradicionais nem os poderes públicos desejam ser acusados. Assim, para evitar a acusação de complacência, se não mesmo de cumplicidade, uns e outros esforçam-se por abafar qualquer tentativa de lançar o problema para a praça pública e debatê-lo. Paradoxalmente, manter o silêncio sobre os problemas faria as vezes de solução. Ora, esta política de silêncio cria as próprias condições de perenidade da escravatura. Por detrás deste mutismo defensivo perfila-se o receio de ver os escravos reivindicar uma maior participação no exercício do poder.

Embora partilhem a mesma religião e sejam «politicamente solidários», os imigrantes da África Negra na Líbia, em Marrocos e na Argélia sempre se queixaram de ser tratados com desprezo, vergonhosamente explorados e muitas vezes violentados.

No Norte de África, a rota transariana da escravidão continua operacional. A única diferença é que, hoje, são os emigrantes clandestinos africanos que nela transitam.

Fabrizio Gatti, repórter italiano do *Corriere della Sera*, investigou acerca deste novo esclavagismo e assinala:

Para não morrerem de fome, trabalham gratuitamente nas casas dos comerciantes. Lavam as panelas, tratam dos jardins, colhem tâmaras, a troco de um prato de massa, um café ou alguns cigarros. Desejavam chegar a Itália e agora são escravos. O patrão só os deixa partir depois de meses de trabalho. Porém, o medo de todos é permanecerem prisioneiros mais de um ano. Os que se encontram

nesta situação enlouqueceram e vivem no matagal. Não é uma história nova. Os árabes líbios consideram que os habitantes da costa africana são seres inferiores. Antes, atravessavam o Sara para os comprar e revender como escravos. Agora, amontoam-nos em camiões e tratam-nos pior do que se fossem animais. Ninguém se preocupa se estes clandestinos morrem no deserto.

Só que, se a maioria dos africanos deportados no mundo árabo-muçulmano — ao contrário do Novo Mundo, onde a diáspora continua activa quanto a esta questão — praticamente desapareceu devido à generalização da castração, os carrascos de ontem são hoje identificados e têm nomes, porque os factos são incontornáveis. O tráfico árabo-muçulmano é bastante anterior à chegada dos europeus ao continente negro. Milhões de africanos foram raziados, mortos ou capturados, castrados e depois deportados em condições desumanas — principalmente para o Oriente, o Egipto e outros reinos islamizados —, em caravanas que atravessavam o Sara ou por via marítima, a partir dos entrepostos da África Oriental. Sob o pretexto religioso da islamização dos povos, cometiam-se os crimes mais revoltantes e as crueldades mais atrozes. Este empreendimento criminoso foi premeditado, perpetrado, codificado e justificado durante séculos por estes povos que, no entanto, dizem pertencer a uma religião monoteísta e humanista que segue os ensinamentos do profeta Maomé.

O nosso propósito nada tem de moralizador. Como comparar o que aconteceu, tendo em conta as mentalidades e as sensibilidades da época, com o nosso presente?... Pretendemos apenas informar acerca da anterioridade e da dimensão colossal do terrível tráfico transariano e oriental. Assim, é tempo de os investigadores dos países em causa aceitarem debruçar-se sobre esta página sinistra da nossa história comum. Não se poderá tirar dela nenhuma lição

se não houver um reconhecimento franco e oficial destes factos comprovados. Esperava-se muito da conferência de Durban, principalmente coragem quanto à questão no seu conjunto. Os participantes, contudo, simplesmente conseguiram ocultar o papel e a responsabilidade das nações árabo-muçulmanas no martírio dos povos negros, durante mais de 13 séculos ininterruptos. Numa mistura frequentemente despropositada, nela chegou se mesmo a ouvir falar de «crimes sionistas» e de solidariedade com os palestinianos. Todavia, relativamente ao que interessa aos povos, a conferência de Durban contentou-se em acusar os negreiros ocidentais, com pedidos de arrependimento e reparação, deixando o resto em silêncio. Entre outros aspectos, foi isto o que perverteu o espírito do encontro, no qual deviam ter sido exibidas todas as verdades, responsabilidades e cumplicidades no âmbito dos tráficos negreiros — de todos eles. Um véu de silêncio, porém, cobriu ali o crime dos árabes. Um silêncio tanto mais falacioso quanto é alimentado por falsas aparências e argumentos de autoridade, que adiam um esclarecimento absoluto acerca do assunto. Inúmeros manuscritos permanecem, no entanto, adormecidos nos arquivos dos países outrora sob administração otomana.

De resto, os horrores deste genocídio encontram-se hoje mais bem desenhados, graças nomeadamente aos testemunhos dos exploradores Burton, Livingstone, Stanley e Cameron, dos governadores Gordon e Emin Pasha, e de mercadores árabes como Al-Hajj Faraj al-Funi. Outros elementos, ainda não avaliados, poderiam igualmente esclarecer nos, sobretudo num momento em que os investigadores são capazes de cruzar dados da História, da tradição oral, da antropologia e da demografia, para colmatar as carências da documentação escrita.

Nesta tragédia, a memória dos mortos é mais terrível do que a dos vivos, porque o seu sangue, em vez de clamar por vingança,

exige justiça perante a História. Tanto mais que esta última parece vacilar no Darfur (cf. Introdução). Para que o famoso «Nunca mais!» lançado a seguir à Segunda Guerra Mundial possa adquirir sentido, nenhuma amnésia colectiva deveria conseguir ocultar indefinidamente acontecimentos comprovados – pois a memória humana assimilou que os horrores da História nunca devem cair no esquecimento.

Anexos

Versículos do Alcorão que encorajam a escravização dos não-muçulmanos pelos muçulmanos

- XXXIII, 52. Além dessas não te será permitido casares com outras, nem trocá-las por outras mulheres, ainda que as suas belezas te encantem, *com exceção das que a tua mão direita possua*. E Alá é Observador de tudo.
- XVI, 71. Alá favoreceu, com a Sua mercê, uns mais do que outros; porem, *os favorecidos não repartem os seus bens com os seus servos, para que com isso sejam iguais*. Desagradecerão, acaso, as mercês de Alá?
- V, 43 A esposa não tem o direito de se opor ao marido quanto a *possuir escravas fêmeas e ter relações [sexuais] com elas [viola-las]*. E Alá sabe mais que todos.
- IV, 24. Também vos está vedado desposar as mulheres casadas, *salvo as escravas que possuis*. [...] Alá é Sapiente, Prudentíssimo.
- XXIII, 1. É certo que prosperarão os crentes [...]
- , 5. Que observam a castidade
- , 6. Excepto para com os seus cônjuges ou *cativas* [...].
- XXXIII, 50. Ó Profeta, em verdade, tornamos lícitas para ti as esposas que tenhas dotado, assim como *as que a tua mão direita possui que Alá tenha feito cair em tuas mãos* —, as filhas de teus tios e tuas tias paternas, as filhas de teus tios e tuas tias maternas [...].

XXIV, 33. Não inciteis as vossas *escravas* à prostituição, para proporcionar-vos o gozo transitório da vida terrena, se elas quiserem viver castamente. Mas se alguém as compelir a isso, Alá perdoar-lhes-á por terem sido compelidas, porque é Indulgente, Misericordiosíssimo.

LXX, 29-31. Aqueles que observam a castidade, excepto para com as esposas ou *aquelas que estiverem a mão [as cativas]*, nisso não serão reprovados. Mas aqueles que se excederam nisso serão os transgressores.

A maldição de Cam

Explica o Génesis, IX, 20-27, que Noé, agricultor, começou a plantar uma vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se e despiu-se dentro da sua tenda. Cam, o pai de Canaã, ao ver a nudez do pai, saiu a contar o sucedido aos dois irmãos. Então Sem e Jafet agarraram uma capa, colocaram-na sobre os ombros e, andando de costas, cobriram a nudez do pai, sem a terem visto, porque não voltaram o rosto para trás. Quando despertou da sua embriaguez, Noé soube o que tinha feito o seu filho mais novo e disse: «Maldito seja Canaã! Que ele seja o último dos servos dos seus irmãos.» E acrescentou: «Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem, e que Canaã seja seu servo. Que Deus aumente as posses de Jafet e que Ele resida nas tendas de Sem, e que Canaã seja o seu servo.»

Até ao século XI, esta história, que conservara um carácter bastante abstracto, nunca fora realmente associada a qualquer cor ou raça. Também é preciso sublinhar que, antes do verdadeiro apogeu do tráfico, as representações de África e dos africanos na Europa ainda não eram pejorativas. Os Reis Magos negros, nas cenas da Natividade, eram então representados de forma neutra. No Norte da Europa, as estátuas e os quadros em que figurava São Maurício, mártir tebano que, por volta de meados do século XIII, se tornara um santo germânico que presidia à cristianização dos eslavos e dos magiares, retratavam-no com traços negróides. Os muçulmanos foram os primeiros a recorrer à maldição

de Cam para justificar a escravização das populações negras. E foram seguidos pelos comentadores europeus.

Na história original, a culpa recaía mais sobre Canaã: os cananeus, na verdade, eram escravos dos israelitas. Mas afinal, no Gênesis, era Cam o culpado. Fazer dos negros os descendentes de Cam permitia, portanto, encontrar uma base nos textos sagrados para legitimar a sua escravização. De seguida, no século xvii, foram dois crioulos de origem espanhola, Buenaventura de Salinas y Cordova e Leon Pinelo, que procuraram servir-se disto de modo a legitimar o tráfico atlântico.

Testemunho de Hayrettin Effendi, último eunuco do último sultão

Recordo-me da minha infância como se tivesse sido ontem. Sou oriundo do Habeshistan. Sou um galla. O meu nome era Gulnata. Vivíamos numa pequena aldeia. Éramos muito felizes. Eu tinha sete ou oito anos. Brincava com crianças da minha idade na praça da aldeia. Brincávamos sempre ao mesmo jogo. Corríamos uns atrás dos outros. Então, um dia, apareceram uns cavaleiros. Não se pareciam com os homens da nossa terra. Tinham o rosto mais claro. Vinham armados. Apanharam-nos. Um deles fechou-me a boca à força e quase asfixiei. Os meus olhos saíam das órbitas. Apanharam todos os meus amigos e levaram-nos. Eu não compreendia a língua deles. Foi só mais tarde que soube que falavam árabe. Chegados a uma aldeia, puseram-nos num pátio. Ali havia outras crianças como nós. Falavam a nossa língua. Soluçavam. Não compreendíamos porque nos tinham levado. Todos partilhávamos a mesma infelicidade. Ficámos três dias sem beber nem comer. Estávamos assustados.

Alguns dias mais tarde, fomos castrados em Massaua, península da costa etíope ocupada pelos turcos. Durante vários anos, não esqueci a dor e a tortura sofridas. Duas semanas após a castração, começámos a curar-nos. Fomos conduzidos para os portos. Havia rapazes e raparigas como nós. Nem todos falávamos a mesma língua, mas partilhávamos a mesma sorte. Todos os rapazes eram castrados. Havia um perfeito

entendimento entre nós. Então, fizeram-nos subir a bordo de um barco. Felicitávamo-nos por ter escapado àqueles monstros. Mas para onde nos levavam? Pensávamos que iam lançar-nos ao oceano. Não sabíamos nada. Estávamos na incerteza mais absoluta. As nossas aldeias, os nossos irmãos, irmãs, mães, todos ficaram para trás. Seria possível voltar a vê-los um dia? Alguns de nós choravam incessantemente. Todos tínhamos medo de ser afogados. Víamos o mar pela primeira vez e tínhamos medo. Tínhamo-nos juntado no barco. Observávamos as ondas. Que outras desgraças nos esperavam? Durante a travessia, o navio negreiro foi inspeccionado por uma patrulha inglesa, e os negreiros árabes foram presos. Todos foram conduzidos ao porto de Áden, no Iêmen. As crianças começaram a gritar de alegria, julgando que íamos regressar às nossas terras.

A alegria foi de pouca dura. O intérprete informou-nos que seria muito difícil levar-nos de volta para as nossas aldeias. A escravatura tinha sido abolida. Éramos livres. Em Áden, fizeram-nos sair do barco. Fomos conduzidos à praça do mercado. O comandante inglês pronunciou um discurso traduzido para árabe. Não percebemos nada. De seguida, traduziram-no para habesh. Como a venda de escravos era proibida, iam dar-nos a famílias de oficiais e de funcionários públicos que lhes mereciam confiança. Os oficiais eram otomanos e os funcionários públicos, sanjaques. Um oficial otomano, Yakup, em missão em Áden, escolheu-me e levou-me para Istambul. Era Inverno. Era a primeira vez que eu via neve. Tinha frio. Yakup ofereceu-me a uma celebridade de Istambul. Fiquei decepcionado. Gostava de Yakup como se fosse meu pai. Ofereceu-me a Cerkez Mehmet Pasha. Poder-se-á oferecer um ser humano como presente? Nesse momento compreendi que sim. Em 1918, com o *Mesutiet*, fomos libertados. Comprámos esta casa com uma amiga, uma dama do palácio. Vamo-nos desembaraçando. É o nosso destino.

Balizas cronológicas

No mundo árabo-muçulmano

OMÍADAS

- 756 Abderramão I, último omíada de Damasco, funda uma dinastia em Córdoba.
- 784 Início da construção da Grande Mesquita de Córdoba.
- 929 Abderramão III proclama-se califa e corta os laços com Bagdade.
- 961 Aláqueime II, califa erudito, cria uma biblioteca de 400 mil livros.
- 1031 Queda da dinastia. Surgimento de reinos independentes, os taifas.

ABÁSSIDAS

- 749 Descendentes de Abbas, tio do profeta, os abássidas derrubam os omíadas.
- 762 Fundação de Bagdade pelo califa al-Mansûr.
- 786-809 Reinado de Harune Arraxide. Apogeu do califado.
- 1055 Chegada dos turcos seljúcidas.
- 1258 Os mongóis arrasam Bagdade e a sua população.

FATÍMIDAS

- 969 Descendentes de Ali, genro do profeta, os fatímidas conquistam o Egipto e fundam o Cairo.
- 973 Proclamação do califado. Começo da construção da mesquita de Alazar.

- 996-1021 Reinado de Aláqueme. Lutas com tropas berberes.
 1035-1094 Reinado de Almostancir. Numerosos ataques beduínos no Vale do Nilo.
 1171 Conquista do Egito pela dinastia dos aiúbidas.

Em África

- Cerca do século vi a. C. Périplo cartaginês ao longo das costas ocidentais de África.
 Século vii d. C. A Etiópia, suplantada pelo islão no mar Vermelho, retira-se para os cumes do Amhara e do Xoa. Início do tráfico negreiro pelos árabes.
 763 Kaya Maghan Cissé no Gana.
 Final do século viii O geógrafo árabe Al-Fazari menciona pela primeira vez o Gana como «país do ouro».
 930 Ibn Hauçal menciona os saô (sô) do lago Chade.
 1076 Saque da capital do Gana pelos almorávidas.
 Século xii Os árabes estabelecem-se em Sofala. Expansão dos iorubás. Difícil desenvolvimento do Mali. O reino de Sosso domina a região após o declínio do Gana.
 1235 Sundiata Keita, depois de ter vencido o rei de Sosso, Sumanguru Cante, reina sobre o Império do Mali. Desenvolvimento dos reinos costeiros do Congo.
 1312-1337 Mansa Muça reina sobre o Império do Mali.
 1486 Bartolomeu Dias chega ao cabo da Boa Esperança.
 1498 Vasco da Gama chega à costa oriental de África (Melinde).
 Cerca de 1500 Navegadores portugueses chegam a Madagáscar.
 Século xvii A Costa Suaíli encontra-se sob domínio omanês.
 1742 Início da exploração das Seicheles por Picault.
 1815 Em Fevereiro, as potências europeias comprometem-se a proibir o tráfico negreiro no Congresso de Viena. Em 29 de Março, decreto de Napoleão I, durante os Cem Dias, a proibir o tráfico de negros.
 1865-1870 Grandidier explora Madagáscar.
 1885 Início da rivalidade anglo-germânica na África Oriental.

- 1890 Expropriação do sultão de Zanzibar. O Acto Geral da Conferência Internacional de Bruxelas abole o tráfico continental africano.
- 1926 A convenção da Sociedade das Nações define «escravatura»: «Estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem os atributos do direito de propriedade ou alguns de entre eles.»
- 1956 Convenção da ONU que estende a definição e a abolição da escravatura.

Glossário

ÁRABE: Originalmente, a palavra «árabe» era um nome que designava três tipos de indivíduos: aqueles cuja língua era o árabe; aqueles que eram filhos de árabes; aqueles que viviam nas terras dos árabes, que correspondem à Península Arábica, a partir do mar Quízum, do mar de Basra e do limite máximo do lémen, até à entrada do Sham. Portanto, o lémen está incluído neste território, mas não al Sham. Era a terra dos árabes no tempo do seu despertar e da sua propagação, e até antes disso. Quando o islão surgiu e se difundiu até às grandes cidades, os árabes continuaram a viver nestas terras, do extremo oriental ao extremo ocidental, e nas costas do Sham e da Arménia. E nestas terras viviam os persas, os romanos, os berberes e alguns outros povos. (Definição de Ibn Taymiyyah [1263-1328])

CAM (maldição de): Alguns textos bíblicos consideram o Egito «o país de Cam» (Salmos 105, 23-27). Na verdade, os egípcios chamavam ao seu país Khémit, que significa «negro», devido ao limão-negro do Nilo, ou então, como pensam alguns investigadores, devido à população, que era negra. Mas, segundo o relato bíblico, a descendência de Cam, antepassado dos negros, teria sido amaldiçoada por Noé.

CUXE: Nome que os egípcios davam aos territórios compreendidos entre a primeira e a terceira catarata e que conhecemos pelo nome de Núbia.

ESCRAVATURA: Um escravo é um indivíduo de tal forma controlado por um ou vários sujeitos que a sua vontade não lhe determina o curso da

vida; não lhe é concedido o direito de obtenção de uma remuneração pelo seu trabalho e sacrifícios. De acordo com Kevin Bales, um dos maiores especialistas mundiais no domínio da escravidão contemporânea, «os indivíduos são submetidos à escravidão coagidos pela violência e contra a sua vontade, para fins de exploração». Enquanto a maioria das pessoas considera a escravidão um fenómeno que pertence ao passado, tal prática continua florescente em contextos em que a pobreza, as condições sociais e a credulidade podem ser exploradas. Bales estima que, neste momento, o número de escravos no mundo ascenda a 27 milhões (Kevin Bales, *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*, University of California Press, 1999).

ETIÓPIA O nome da Etiópia vem do grego *aethiops*, que significa «rosto queimado». Designava a África situada abaixo do Egipto. Esta denominação, em vigor quando a Etiópia era chamada Abissínia, correspondeu de seguida às regiões que iam da Eritreia, passando pela Somália, até à Núbia.

HÁDICES: «Afirmações». Este termo designa as tradições que relatam os actos e palavras do profeta, considerados como exemplos a seguir. É uma «lei oral» que constitui o segundo fundamento do direito depois do Alcorão e que foi compilada e transcrita no século ix. Não são palavras divinas. Os hádices formam a suna, daí o nome «islão sunita». Os hádices integraram diversas antologias (*sahih*) feitas por muçulmanos devotos, mas nalguns casos muito tempo após a morte do profeta. Alguns autores recensaram mais de 700 mil! Estas diferentes antologias alimentam em particular a oposição entre xiitas e sunitas. Os hádices são classificados por graus de admissibilidade (*daraja al-qabûl*). Alguns autores, como al-Bukhari, classificaram os hádices como autênticos, aceitáveis ou simplesmente rejeitados. Admissíveis (*maqbul*: «admitido», «plausível»); sagrados (*qudsî*); autênticos (*sahh*); notórios (*mutawatir*: «recorrente»); bons («belo», «bom»); inadmissíveis (*mardd*: «rejeitado», «afastado»); fracos («faltoso», «frágil»); estes hádices são frequentemente apócrifos. Existem seis antologias de hádices «autênticos» (*sahih*); dois deles são considerados excelentes, pelo que se lhes chama *sahih*.

HÉGIRA: Significa «emigração» ou «exílio», palavra derivada do árabe *hijra*, que quer dizer «emigração». O termo «hégira» designa a era islâmica com início a 16 de Julho de 622 da era cristã, data da fuga do profeta Maomé e dos seus fiéis de Meca para Yathrib, que passa então a chamar-se Medinat al-Nabi, «A Cidade do Profeta». É ao segundo califa, Omar, que se deve a instauração prática da era hegiraniana. Ao período anterior à Hégira, os muçulmanos chamam *djahiliyya*, ou seja, «tempos de furor».

ISLÃO: Cronologicamente, o islão é a terceira religião monoteísta, da família das religiões abraâmicas, sendo as outras o judaísmo e o cristianismo. Surgido na Arábia no século VII, distingue-se das outras correntes monoteístas, das quais herda numerosos elementos. O islão tem um livro sagrado, o Alcorão, cujo dogma assegura que alberga as revelações de Deus feitas ao profeta Maomé por intermédio do anjo Gabriel. «A religião de Deus é o islão»: assim se exprime o Alcorão no capítulo III, versículo 17. Este nome, que foi dado à doutrina pregada pelo profeta Maomé, é geralmente explicado como marca da ideia da resignação a Deus ou da submissão absoluta às suas vontades. Talvez conviesse que a palavra «islão» conservasse o seu significado etimológico de «entrega» e que fosse explicada pela obrigação do ser humano de pagar a dívida contraída perante o Ser Supremo que lhe deu a vida. Com efeito, as religiões monoteístas anteriores só falavam do *iman*, isto é, a crença em Deus e na vida futura. O islão acrescentou, em termos formais, o dever de pagar um tributo de reconhecimento à divindade.

O islão divide-se em vários ramos. O principal é o dos sunitas, largamente maioritário. A seguir, o dos xitas. Os outros, como o dos caríitas, são numericamente menos importantes. O sufismo representa propriamente a forma mística do islão (tanto sunita quanto xita); já o Kalam (teologia racional) agrupa correntes de carácter sobretudo filosófico (sendo o mais importante o dos murazilitas, cuja doutrina é chamada mutazilismo).

JIHAD: Esforço empreendido pela guerra santa para difundir o islão.

MAGREBE: *Al-Maghrib* significa «o Poente» ou «o Ocidente», devido à sua posição ocidental relativamente ao mundo árabe. Opõe-se ao

Machreb, «o Levante», que designa o Oriente árabe e que vai do Egipto ao Iraque, passando pela Península Arábica.

MALI (Império do): O Império do Mali foi fundado no século XII por Sundiata Keita. Conheceu o apogeu no século XIV, estendendo-se entre o Sara e a floresta, o oceano Atlântico e a curva do Níger, isto é, pelos actuais Mali, Senegal, Gâmbia, Guiné e Mauritânia.

MANSA MUÇA: Cerca do ano de 1312, Mansa Muça chega ao poder. É durante o seu reinado que o Império do Mali atinge o apogeu: do Adrar des Ifogha ao estuário do Gâmbia. Em 1324, faz uma peregrinação a Meca que se tornará celebre pelo seu fausto: acompanhado por milhares de servos e de escravos, transporta tanto ouro (cerca de dez toneladas) que o valor do metal precioso baixa durante vários anos. A sua generosidade provoca uma grande impressão. Mansa Muça regressa ao Mali acompanhado de vários homens de ciência e de cultura, entre os quais Abu-Isack-es-Saheli, originário de Granada, que foi o arquitecto da mesquita de Djingarey-Ber, construída em 1328 em Tombuctu. Mansa Muça morre em 1337.

RAÇA. Aparentemente, no mundo cristão é o tráfico e a escravidão dos negros que se encontram na origem das primeiras construções ideológicas racistas. É em resposta à grande revolta dos escravos de São Tomé, de 1530 a 1536, que foram forjadas as primeiras teorias «raciais» sobre a inferioridade dos negros. O termo «raça» surge já no final do século XV (consultar Marian Malowist, «Les débuts du système de plantations dans la période des grandes découvertes», *Africana Bulletin*, 10, Varsóvia, 1969). Quanto a Robin Blackburn, também demonstra que as teorias raciais que consideram «as características fisiológicas específicas da pele, da cor e do fenótipo» como «critérios decisivos da raça» estão fortemente associadas à experiência da escravatura nos campos de cultivo.

SERVIDÃO: Trabalho efectuado num campo que pertence a outra pessoa e com o objectivo de prestar um serviço definido a esta pessoa, com ou sem remuneração, e por um indivíduo que não é livre de mudar de estatuto.

SUDÃO: Este nome que os historiadores árabes davam ao «País dos Negros» também designa os próprios negros. Mais tarde, alguns

geógrafos ocidentais denominarão como Sudão Francês a parte da África Ocidental que compreende a actual República do Mali. Isto por oposição ao Sudão que é hoje uma república islâmica.

SUNDIATA KEITA: Sundiata Keita, imperador do Mali, nasceu em 1190 em Niani (Reino Mandinga, actual Guiné). Formou um exército e conseguiu vencer o exército de Sumanguru Cante em 1235, em Kirina. Então, Sundiata Keita reúne todos os reinos para constituir o império do Mali. É proclamado *Mansa*, o que significa «Rei dos Reis». Estabelece a capital em Niani, a sua cidade natal, hoje uma pequena aldeia da Guiné junto à fronteira maliana. Sundiata Keita morre em 1255, provavelmente afogado.

TOMBUCTU: Na orla do Sara e a algumas centenas de metros do rio Níger, Tombuctu, ou Mali, foi durante muito tempo uma povoação fechada aos europeus. Encruzilhada comercial na época das caravanas, foi igualmente palco de uma intensa vida intelectual. Durante esta idade de ouro, milhares de livros foram escritos à mão e, depois, abandonados à poeira do deserto. Até começarem a ser exumados. Da noite do esquecimento emerge, assim, uma apaixonante história de África até hoje ignorada. Tombuctu, a «cidade santa», a «misteriosa», a «inacessível» que fascinou tantos exploradores — do escocês Mungo Park ao francês René Caillé, passando pelo alemão Heinrich Barth —, é uma fabulosa cidade de areia situada no nordeste do actual Mali, nos confins a sul do imenso deserto do Sara e retirada na margem esquerda do rio Níger.

Fundada por volta do século xi pelos tuaregues, a cidade impõe-se a partir do século xiv como um centro de comércio capital entre o antigo Sudão e o Magrebe. Transitam por ela o sal de Taudeni, o ouro das minas de Buré e os escravos do Gana. Mercadores árabes e persas ali se cruzam com viajantes e filósofos muçulmanos animados pelo ardente desejo de converter as populações locais para a fé de Alá. É a época em que a África Saeliana se divide entre os impérios que se convertem ao islão e os outros. Se o Império Mossi (actual Burquina Faso) resiste a entregar-se à religião de Maomé, o Império Songai — que sucede ao Império do Mali no final do século xiv — adere a ela.

TRÁFICO: Esta palavra abrange «qualquer acto de captura, de aquisição ou de cessão de um indivíduo com o objectivo de o reduzir à escravidão; qualquer acto de aquisição de um escravo com o objectivo de o vender ou trocar; qualquer acto de cessão por venda ou troca de um escravo adquirido com o objectivo de ser vendido ou trocado; bem como, em geral, qualquer acto de comércio ou de transporte de escravos». O tráfico de negros é, para usar os termos exactos da definição dada pelo *Dictionnaire de l'Académie Française*, «o comércio de escravos negros». A sua motivação teria sido, antes de mais, económica, com os escravos a servir principalmente de mão-de-obra de baixo custo. No entanto, a lógica económica não é desprovida de ideologia, visto que o racismo também serviu para justificar a escravização e as condições de vida desumanas impostas aos negros após a sua captura. O tráfico dos negros é hoje considerado em França um crime contra a Humanidade.

ZANZIBAR: Muito antes da era cristã, ricos mercadores gregos e fenícios dirigem-se à África Oriental para procurar marfim. Emigrantes árabes e persas ali se implantam no século VII. De acordo com certos autores, estes mercadores deram à região o nome de «Zing el Bar», que, etimologicamente, pode ser traduzido como «Terra dos Negros». Com efeito, *zing* é uma palavra persa que significa «negro» e *bar* é uma palavra árabe que designa «a terra». A partir de 1698, o sultão de Omã comanda Zanzibar a partir do seu palácio de Mascate. Omã é uma rica potência comercial situada entre a Arábia, a África e a Índia. O sultão deseja dinamizar a economia com menos custos, daí a ideia da escravidão. Como o islão proíbe que um muçulmano faça de outro muçulmano um escravo, os árabes acabam por importar negros do continente africano. As caravanas árabes transportam para Bagamoyo e, depois, para Zanzibar tanto marfim (ouro branco) quanto escravos (ouro negro).

ZANJS: A origem desta palavra é árabe, mas também foi durante muito tempo empregue pelos escritores persas para designar os africanos das costas ou do interior. A região era povoada por numerosas etnias africanas negras a que os árabes chamavam, indiferenciadamente, *zanji*.

Assim, os primeiros a ser objecto de tráfico em direcção dos países islâmicos foram os habitantes da costa oriental de África. A palavra «zanj» é de uso muito antigo, visto poder ser encontrada em *Périplo do Mar Eritreu* e no mapa de Promoleu.

Bibliografia

- AL-BEKRI, *Description de l'Afrique septentrionale par Abou-Obeid*.
- AL MASUDI, *Les prairies d'or*, ed. e trad. de C. Barbier de Meynard e Pavel de Gouteille, Paris, 1861-1877; trad. Ch. Pellier, Paris, 1962-1971.
- AUSTIN, R., *African Economic History*, 1987.
- , «The Transsaharan Slave Trade: A Tentative Census», *The Uncommon Market* (ed. de H. A. Gemery e J. S. Hogendorn), Nova Iorque, 1979.
- Autobiographie de Hamed ben Mohammed el-Murjebi, Tippou-Tip, 1840-1905*, reeditada pela Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Bruxelas, 1974.
- BARRY, B., *La Sénégambie du xv.^e au xix.^e siècle: traite négrière, Islam et conquête coloniale*, L'Harmattan, Paris, 1988.
- BARTH, H., *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale dans les années 1849 à 1855*, Paris, 1863.
- BATTUTA, Ibn, *Voyage d'Ibn Battuta*, tomo iv, trad. B. R. Sanguinetti, 1922.
- BERLOUX, E. F., *La traite orientale, histoire des chasses à l'homme organisées en Afrique*, Paris, 1870.
- BRAUDEL, E., *Grammaire des civilisations*, Flammarion, Paris, 1987.
- BRUCE, J. (1730-1794), *Travels to Discover the Source of the Nil*, 1790.
- CA' DA MOSTO, *Voyages*, ed. G. R. Crone, Hacluyt Society, 1957.
- Chronique de Kisiwa (África Oriental)*, século xvi.

- CLAPPERTON, Hugh, *Narrative of Travels and Discoveries in Northern and Central Africa*, Londres, 1826.
- , *Journal of a Second Expedition Into the Interior of Africa*, Londres, 1829.
- COQUERY-VIDROVITCH, C., *Afrique noire, permanences et ruptures*, Payot, Paris, 1985.
- , *L'Afrique et les Africains au XIXe siècle*, Armand Colin, Paris, 1999.
- CORDELL, D., *Daar al-Kuti and the Lost Years of the Transsaharian Slave Trade*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1985.
- CORNEVIN, Robert e Madeleine, *Histoire de l'Afrique, des origines à nos jours*, Payot, 2.^e ed., 1966.
- CUOQ, J., *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII.^e au XVI.^e siècle*, Paris, 1975.
- DAGET, S., *La traite des Noirs*, Ouest-France Université, 1990.
- ENNAJI, M., *Soldats, domestiques et concubines*, Casablanca, Éd. EDDIF, 1997.
- ERDEM, Y. H., *Slavery in the Ottoman Empire and its Demise, 1800-1909*, Londres, Macmillan Press Ltd, 1996.
- ES-SADI, A., *Tarikh Es-Doudan*, trad. Houdas, Éd. Leroux, reimpressão A. Maisonneuve, Paris, 1964.
- FISHER, Allen G. B., e FISHER, Humphrey J., *Slavery and Muslim Society in Africa*, Londres, C. Hurst & Co., 1970.
- FERRO, M., *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde entier*, Paris, Payot, reed. 1992.
- FRANK, L., *Mémoire sur le commerce des Negres au Caire*, Estrasburgo, 1802.
- GOUREVITCH, J.-P., *La France en Afrique. Cinq siècles de présence: vérités et mensonges*, Éditions Acropole, 2006.
- GUILLAIN, C. H., *Documents sur l'histoire, la géographie et le commerce de l'Afrique orientale*, Paris, 1850.
- GUILLAUMET, É., *L'esclavage au Soudan*, Paris, A. Savine Éditeur, 1895.
- HAEDO, Frey Diego de, *Topographie et histoire générale d'Alger*, Paris, Bouchène, 1998.

- HEERS, J., *Les traites négrières en terres d'islam*, Paris, Éditions Perrin, 2004.
- Herodote.com, *site de professeurs de História*.
- IBN FADL ALLAH AL-OMARI, *L'Afrique moins l'Égypte*, trad. Gaudetroy-Demombynes, Paris, 1927.
- IDRISI, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, ed. e trad. de Dozy e de Goeje Leiden, 1864-1866.
- KI-ZERBO, J., *Histoire de l'Afrique noire*, Paris, Éditions Hatier, 1995.
- LAVIGERIE, C., *Conférence sur l'esclavage dans le haut Congo, faite à Sainte-Gudule de Bruxelles*, 1888.
- LEDA, F., *Tippu Tip and the East African Slave Trade*, Nova Iorque, St Martin's Press, 1975.
- LEWIS, B., *Races et couleurs en pays d'Islam*, Paris, Payot, 1971.
- LIEBOWITZ, D., *The Physician and the Slave Trade. John Kirk: The Livingstone Expedition and the Crusade Against Slavery on East Africa*, Nova Iorque, W. H. Freeman and Co., 1999.
- LIVINGSTONE, David e Charles, *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries*, de David e Charles Livingstone, 1865, e *How I Found Livingstone*, de Stanley, 1872.
- Le dernier journal de Livingstone*, trad. Henriette Loreau, Paris, Lettres Modernes, 1875 (*Le Tour du monde*, n.º 756-761, 1875, excerto, Bibliothèque Nationale de France, Gallica).
- MURRAY, G., *L'esclavage dans le monde arabe VII.^e-XII.^e siècle*, Paris, Robert Laffont, 1987.
- NACHTIGAL, G., *Sahara and Sudan*, tradução do alemão, Londres, 1974, t. 1, pp. 216-217.
- PARK, Mungo, *Voyage à l'intérieur de l'Afrique*, Maspero, Paris, FM/La Découverte, 1980.
- RENAUD, F., *Tippu Tip. Un potentat arabe en Afrique centrale au XIX^e siècle*, Paris, SFHOM, 1987.
- , *La traite des Noirs au Proche-Orient médiéval (VII. -XIX.^e siècle)*, Paris, Geuthner, 1989.
- , «La traite des esclaves noirs en Libye au XVIII.^e siècle», *J. A. H.*, 1982.

- SERBIN, S., *Reines d'Afrique et héroïnes de la diaspora noire*, Paris, Éditions SEPIA, 2004.
- SHERIF, Abdul, *Slaves, Spices and Ivory in Zanzibar*, Athens, Ohio University Press, 1991.
- STANLEY, Henry Morton (1841-1904), *Dans les ténèbres de l'Afrique*, edição francesa de Junho de 1890, Paris, Hachette et Cie, *Through the Dark Continent*, 1879.
- , *À travers le continent mystérieux*, 1878.
- ZEYS, *Esclavage et guerre sainte*, Paris, 1900.

Estudos

- ALPERS, E. A., *The East African Slave Trade*, Berkeley, 1967.
- BALANDIER, G., *La vie quotidienne au royaume du Congo du xv.^e au xviii.^e siècle*, Paris, 1965.
- BARRY, A., *L'Afrique sans le capitalisme*, ed. T. S. Zed & Harris, colecção «Points de vues», 1996.
- BOVILL, E. W., *Caravans of the Old Sahara*, 1933.
- , *The Golden Trade of the Moors*, 1968.
- BURTON, T. F., *Zanzibar City, Island and Coast*, Londres, 1872.
- CANARD, M., «Les géographes arabes du xi.^e au xii.^e siècle en Occident», trad. I. Kratchkowski, *La littérature géographique arabe*, in *Œuvres choisies*, t. iv, Moscou, 1957, *Annales de l'Institut d'Études Orientales*, Argel, 1960-1961.
- CHITTIK, N., «Kilwa and the Arab Settlement of the East African Coast», *Journal of African History*, 1963.
- CUOQ, J. M., *Les musulmans en Afrique*, Paris, 1975.
- , *L'Islam et l'Éthiopie des origines au xvi.^e siècle*, Paris, 1981.
- , *Histoire de l'islamisation de l'Afrique de l'Ouest des origines à la fin du XVI^e siècle*, Paris, 1984.
- DEVIC, L. M., *Le pays des Zendjs ou la côte orientale de l'Afrique au Moyen Âge d'après les écrivains arabes*, Paris, 1883.
- DEVISSE, J., «Routes de commerce et échanges en Afrique occidentale en relation avec la Méditerranée, un essai sur le commerce africain médiéval du xi.^e au xvi.^e siècle», *Revue d'Histoire économique et sociale*, 1972.

- DIOP, C. A., *L'Afrique noire précoloniale*, Paris 1960.
- FISHER, A. G. B., *Slavery and Muslim Society in Africa*, Londres, 1970.
- GRAY, J., *History of Zanzibar from the Middle Ages to 1856*, Oxford, 1962.
- JOBSON, R., *The Golden Trade or a Discovery of the River Gambia and the Golden Trade of Aethiopians*, 1932.
- KODJO NIAMKEY, G., «Razzias et développement des États du Soudan occidental», in *De la traite à l'esclavage...*, Éd S. Daget, Nantes, 1988.
- LACROIX, L., *Les derniers négriers. Derniers voyages de bois d'ébène, de coolies et de merles du Pacifique*, Paris, 1952.
- LEWICKI, L., «Traits d'histoire du commerce saharien: marchands et missionnaires ibadites au Soudan occidental et central au cours des VIII.^e et IX.^e siècles», *Etnografia Polska*, 1964.
- , «Les origines de l'Islam dans les tribus berbères du Sahara occidental», *Studia Islamica*, 1970.
- LEWIS, B., *Islam from the Prophet Muhammad to the Capture of Constantinople*, Religion and Society, Nova Iorque, 1974.
- MARISSAL, J., «Le commerce zanzibarite dans l'Afrique des Grands Lacs au XIX.^e siècle», *Revue française d'histoire d'outre-mer*, 1978.
- MONTEIL, Ch., *Les empires du Mali*, Paris, 1968.
- , *L'Islam noir*, Paris, 1974.
- PETRE-GRENOUILLEAU, Olivier, *Les traites négrières*, Paris, Gallimard, 2004.
- POPOVIC, A., *La révolte des esclaves en Irak au IX.^e siècle*, Paris, 1976.
- RAYMOND, A., e WIET, G., *Les marchés du Caire*, tradução anotada do texto de Mqrizi, Cairo, 1979.
- RENAULT, F., e DAGET, S., *Les traites négrières en Afrique*, Paris, 1985.
- TIBBETTS, G. R., *Arab Navigation in the Indian Ocean Before the Coming of the Portuguese*, Londres, 1971.
- TRIAUD, J. L., *Islam et sociétés soudanaises au Moyen Âge*, Uagadugu, 1973.
- TOYNBEE, A., *A Study of History*, vol. III, *The Growths of Civilizations*, Oxford University Press, 1934.

Agradecimentos

Agradeço aqui a todos aqueles, investigadores ou bibliotecários, que facilitaram o nosso difícil e fastidioso trabalho de investigação para a escrita deste livro, a saber: Hosmin Kélali, Abdel Wahab, Mohamed Abdel Tocha, Hadji Salem. Sem esquecer o Conseil Régional de Guadeloupe, que, animado por pessoas como Victorin Lurel e Max Etna, faz continuamente avançar a investigação científica graças à sua ajuda preciosa.

Agradeço a todos por terem contribuído para este trabalho, que constitui uma página da história humana até aqui ocultada.

TRAJECTOS

1. ANTES DE SÓCRATES — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOSOFIA GREGA
José Trindade Santos
2. HISTÓRIA DA FILOSOFIA — PERÍODO CRISTÃO
Fernand Van Steenberghen
3. A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA
Jean-François Lyotard
4. METADIALOGOS
Gregory Bateson
5. ELEMENTOS DE FILOSOFIA DA CIÊNCIA
Ludovic Geymonat
6. DO MUNDO FECHADO AO UNIVERSO INFINITO
Alexandre Koyré
7. GEOGRAFIA HUMANA — TEORIAS E SUAS APLICAÇÕES
M. G. Bradford e W. A. Kent
8. OS GREGOS E O IRRACIONAL
E. R. Dodds
9. O CREPUSCULO DA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL
António José Saraiva
10. O NASCIMENTO DE UMA NOVA FÍSICA
I. Bernard Cohen
11. AS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS
Arendt Lijphart
12. A RAZÃO NAS COISAS HUMANAS
Herbert Simon
13. PRÉ-ÂMBULOS — OS PRIMEIROS PASSOS DO HOMEM
Yves Coppens
14. O TOMISMO
F. Van Steenberghen
15. O LUGAR DA DESORDEM
Raymond Boudon
16. CONSENSO E CONFLITO
Seymour Martin Lipset
17. MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Raymond Quivy e Luc Van Campenhout
18. NAÇÕES E NACIONALISMO
Ernest Gellner
19. ANGUSTIA ECOLÓGICA E O FUTURO
Eurico Figueiredo
20. REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO NA EUROPA
Ralf Dahrendorf
21. A SOMBRA — ESTUDO SOBRE A CLANDESTINIDADE COMUNISTA
José Pacheco Pereira
22. DO SABER AO FAZER: PORQUÊ ORGANIZAR A CIÊNCIA
João Caração
23. PARA UMA HISTÓRIA CULTURAL
E. H. Gombrium
24. A IDENTIDADE ROUBADA
José Carlos Gomes da Silva
25. A METODOLOGIA DA ECONOMIA
Mark Blaug
26. A VELHA EUROPA E A NOSSA
Jacques Le Goff
27. A CULTURA DA SUBTILEZA — ASPECTOS DA FILOSOFIA ANALÍTICA
M. S. Lourenço
28. CONDIÇÕES DA LIBERDADE
Ernest Gellner
29. TELEVISÃO: UM PERIGO PARA A DEMOCRACIA
Karl Popper e John Condy
30. RAWLS, UMA TEORIA DA JUSTIÇA E OS SEUS CRÍTICOS
Chandran Kukathas e Philip Pettit
31. DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO: ELEMENTOS BÁSICOS
Adelson Torres
32. O REGRESSO DO POLÍTICO
Chantal Mouffe
33. A MUSA APRENDE A ESCREVER
Eric A. Havelock
34. NOVAS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO
Anthony Giddens
35. AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL
Henrique Medina Carreira
36. A ECONOMIA PORTUGUESA DESDE 1960
José da Silva Lopes
37. IDENTIDADE NACIONAL
Anthony D. Smith

38. COMO REALIZAR UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO
Judith Bell
39. ARQUEOLOGIA — UMA BREVE INTRODUÇÃO
Paul Tabor
40. PRÁTICAS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danièle Ruquoy e Pierre de Saint-Georges
41. A «REPÚBLICA VELHA» (1910-1917)
ENSAIO
Vasco Pulido Valente
42. OS NOVOS MEDIA E O ESPAÇO PÚBLICO
Rogério Santos
43. EDUCAÇÃO OU BARBÁRIE?
Guilherme d'Oliveira Martins
44. FASCISMO E COMUNISMO
François Furet e Ernst Nolte
45. DOMESTICAR A TERRA
François Furet e Ernst Nolte
46. A COMPREENSÃO SOCIOLÓGICA
Dominique Schnapper
47. AS VIAGENS DO INFANTE D. PEDRO
Margarida Sárvulo Correia
48. SOLIDARIEDADE SUSTENTADA — REFORMAR A SEGURANÇA SOCIAL
António Correia de Campos
49. A RIQUEZA E A POBREZA DAS NAÇÕES
David S. Landes
50. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Kenneth N. Waltz
51. COMPREENDER OS CONFLITOS INTERNACIONAIS
Joseph S. Nye, Jr.
52. PÚBLICOS DA CIÊNCIA EM PORTUGAL
António Firmino da Costa, Patrícia Ávila e Sandra Mateus
53. ENSINO SUPERIOR. UMA VISÃO PARA A PRÓXIMA DÉCADA
José Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos e António de Almeida Costa
54. O MILAGRE EUROPEU
E. L. Jones
55. MÉTODOS NÃO INTERFERENTES EM PESQUISA SOCIAL
Raymond M. Lee
56. INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA
Philippe Moreau Defarges
57. O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE
Amartya Sen
58. O INIMIGO PÚBLICO
Nuno Rogeiro
59. PRINCÍPIOS DE MACROECONOMIA
José Manuel Madeira Belbute
60. INTRODUÇÃO À ANÁLISE DOS FENÓMENOS SOCIAIS
Luc Van Campenhout
61. O MÉDIO ORIENTE E O OCIDENTE — O QUE CORREU MAL?
Bernard Lewis
62. RELAÇÕES INTERNACIONAIS AS TEORIAS EM CONFRONTO
James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr.
63. AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL
Pedro Cardoso
64. OS INTELLECTUAIS E O LIBERALISMO
Raymond Boudon
65. O PARADOXO DO PODER AMERICANO
Joseph S. Nye, Jr.
66. AMBICÃO PARA A EXCELÊNCIA
José Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos e António de Almeida Costa
67. CONSTRUÇÃO DE ESTADOS
Francis Fukuyama
68. ROUSSEAU E OUTROS CINCO INIMIGOS DA LIBERDADE
Isaiah Berlin
69. PORTUGAL — IDENTIDADE E DIFERENÇA
Guilherme d'Oliveira Martins
70. A TRAGÉDIA DA POLÍTICA DAS GRANDES POTÊNCIAS
John J. Mearsheimer
71. UM OLHAR SOBRE A POBREZA
Alfredo Bruto da Costa (coord.), Isabel Baptista, Pedro Perista, Paula Carrilho
72. O MUNDO PÓS-AMERICANO
Farouk Zakaria
73. O MITO DAS NAÇÕES
Patrick J. Geary
74. WELLINGTON CONTRA MASSENA
David Buttery
75. COLAPSO
Jared Diamond
76. O RELATIVISMO
Raymond Boudon
77. O QUE É O OCIDENTE?
Roger-Pol Droit

78. PATRIMÓNIO, HERANÇA E MEMÓRIA
Guilherme d'Oliveira Martins
79. LIDERANÇA E PODER
Joseph S. Nye Jr.
80. SAÚDE — A LIBERDADE DE ESCOLHER
José Mendes Ribeiro
81. A REVOLUÇÃO NO TEMPO
David S. Landes
82. A GRANDE SEPARAÇÃO — RELIGIÃO,
POLÍTICA E O OCIDENTE MODERNO
Mark Lilla
83. BREVE HISTÓRIA DA HUMANIDADE —
CENTO E CINQUENTA MIL ANOS
DA NOSSA HISTÓRIA
Cyril Aydon
84. PORTUGAL, SALAZAR E OS JUDEUS
Avraham Milgram
85. AS QUATRO DIMENSÕES DO DOENTE
DEPRESSIVO
Francisco Alonso-Fernández
86. PORTUGAL NA HORA DA VERDADE —
COMO VENCER A CRISE NACIONAL
Álvaro Santos Pereira
87. A CIDADE DAS PALAVRAS
Alberto Manguel
88. O CHAPÉU DE VERMEER — O SÉCULO
XVII E O NASCIMENTO DO MUNDO
GLOBAL
Timothy Brook
89. COMPREENDER AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
Chris Brown e Kirsten Ainley
90. GALILEU NA PRISÃO — E OUTROS MITOS
SOBRE CIÊNCIA E RELIGIÃO
Ronald L. Numbers (org.)
91. MOUNIER — O COMPROMISSO POLÍTICO
Guy Coq
92. OS SUPERFICIAIS — O QUE A INTERNET
ESTÁ A FAZER AOS NOSSOS CÉREBROS
Nicholas Carr
93. O COLONIALISMO NUNCA EXISTIU? —
COLONIZAÇÃO, RACISMO E VIOLÊNCIA:
MANUAL DE INTERPRETAÇÃO
Gabriel Mithé Ribeiro
94. O FIM DO PODER
Moisés Naim
95. UMA CRISE PORTUGUESA
Francisco da Conceição Espadinha
96. PORTUGAL 2015: UMA SEGUNDA
OPORTUNIDADE? — INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
Lino Fernandes
97. OS ESTADOS UNIDOS E A CRISE
DO PODER MUNDIAL
Zbigniew Brzezinski
98. NA SENDA DE FERNÃO MENDES —
PERCURSOS PORTUGUESES NO MUNDO
Guilherme d'Oliveira Martins
99. OS BANQUEIROS VÃO NUS — O QUE
ESTÁ MAL NA BANCA E COMO
O CORRIGIR
Anat Admati e Martin Hellwig
100. A ERA DO DESLUMBRAMENTO — COMO
A GERAÇÃO ROMÂNTICA DESCOBRIU
A BELEZA E O TEMOR DA CIÊNCIA
Richard Holmes
101. A DEMOGRAFIA E O PAÍS — PREVISÕES
CRISTALINAS SEM BOLA DE CRISTAL
Eduardo Anselmo Castro, José Manuel Martins
e Carlos Jorge Silva
102. A NOVA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
João Pereira (coord.)
103. A AQUISIÇÃO DA ESCRITA
Michel Fayol
104. A PRIMEIRA REPÚBLICA —
NA FRONTEIRA DO LIBERALISMO
E DA DEMOCRACIA
Miriam Halpern Pereira
105. A FLORESTA EM PORTUGAL — UM APELO
À INQUIETAÇÃO CÍVICA
Victor Louro
106. MUDANÇA NO JOGO GLOBAL — COMO
A FAIXA SUL IRÁ TRANSFORMAR
O MUNDO
John Naisbitt e Doris Naisbitt
107. POPULISMO — UMA BREVÍSSIMA
INTRODUÇÃO
Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser
108. O MODELO CHINÊS — A MERITOCRACIA
POLÍTICA E OS LIMITES DA DEMOCRACIA
Daniel A. Bell
109. A MALDIÇÃO DO DINHEIRO
Kenneth S. Rogoff
110. GLOBALIZAÇÃO — UMA BREVÍSSIMA
INTRODUÇÃO
Manfred B. Siegel
111. UM RACISMO IMAGINÁRIO —
ISLAMOFOBIA E CULPABILIDADE
Pascal Bruckner
112. AO ENCONTRO DA HISTÓRIA — O CULTO
DO PATRIMÓNIO CULTURAL
Guilherme d'Oliveira Martins
113. MANIFESTO PARA A PRODUTIVIDADE —
E O DESAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA
António S. Carvalho Fernandes

114. O DRAMA DE MAGALHÃES E A VOLTA AO MUNDO SEM QUERER — seguido de UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS: PORQUE NÃO?

Luís Filipe F. R. Thomaz

115. «SAÚDE E FRATERNIDADE!» — A REPÚBLICA POSSÍVEL (1910-1926)
Fernando Pereira Marques

116. O GENOCÍDIO OCULTADO — INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O TRÁFICO NEGREIRO ÁRABO-MUÇULMANO
Tidiane N'Diaye

Sete séculos antes do tráfico de escravos europeu, que não poderia ter, aliás, a dimensão que teve sem a participação dos negreiros árabes e africanos, os árabes fizeram razias na África subsariana durante treze séculos sem interrupção. A maior parte desses milhões de seres humanos que deportaram desapareceu, em resultado do tratamento inumano que lhes foi infligido.

Essa dolorosa página da História dos povos negros não foi ainda definitivamente voltada.

Esse tráfico começou depois de o fornecimento de escravos no Leste da Europa se ter esgotado, quando o emir e general árabe Abdallah ben Saïd impôs aos Sudaneses um *bakht* (acordo), concluído em 652, obrigando-os a entregar anualmente centenas de cativos. A maioria desses homens provinha das populações do Darfur. E começou aí uma enorme e horrorosa punção humana que só terminaria oficialmente no século XX. Muito depois de a escravatura na Europa e do tráfico atlântico terem sido reconhecidos, abolidos e punidos.

Porque têm sido ocultados estes factos históricos?

O franco-senegalês Tidiane N'Diaye é um antropólogo e um economista de renome, a trabalhar no INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Económicos francês), autor de livros, numerosos estudos e publicações científicas.

T R A J E C T O S

ISBN 978-989-636-672-8



9 789896 168728

gradiva